Um historiador comprometido com o seu povo.

Ivan Alves Filho nasceu em 1952, no bairro da Saúde, no Rio de Janeiro. Antes mesmo de completar vinte anos, oprimido pelo regime militar, partiu para a Europa, onde veio a fazer sua formação em História na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris. Este exílio durou cerca de onze anos, e veio a terminar com o regresso definitivo ao Brasil em 1983. Aqui, Ivan Alves Filho vem dando aulas, pesquisando e escrevendo, além de colaborar — como ele frisa — "para a consolidação do processo democrático".

XENON

Movimento precursor da libertação Negra no Brasil.

Ivan Alves Filho
MEMORIAL DOS PALMARES

MEMORIAL DOS
PALMARES

Ivan Alves Filho

MEMORIAL DOS PALMARES

XENON

Copyright © by Xenon Editora e Produtora Cultural Ltda.

Projeto editorial:
MATEUS KACOWICZ

Capa:
VICTOR BURTON

Projeto visual e produção gráfica:
PRISMA

Arte-final:
AGOSTINHO FERREIRA

Revisão:
JOÃO HENRIQUE MACHADO

Coleção Memória Viva volume 2

Xenon Editora e Produtora Cultural Ltda.
Rua Cáceres, 83 — CEP 20971 — Tel.: (021) 261-8157
C.G.C.-M.F.: 31.568.892/0001-55 — Rio de Janeiro, RJ

Impresso no Brasil

BIBLIOTECA DO MUSEU THÉO BRANDÃO
Nº 3147 DATA 08/03/90

À [illegible],
com a admiração do

[illegible]

Maceió, 27 de julho de 1988.

Para Moema, minha filha.
Para Ana, minha companheira.
À memória de Astrojildo Pereira,
Edison Carneiro e
Raul Antônio Alves Dantas.

SUMÁRIO

Prefácio ..... *ix*
Apresentação ..... *xi*
Súmula da Guerra dos Palmares ..... *xv*
Capítulo I: "Um sítio áspero" 1
Capítulo II: "Os açúcares do Brasil" 21
Capítulo III: O inimigo interno 43
Capítulo IV: Guerra e Paz 71
Capítulo V: Macaco 121
Epílogo 181
Bibliografia básica 202

PREFÁCIO

por Raymundo Souza Dantas

O ATUAL ESTÁGIO das pesquisas e os estudos sobre as lutas do negro contra o sistema escravista propicía, fazendo-o de forma inequívoca, conhecimento exato e verdadeiro do significado e da importância do episódio palmarino. Aquele episódio passou a ser visto, pela sua natureza e pelas suas componentes, como o primeiro a desvendar, em toda a sua extensão, os impasses e as contradições de nossa trajetória histórica.

Entre os responsáveis por essa visão das lutas do negro contra o sistema escravista, destaque-se Édison Carneiro, com *O Quilombo dos Palmares*, obra pioneira, em termos de revisão crítica, Clóvis Moura, com *Rebeliões da Senzala*, que oferece um quadro abrangente das condições das lutas do negro no interior da sociedade escravocrata, e Décio Freitas, com *Palmares: a guerra dos escravos*, sobre o conteúdo político e revolucionário das revoltas escravas. Neste estágio das pesquisas sobre a sublevação negra, seria injustiça deixar de citar o empenho do escritor e historiador Joel Rufino dos Santos, a quem se deve a coleta de vultosa documentação, notadamente sobre a resistência palmarina, trazendo novos subsídios para sua avaliação.

Junte-se, a estes nomes, Ivan Alves Filho, com o seu **Memorial dos Palmares**, que vem fortalecer a visão verdadeira do movimento palmarino, examinando fatos, documentos e as realidades da época, não digo que até então insuficientemente abordados, mas que deixaram de ser examinados por ângulos que o jovem historiador e cientista social soube valo-

rizar com as suas rigorosas pesquisas e fecundas análises. Tem este livro, como tema central, a aferição da importância da rebelião dos Palmares na formação histórica do Brasil. Acrescenta elementos, no estudo do fenômeno palmarino, que lhe imprimem, além de outras características, a condição de nossa primeira luta de classes. Na visão de Ivan Alves Filho, Palmares se constituiu no primeiro afrontamento, a nível político e militar, de interesses de duas classes sociais engendradas pela nova organização econômica da Colônia, que eram os senhores e os escravos.

Esta a compreensão a que leva, na abordagem minuciosa do que se passou nas florestas palmarinas durante mais de 120 anos, abordagem na qual destaca a resistência heróica às guerras movidas pelas forças coloniais. Trata-se de inestimável contribuição, ampliando de forma substancial a compreensão do fenômeno palmarino, não parecendo que exista ainda uma só fonte, não importa a sua natureza nem a sua origem, que Ivan Alves Filho não tenha consultado, nem um só documento que ele não chegasse a examinar. Levou ele 10 anos em suas pesquisas, não apenas sobre o episódio palmarino, mas sobre todo o processo histórico de que faz parte.

Seria exagero afirmar que somente a partir deste ensaio o fenômeno palmarino encontrou o seu melhor analista. Mas não se pode deixar de destacar, sob pena de não fornecer sua medida exata, que Ivan Alves Filho foi mais longe, em seu trabalho, não apenas na reconstituição da heróica resistência palmarina. Ele enfatizou o sentido político e social dessa resistência, apontando-a como fundamental na direta contestação da ordem escravista. Considere-se ensaio de leitura indispensável, porque necessária.

APRESENTAÇÃO

por Ivan Alves Filho

AO PÔR ABAIXO toda uma estrutura que poderíamos chamar de igualitária, a qual prevalece até a segunda metade do século XVI, o processo de colonização abre a via para a sociedade dividida em classes sociais antagônicas no Brasil. A partir daí, todas as propostas visando a modificar as condições de existência do povo brasileiro se darão no quadro de uma realidade classista onde os grupos humanos se definem pelo lugar que ocupam na esfera produtiva. Nessa perspectiva, todos os movimentos sociais, desde os mais autoritários aos mais democráticos, refletem as contradições objetivas da sociedade e tendem, sobretudo, a se posicionar no sentido da defesa dos interesses econômicos e políticos de uma classe historicamente determinada.

A história brasileira é rica em conflitos desse tipo. Para a plena compreensão da dinâmica dos nossos movimentos sociais, torna-se praticamente impossível separar, por exemplo, o surgimento do Quilombo dos Palmares da existência de uma classe escrava brutalmente oprimida ou desvincular os preparativos da Conjuração Mineira da ascensão material e da tomada de consciência das camadas médias, ou, ainda, ignorar que o movimento político-militar de 1964 esteve intimamente ligado à modernização conservadora do capitalismo no Brasil. No entanto, cada um desses movimentos encarou a questão do poder e da democracia em sua ótica particular.

Se a idéia de democracia nunca chegou a ser explicitamente formulada por nenhum setor da sociedade durante a dominação colonial, havia entre os homens da época, entre-

tanto, um arraigado desejo de liberdade que se exprime através das Conjurações mineira e baiana, severamente reprimidas. Mais importante ainda que isso, talvez, foram as experiências concretas de vida em liberdade realizadas no Quilombo dos Palmares. De fato, Palmares representou para os escravos negros, para os índios, mestiços e brancos pobres, enfim, para todos os explorados e oprimidos, uma alternativa à sociedade oficial. Estabelecidos em seus redutos localizados na serra da Barriga, no atual estado de Alagoas, esses homens construíram uma organização social que desconhecia a escravidão e o latifúndio, dois aspectos fundamentais do sistema colonial formalmente submetido ao capital que os portugueses impunham ao Brasil. Por outro lado, contrastando ainda com a pobreza generalizada da colônia, praticamente relegada à monocultura, em Palmares existia um aparelho produtivo capaz de satisfazer não só as necessidades materiais imediatas de todos os membros da sociedade como também render um excedente, negociado junto aos homens livres dos vilarejos vizinhos. Essa primeira tentativa de ruptura com a ordem colonial foi finalmente esmagada pelas forças portuguesas e pelas tropas arregimentadas pelos senhores de engenho de várias capitanias. Porém, o entendimento do que se passou nas florestas que se estendiam do cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, até o norte do curso inferior do São Francisco, em Alagoas, se revela fundamental: o Quilombo dos Palmares logrou construir, desde os fins do século XVI até as primeiras décadas do século XVIII, um mundo fraternal e livre, conduzido pelos principais interessados em provocar mudanças no *status quo* colonial, os trabalhadores escravos negros e mestiços. Vale dizer, seu grande mérito, sem dúvida, foi ter desvendado as contradições inerentes ao processo histórico brasileiro. De fato, Palmares revela, no plano das lutas sociais, aquilo que no terreno das estruturas econômicas já se

encontrava em marcha inexorável: a passagem da sociedade tribal para a sociedade escravista. E mais, demonstra claramente que, desde os primórdios da vida material da colônia, o capitalismo nascente nas áreas centrais fomenta e possibilita a reprodução, nas áreas periféricas, de relações de produção escravistas e outras relações atrasadas, de forma geral, mesmo ao se considerar a escravidão como uma categoria sócio-jurídica (ao que se deve acrescentar, no caso brasileiro, a dimensão étnica) é inegável que os escravos produtivos constituem uma classe social. E esses escravos produtivos foramam a base social por excelência dos palmarinos. Nesse quadro, Palmares é a nossa primeira luta de classes.

Assim, esse ensaio (originalmente uma dissertação apresentada à Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris, em 1978, sob a direção de Jean Pierre Berthe) tem justamente por objetivo, com base em documentação manuscrita recolhida junto aos arquivos portugueses, brasileiros e franceses situar a epopéia palmarina na formação histórica da nacionalidade brasileira. Ora, essa ótica implica, entre outras coisas, a ruptura com uma análise centrada meramente nos aspectos militares do movimento palmarino, prevalecendo assim o exame de sua organização social e da própria divisão espacial dos quilombos.

Foram 120 anos de lutas. O interesse suscitado por Palmares deita raízes em vários terrenos, que vão do combate pela independência dos países africanos de expressão portuguesa à luta contra o racismo no plano interno, da batalha travada por historiadores do porte de Edison Carneiro e Décio Freitas ao resgate do passado feito por organizações populares e progressistas brasileiras das últimas décadas. A história moderna dos Palmares resulta de combinação de todos esses fatores. Convidamos agora o leitor a examinar conosco as peripécias dos palmarinos. Pois a luta pela Abolição começa em Palmares.

SÚMULA DA GUERRA DE PALMARES

1ª Fase 1596 a 1630	- 2 expedições coloniais - mais de 6 ataques palmarinos	Os ataques coloniais visavam 4 a 5 quilombos na Serra da Barriga.
2ª Fase 1631 a 1654	- 4 expedições coloniais - 4 ataques palmarinos	Fase da ocupação holandesa, com os ataques coloniais no quilombo Macaco, nas proximidades de Porto Calvo e Serra da Barriga.
3ª Fase 1655 a 1694	- 31 expedições coloniais - 13 ataques palmarinos	Não se incluem na estimativa as expedições organizadas entre 1657 e 1661 por senhores de engenho dos vilarejos próximos a Palmares. Essa foi a fase mais dura da guerra. A queda de Macaco ocorreu em 1694.
4ª Fase 1695 a 1716	- 29 expedições coloniais - 8 ataques palmarinos	Zumbi morre em 1695. A luta prossegue com a retomada da guerrilha, abandonada durante a defesa de Macaco.

Capítulo I

"UM SÍTIO ÁSPERO"

"Nesta capitania trinta léguas do sertão está um sítio entre umas serras a que chamam Palmares, ao qual ordinariamente se acolhem, fugindo do trabalho, os escravos desta Capitania..."

— De um documento de 1612.

A DOCUMENTAÇÃO

EXISTENTE fornece poucos dados concretos para que se possa precisar o ano em que se deflagrou a sublevação escrava. Contudo, é possível afirmar que ela se produziu no último quartel do século XVI.

Os principais textos redigidos por pessoas que visitaram Pernambuco ou lá viveram no final do Século XVI referem-se à questão escrava sem aludir à revolta. Fernão de Cardim estima, em 1585, que era muito alto o índice de mortalidade entre os escravos negros[1] e José de Anchieta limita-se a estimar o número deles[2]. Outro cronista, Pero Magalhães de Gandavo, poucos anos antes não hesitava em afirmar que os escravos, ao contrário dos índios, não se arriscavam a se rebelar, "por não terem para onde ir"[3] em caso de fuga. Ou tais observadores omitiram de propósito a rebelião ou ela era tão embrionária que não a perceberam. Note-se que o se-

nhor-de-engenho Gabriel Soares de Souza se refere a uma revolta de escravos negros na Bahia em 1585, e ainda aí não menciona Palmares[4].

Um dos artigos do Regimento de Francisco Geraldes[5], ao precisar as obrigações e tarefas do novo Governador-Geral, exigia dele a repressão "aos negros de Guiné e de Angola alevantados" na Bahia, em 1588. Ainda aí, nenhuma referência a Palmares, desconhecida na Metrópole. Mas, numa carta endereçada ao Rei de Portugal em 1694, o Governador de Pernambuco afirma que o Quilombo dos Palmares existia há mais de cem anos[6]; e em 1687 Fernão Carrilho, comandante de várias expedições contra o Quilombo, fala em "perto de cem anos"[7]. O Padre Antônio Vieira, por seu turno, não hesitaria em informar ao Rei, em carta até aqui inédita, que os palmarinos eram "negros escravos dos portugueses que desde que começaram a vir de Angola foram fugindo, como ainda hoje fazem, para os matos"[8]. E um outro importante documento para o conhecimento do Quilombo — a Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco — afirma categoricamente que "do tempo que houve negros cativos nestas capitanias começaram a ter habitantes os Palmares"[9]. Em que pese o possível exagero ou as falhas de noção de tempo dessas pessoas, o certo é que o tráfico negreiro em direção a Pernambuco se intensificou a partir do último quartel do Século XVI. E esse incremento do tráfico é proporcional ao próprio aumento da produção açucareira. Alguns fatos concretos vêm corroborar isso. Em 1549, um Alvará Régio permite a entrada de 120 escravos para cada senhor-de-engenho estabelecido na Colônia[10]. Ora, em 1570, segundo o testemunho de Gandavo, já atingiria 23 o número de engenhos de Pernambuco, chegando a 66 em 1583[11]. Ou seja, um aumento de 280%, o que é sem dúvida excepcional e próprio a uma fase de expansão das forças produtivas. Quando se sabe que cada engenho

empregava em média 50 trabalhadores escravos (a produção média por escravo era de 80 arrobas anuais), é possível indicar que eles tenham passado de pouco mais de um milhar em 1570 para cerca de três mil menos de uma década e meia mais tarde. Um documento de 1588 fala ainda em 18 mil escravos em Pernambuco, mas o número nos parece alto, se confrontado ao dos engenhos — apenas 73[12]. Convém salientar ainda que os escravos das plantações, proletários, representam cerca de 70% do conjunto da massa escrava[13]. Significativamente, Gabriel Soares de Souza calcula entre 4 mil e 5 mil o número de escravos residentes em Pernambuco em 1585[14]. Por outro lado, é altamente revelador o simples fato de a Coroa portuguesa ter eliminado a hipótese da formação de um Estado na África por vislumbrar maiores vantagens comerciais através do tráfico de escravos para as Américas[15]. Entre 1575 e 1591, por exemplo, cerca de 52 mil escravos foram enviados de Angola "para as partes do Brasil e Índias de Castela", sistematizando-se assim o tráfico[16].

Seja como for, a primeira referência conhecida à sublevação está em uma carta escrita em 1597 pelo Padre Pero Rodrigues, da Companhia de Jesus:

> "Os primeiros inimigos são os negros de Guiné alevantados, que estão em algumas serras, de onde vêm a fazer assaltos e dar algum trabalho, e pode vir tempo em que se atrevam a acometer e destruir as fazendas, como fazem seus parentes na Ilha de São Tomé[17]".

Verifica-se que, ao findar o século XVI, o Quilombo dos Palmares, ainda que embrionário, já era suficientemente grande e organizado para aterrorizar os defensores da Coroa e da ordem escravista em geral — organização e grandeza que certamente demandaram algum tempo para serem alcançadas.

Podemos supor, nesse quadro, que a revolta tenha eclodido entre o final dos anos 80 e o início dos anos 90, no primeiro século da ocupação.

De onde partiram exatamente os escravos rebelados que, no final do século XVI, iriam formar o Quilombo dos Palmares? Há muitas versões sobre esse fato, mas, segundo o depoimento de autores contemporâneos dos acontecimentos, os palmarinos compunham um núcleo de 40 escravos sublevados em um engenho às proximidades de Porto Calvo, o mais antigo vilarejo do sul da Capitania. Mesmo quando discordam quanto à data da deflagração da revolta, muitos depoentes concordam no que tange ao número inicial de palmarinos e ao próprio local de onde teria sido lançado o movimento.

Convém salientar, no entanto, que autores mais modernos tendem a acreditar que os palmarinos na realidade se originaram de algum quilombo baiano, ou, ainda, sergipano[18]. Como certos documentos da época fazem alusões a escravos sublevados nessas Capitanias e refugiados em **palmares**, como o do Rio Itapecuru, por exemplo[19], determinados historiadores detectam aí a origem do movimento. Ainda que, na matéria, nada esteja definitivamente esclarecido, não é demais lembrar que os escravos sempre procuraram refúgio em regiões altas, serranas, e onde abundavam os palmeirais. Foi assim durante a revolta de São Tomé, onde os escravos se refugiaram "em um cabeço alto (chamado) Pico do Mocambo"[20]; ou, mesmo, em Angola, onde os partidários da Rainha Ginga buscariam refúgio "em altíssimas brenhas", no dizer do Padre Cadornega[21]. Na Bahia, em Sergipe ou em Pernambuco não seria muito diferente.

Seja como for, o núcleo inicial de palmarinos estabeleceu o seu primeiro quilombo na chapada oriental da Serra da Barriga, na região de Palmares (cujo nome se deve à abundância da palmeira pindoba, *Palma Attalea Pindoba*), uma imensa floresta que ia da parte superior do Rio São Francisco ao Cabo de Santo Agostinho, a 120 quilômetros do oceano. O clima aí era predominantemente frio, e havia freqüentes trovoadas[22]. Não obstante, nos períodos de intenso calor também surgia a seca. Um documento descreveria Palmares como

> "... um sítio naturalmente áspero, montanhoso e agreste, semeado de toda variedade de árvores conhecidas e ignotas, com tal espessura e confusão de ramos que em muitas partes é impenetrável a toda a luz; diversidade de espinhos e árvores rasteiras e nocivas serve de impedir os passos e de intrincar os troncos"[23].

Tratava-se de um refúgio ideal, de uma espécie de fortaleza defendida pela mata e pelas montanhas. A caça, a pesca, os frutos, plantas e raízes garantiam a sobrevivência do grupo, que lançava de tempos em tempos destacamentos contra os engenhos próximos em busca de armas e instrumentos de trabalho. E esse "ninho de águias", para retomar a expressão do grande poeta Castro Alves, foi-se tornando um pólo de atração e ponto de referência para os escravos das plantações numa área muito extensa. Ou seja, o que a classe dominante colonial mais temia acabava de acontecer: os escravos tinham, conforme a lúcida observação de um jesuíta, "rompido com as correntes do medo"[24].

No início do século XVII, a Coroa intervém na repressão ao movimento palmarino, até então provavelmente a cargo

das milícias organizadas pelos senhores de engenho. A chegada de Diogo Botelho à Capitania permitiria a organização de uma expedição contra Palmares em moldes clássicos, isto é, através de tropas regulares. Na realidade, era a primeira vez que um Governador-Geral desembarcava em Pernambuco e Botelho justificaria a sua permanência de um ano na Capitania (1602-1603) pela necessidade de organizar o aparelho de Estado local.

E a repressão era uma importante peça dessa reorganização da vida da Capitania, onde "pelo sertão dos Palmares estava cópia de negros alevantados"[25]. Assim, naquele mesmo ano de 1602 Botelho envia a Palmares uma expedição comandada por Bartolomeu Bezerra, um oficial português. O conjunto das tropas era composto por militares de carreira, senhores-de-engenho e, segundo uma testemunha, "pessoas de pouca importância"[26]. Poucos meses depois, a expedição retornaria a Olinda. Prudentemente, Botelho afirma ter ficado "livre por ora da insolência desses alevantados"[27] e esclarece que os oficiais que participaram da expedição "o fizeram às suas custas". Ao que tudo indica, numerosos palmarinos foram aprisionados e mesmo enforcados, a se dar crédito a João da Fonseca, um nobre que era alferes de cavalaria[28]. O Rei de Portugal, naturalmente, felicitaria pouco tempo depois Botelho pelo "castigo" dado aos palmarinos[29].

Há claros sinais de que Botelho enviou mais de uma expedição a Palmares. Documentos aludem a "algumas entradas ao sertão" organizadas por Botelho, já que os "negros de Guiné alevantados ... podiam pôr em perigo as Capitanias"[30]. E um outro documento, ainda mais explícito, diz que os palmarinos atuavam igualmente em Sergipe, onde "assaltavam fazendas", e que Botelho mandara "desfazer quatro ou cinco aldeias muito grandes"[31].

Aparentemente, os golpes desfechados contra os palmarinos pela expedição comandada por Bezerra (e provavelmente por outras de menor porte) não deram grandes resultados, já que eles continuavam a incomodar. A ponto de Diogo de Menezes, que substituía Diogo Botelho no posto de Governador-Geral, sugerir ao Rei em 1608 a utilização de "índios livres" ao invés de escravos negros "ao serviço dos engenhos e das roças e mantimentos". Para Menezes, não era "necessário a este Estado tanto negro de Guiné", já que os engenhos funcionavam com "menos da metade (dos efetivos) porque fogem e metem-se pelos matos, e são tantos os que desta maneira andam, que fazem aldeias, e andam sublevados e ninguém pode com eles". Era, portanto, do interesse da "católica pessoa de Vossa Majestade ... mandar tomar determinação" sobre a questão. E arrematava, profético:

> "... podem crescer de maneira que custe muito trabalho o desbaratá-los"[32].

Dois anos mais tarde, Menezes voltava a propor a solução indígena para o funcionamento dos engenhos[33]. Além do que, como indicava o Vigário Rui Teixeira nesse mesmo ano de 1610, "os índios acompanham os brancos e subjugam ... os negros de Guiné (que) andam alevantados"[34].

Os ataques palmarinos contra as propriedades coloniais eram uma constante. E, sobretudo nesses duros primeiros tempos, a Coroa não esquecia os que enfrentavam os palmarinos, e sabia ser-lhes grata. Quando, por exemplo, os herdeiros de Sebastião da Rocha entraram em desavença com os "monges de São Bento" a respeito de umas terras em Alagoas, tiveram ganho de causa porque os Rochas, estabelecidos na

região desde 1596, "foram os primeiros povoadores que houve no Rio São Francisco", e até o ano de 1612

> "seguravam os caminhos dos assaltos e furtos que faziam os gentios levantados e os escravos de Guiné ... e amparavam e recolhiam às suas casas pessoas que caminhavam por aquelas partes"[35].

Sabe-se que em seguida a Coroa enviou um alto funcionário, Diogo Moreno de Campos, para fazer um estudo aprofundado da situação econômica e militar da Colônia. Diogo de Campos ficou encarregado igualmente de preparar uma descrição tão completa quanto possível dos principais acidentes geográficos das capitanias do litoral, daí as numerosas cartas topográficas que acompanhavam seu relatório. Ora, fato revelador, nenhuma dessas cartas descreve a região de Palmares, que permanece largamente desconhecida das autoridades coloniais até às vésperas do aniquilamento do Quilombo. Todavia, Moreno de Campos alude às "serras a que chamam os Palmares", onde os escravos rebelados obrigavam "os brancos a que os busquem com mão armada". Porém, uma vez restituídos aos seus proprietários, os palmarinos "se tornam para a mesma parte". Os ataques palmarinos provocavam muitas "desordens e queixumes", contribuindo para fazer "a fama aos dos Palmares". Ele conclui suas observações propondo uma saída política para o conflito, baseada na ocupação do espaço em que atuavam os palmarinos:

> "povoando-se as partes do sertão, que forem de sustância, terá remédio esse queixume", garante[36].

Moreno de Campos faz referência ainda aos índios, "que logo se vão ao mato, onde fazem, como dito é, abomináveis

vivendas e ritos, juntando-se com os negros de Guiné também fugidos"; isto torna impossível "atravessar o sertão comodamente de umas partes a outras" e "dilatarem-se as povoações pela terra a dentro"[37]. Ele menciona as alianças estabelecidas entre negros e índios nos quilombos espalhados pelo sertão de maneira geral (ou seja, tanto em Pernambuco quanto na Bahia ou em Sergipe)[38]. Aliás, essas alianças preocupavam seriamente o soberano espanhol Felipe III, que, em 1613, pedia para ser informado sobre "tudo que se fizer" para combater negros e índios que, além de rebelados, viviam em "idolatria"[39].

Ora, Felipe III aparentemente lera o relatório de Diogo de Campos ou fora informado dele, visto que este, a certa altura, alude abertamente aos índios que ajudavam a formar "mocambos entre os negros, ou juntas de fugidos a que chamam Santidades"[40]. Esta, aliás, não foi a primeira vez que os documentos da época associaram os mocambos às manifestações e mesmo festas de caráter igualmente religioso. O poeta Gregório de Matos registraria em um dos seus poemas sobre a vida na Bahia:

> "Que de quilombos que tenho
> com mestres superlativos
> nos quais se ensina de noite
> os calundus e feitiços!
>
> Com devoção os freqüentam
> mil sujeitos femininos
> e também muitos barbados
> que se prezam de narcisos".

E após ridicularizar os que justificam sua ida aos quilombos dizendo que simplesmente buscam a "ventura" e nada

mais (para o poeta, esses não têm "horror do pecado", mas sim de "não consegui-lo"), Gregório de Matos prossegue:

> "O que sei é que em tais danças
> Satanás anda metido
> (...)
> Não há mulher desprezada
> Galã desfavorecido
> que deixe de ir ao quilombo
> dançar o seu bocadinho"[41]

Ainda que presente nos quilombos, parece contudo difícil sustentar que a dimensão religiosa configure uma característica importante das comunidades quilombolas. Porém, de uma maneira ou de outra, o fato é que o Quilombo dos Palmares se desenvolvia, desafiando a dominação colonial e a própria ordem escravista. Os documentos fazem outras referências aos Palmares nessa fase que antecede a ocupação batava. Sabe-se, por exemplo, que tribos "amigas" dos portugueses deram combate aos palmarinos antes de 1614[42]. Coincidentemente — ou significativamente — um grupo de índios, ao apresentar, em 1700, uma reinvidicação à Coroa sobre uma faixa de terra na região palmarina alegou estar presente ali desde 1614[43]. E por essa mesma época um cronista constatava que "os negros de Guiné, escravos dos portugueses (...), cada dia se lhes rebelam"[44].

Sabe-se também que vez por outra as autoridades coloniais logravam capturar alguns palmarinos. Assim, pode-se ler em um importante documento sobre o estado econômico da Capitania de Pernambuco que "os negros fugitivos que se cativam" nos Palmares seriam empregados como "remeiros" durante a construção de uma nova fortaleza por ali[45].

Passada essa primeira fase, os palmarinos tinham obtido o principal: o direito à sobrevivência. E mais: haviam logrado construir uma comunidade.

Obrigados inicialmente a viver da caça, da pesca e da floresta, em função da situação de isolamento dos quilombos no fundo da mata, os palmarinos puderam, com o aumento de seus efetivos, diversificar e desenvolver a produção. Esse crescimento populacional se afirma nitidamente por ocasião da ocupação holandesa, a partir da década de 30, quando grande número de senhores-de-engenho abandona suas propriedades.

A agricultura se transformou numa atividade básica. Os palmarinos plantavam coletivamente o milho — alimento principal, com duas recoltas anuais —, a mandioca, o feijão-preto, a batata-doce, a cana-de-açúcar, a banana e legumes. O terreno era preparado semanas antes pelo método da queimada. Após a colheita havia uma semana de festejos. Parte do produto agrícola era armazenada em função do esforço de guerra permanente e das diversidades climáticas. Após a ocupação holandesa, documentos referem-se à troca desses excedentes por outros produtos em fazendas e lugarejos sob controle português: como veremos mais adiante, os habitantes de Ipojuca, Serinhaém, Una, São Miguel e Porto Calvo transacionavam com os palmarinos, oferecendo-lhes armas, pólvora, balas e tecidos, numa prática com que certamente obtinham grandes vantagens, tanto que perdurou até o fim da guerra[46]. Somente no final da existência do Quilombo, quando se desarticularam seus sistemas militar e produtivo, os palmarinos se voltaram novamente para a economia extrativa e de subsistência.

O regime de propriedade coletiva da terra parece ser o que melhor se adaptou à situação dos quilombos, obrigados a constantes deslocamentos e confrontados com a realidade do esgotamento do solo. Tinham um papel, aí, a tradição e o inconsciente coletivo: em extensas regiões da África negra pré-colonial inexistia o estatuto da propriedade individual da terra; esta era propriedade coletiva, como o ar ou a água, explorada por quem nela trabalha. As plantações se situavam perto dos quilombos e os lavradores se dirigiam para o trabalho pela manhã, bem cedo, retornando ao anoitecer. No local, permaneciam geralmente duas ou três pessoas incumbidas de proteger as plantações contra a eventual depredação por animais selvagens. E, como os portugueses logo descobriram, os camponeses estavam dispostos a defender militarmente os seus roçados.

Vale repetir, com Duvitiliano Ramos, que em Palmares prevalecia o uso útil, a posse justificada pelo trabalho individual, de pequenos tratos de terra, os roçados. A terra pertencia aos quilombos, organizados em aldeamentos e federados, obedientes todos ao Ganga-Zumba da Cerca Real do Macaco. Era um patrimônio coletivo. Daí, a "roça muito abundante do Rei. Todos produziam, trabalhavam"[47].

O crescimento da população provocou também o surgimento da metalurgia. O ferro existia em abundância em certas partes do território palmarino. Explosões e estalidos provenientes da floresta eram ouvidos em lugares vizinhos, como relata Manuel Aires de Casal, em sua Corografia Brasílica[48]. A utilização do ferro, a partir dos primeiros anos da década de 30, contribuiu para dividir caracteristicamente a sociedade em camponeses, artesãos, guerreiros e funcionários. Artesãos que provavelmente já exerciam seus ofícios nas vilas coloniais ou nos engenhos que o isolamento geográfico tendia a tornar auto-suficientes. Além da fabricação de foices, martelos e

facões do mato, ali se instalaram oleiros e escultores de madeira, cujos trabalhos teriam objetivo ao mesmo tempo artístico e utilitário. Sabe-se que também se fabricavam utensílios domésticos.

A sensibilidade dos habitantes manifestava-se por certo através de danças e cânticos, mas nenhum documento permite afirmar — embora a tradição seja forte, neste sentido — que ali se lutou a capoeira, ou que esta forma de combate foi empregada com sentido ritual ou lúdico[49].

A palmeira pindoba representou para os palmarinos a principal fonte de atividade extrativa. Eles comiam a polpa do fruto misturada com a farinha-de-mandioca e dela extraíam um óleo empregado na iluminação. Da amêndoa fabricavam óleo para cozinhar e uma manteiga de cor muita clara. Utilizando processo africano[50], destilavam, a partir da palmeira, uma espécie de vinho; com as cascas do fruto faziam cachimbos; com as folhas cobriam as casas, teciam cestos, abanos, tiras e cordas[51].

A economia palmarina incluía o plantio de árvores frutíferas, a extração do mel, a caça e a pesca. Um historiador observou que não existiu criação de gado, embora houvesse terreno adequado às pastagens (notadamente na parte oeste do território); em certa etapa, permitiu-se a criadores utilizar partes de suas terras, mas eles mesmos jamais se lançaram à criação, talvez por falta de conhecimentos técnicos apropriados.

Sobre tais bases materiais erguia-se um conjunto de instituições, valores, normas e regras de comportamento. O regime político nada tinha de liberal: punia-se com pena de morte e deserção o roubo, o estupro, o homicídio, o adultério e a traição, o que reflete as contingências de uma comunidade em guerra contínua. A opção pela coesão máxima do grupo já está expressa, desde a segunda etapa de existência do Quilom-

bo dos Palmares, com a instituição, em cada comunidade, de uma Casa de Conselho e com a designação de um chefe, eleito com base numa avaliação de "recto procedimento, de maior valor e experiência", segundo um documento[52].

Havia em Palmares um corpo de sacerdotes cuja religião combinava crenças de origem africana e fragmentos de catolicismo, apreendidos no contato com jesuítas e colonos. Em alguns quilombos (neste ensaio, usamos a palavra com a inicial maiúscula quando nos referimos ao conjunto de Palmares e minúscula a suas aldeias constituintes) foram encontradas pequenas capelas, em cujos altares figuravam o Menino-Jesus e Nossa Senhora da Conceição. Os sacerdotes tiveram, porém, um papel secundário na organização social do Quilombo, já que em nenhum momento se registraram comportamentos coletivos de natureza messiânica. O sincretismo religioso deixa transparecer, porém, que um processo de aculturação já estava em marcha entre os escravos da capitania, sem que nisso intervenha o fator miscigenação.

Ao mesmo processo pode-se atribuir o emprego corrente da língua portuguesa: no caso, a preferência deriva da necessidade de unificar uma população culturalmente heterogênea. Fundamentalmente, a circunstância de classe e a mesma origem social — e não só valores tradicionais ou a realidade étnica — é que possibilitaram a unidade da massa palmarina até o final da guerra.

Pouco se pôde apurar sobre o papel da mulher na sociedade palmarina. Eram raras no início do movimento, o que motivou o seqüestro de algumas, livres ou escravas, em povoados ou engenhos. Os documentos não mencionam seu grau de participação em atividades como o trabalho nas roças, a fabricação de potes ou balaios, mas é provável que a mão-de-obra feminina não fosse dispensada, dadas as características abertas da sociedade (em relação ao restante da Colônia) e

sobretudo à necessidade imperiosa de trabalhadores. Nos engenhos, conforme narrou o jesuíta italiano André João Antonil, as mulheres eram poucas, mas tinham certa experiência em atividades como o corte de cana-de-açúcar[53]. Encontra-se referência à retirada das mulheres das zonas de combate, o que leva a crer que não participavam das tarefas militares; no entanto, tinham atividade política — e uma delas, Acotirene, chegou a liderar um quilombo.

Quanto ao sistema educativo e à própria criação das crianças, não há qualquer referência direta. Sabe-se apenas que os palmarinos as mantinham afastadas das zonas de combate. Elas tinham, isto é certo, uma vantagem extraordinária sobre as crianças negras e mestiças da sociedade colonial: eram livres.

Notas Bibliográficas
Capítulo I

1) CARDIM, Fernão — **Tratados da terra e gente do Brasil** — Belo Horizonte/ Ed. Itatiaia; São Paulo/Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p.163.
2) ANCHIETA, José de — **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões** — Rio, Editora Civilização Brasileira, 1933, p.410.
3) GANDAVO, Pero de Magalhães — **Tratado da terra do Brasil; História da Província de Santa Cruz** — Belo Horizonte/Ed. Itatiaia; São Paulo/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p.43.
4) Consultar Gabriel Soares de SOUZA — **Notícia do Brasil** — São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d, 2 vols.
5) **Traslado do documento que levou Francisco Geraldes etc** in RIHGB, Tomo LXVII, parte I, pp.230/236.
6) ENNES, Ernesto — **As guerras dos Palmares** — São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, doc.24, p.196.
7) Ibid. doc. 12, p.161.
8) **Sobre os Tapuias que os Paulistas aprisionaram etc.** Lisboa, doc. de 1691, Biblioteca da Ajuda, Códice 54-XIII-16, fls.1 a 10. Documento por nós atribuído a Antônio VIEIRA. Consultar o artigo **Padre Vieira e a ordem colonial**, Ivan ALVES FILHO, in **Jornal do País**, 18 de outubro de 1984, que dá o conteúdo desse documento, principalmente no que tange à rebelião dos índios Janduís.
9) **Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador D. Pedro de Almeida, de 1675 a 1678.** Documento reproduzido por Edison CARNEIRO — **O Quilombo dos Palmares** — São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958, pp.201-222. A citação é da página 202. Documento publicado inicialmente no RIHGB, tomo XXII, 1859, pp. 303-329.
10) TAUNAY, Afonso de E. — **Subsídios para a História do tráfico africano no Brasil colonial** — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Separata dos Anais do Terceiro Congresso de História Nacional, 1941, III vol., esp. pp.532-535.
11) GANDAVO, Pero de Magalhães — **Tratado da terra do Brasil**, op.cit. p.26; CARDIM, Fernão — **Tratados da terra e gente do Brasil**, op.cit. p.164.
12) Ver Claude-Henri FRECHES — **De l'indien et du Brésil à la fin du XVI-éme siécle** — Paris, Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian, 1978, esp. pp.120-121.
13) Consultar a esse respeito, Frédéric MAURO, **Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle (1570-1670)** — Paris, Sevpen, 1960, p.179.
14) SOUSA, Gabriel Soares de — op.cit., vol.1, p.110.
15) MATTOSO, Kátia M. de Queirós — **Être esclave au Brésil** — Paris, Hachette, 1979, p.29.
16) ABREU BRITO — **Um inquérito à vida administrativa e econômica de Angola e do Brasil** — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, pp.30-31.

17) **Cópia de uma Carta do Padre Pero Rodrigues etc in ABN**, Rio de Janeiro, 1898, vol.XX, p.255.
18) Ver a esse respeito Felisbelo FREIRE — **História de Sergipe** — Petrópolis, Ed.Vozes/Sec. de Educ. e Cult. do Estado de Sergipe, 1977, p.92 e sobretudo Horácio de ALMEIDA — **História da Paraíba** — João Pessoa, Ed. da UFPB, 1978, vol.1, p.166.
19) Frei Vicente do SALVADOR — **História do Brasil** — Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, pp.287-290.
20) Biblioteca Nacional de Paris, **Fonds Portugais**, nº 8, 1586, Relação de Angola, fl.278v.
21) CADORNEGA, Antônio de Oliveira — **História Geral das Guerras Angolanas** — Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940, vol.1, p.151. A primeira edição desta obra é de 1640.
22) Sobre a História e Geografia de Alagoas, consultar notadamente: Jayme de ALTAVILLA — **História da Civilização das Alagoas** — Maceió, MEC, 1962; Sebastião de Vasconcellos GALVÃO — **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco** — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910, 3 vols.; J.B. Fernandes GAMA — **Memórias históricas da Província de Pernambuco** — Recife, Arquivo Público Estadual, 1977, 2 vols.; Craveiro COSTA — **História das Alagoas** — São Paulo, Companhia Melhoramentos s/d.
23) **Relação das guerras feitas aos Palmares etc.**, doc.cit., p.202
24) COUTO, Domingos Loreto do, op.cit., p.188.
25) **Correspondência** de Diogo BOTELHO in RIHGB, tomo LXXIII, parte I, p.37.
26) Ibid., p.121.
27) Ibid., p.37.
28) Ibid., p.195.
29) FREITAS, Décio — **Palmares, a guerra dos escravos** — Porto Alegre, Editora Movimento, 1973, pp.38-39; Biblioteca da Ajuda - 51-V-48, 19 de março de 1605, fl.9.
30) **Correspondência** de Diogo BOTELHO, doc.cit., p.218.
31) Ibid., p.192.
32) **Correspondência** do Governador D. Diogo de MENEZES (1608-1612) - Rio de Janeiro, Anais da Biblioteca Nacional, 1939, vol.LVII, p.39.
33) Ibid., p.69.
34) ANTT — Cartório Jesuístico — maço 88, 29-9-1610, fls.313v.
35) **"Antiguidades de Penedo"** in RIHGA, Maceió, 1872, nº 1, pp.28-29.
36) **Razão do Estado do Brasil** — 1612 — Rio de Janeiro, IHGB (originalmente Lata 490, Pasta 3), pp.190-191.
37) Ibid., p.113.
38) Ibid., pp.154-155.
39) Idem.
40) Ibid., p.110.

41) Consultar a esse respeito o vol.IV **(Satírica)** das **Obras de Gregório de Mattos**, Rio de Janeiro, 1929.
42) Citado por J.F. de Almeida PRADO in **Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil** — São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941, vol.II, pp.437-438.
43) ENNES, Ernesto — op.cit.p.429.
44) Frei Vicente do SALVADOR — **História do Brasil**, op.cit.p.285 e segs.
45) **"Registro da Folha Geral deste Estado"**, in Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, vol.27, 1905, pp.351-376.
46) Consultar sobre isso George MACGRAVE — **História Natural do Brasil** — São Paulo, Edição do Museu Paulista, 1942; Domingos Loreto do COUTO — **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco** — Rio de Janeiro, Anais da Biblioteca Nacional, vols.XXIV e XXV; Francisco de BRITO FREIRE, Nova Lusitânia, Lisboa, 1675.
47) RAMOS, Duvitiliano — "A posse útil da terra entre os quilombolas" in **O negro revoltado**, coord. de Abdias do Nascimento, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1968, p.98.
48) AIRES DO CASAL, M. — **Corografia Brasílica** — São Paulo, Belo Horizonte, USP/Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.255.
49) Consultar Renato de ALMEIDA — **"O brinquedo da capoeira"**, in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 1940, vol.LXXXIV, pp.157-162. Sabe-se, contudo, que em outros quilombos fundados no País, a capoeira era realmente praticada.
50) Consultar a esse propósito André THÉVET — **Singularidades da França Antártica** — São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, p.99.
51) Ver João BLAER — "Diário da viagem do Capitão João Blaer" etc. in Edison Carneiro — **O quilombo dos Palmares**, op.cit., pp.251-260.
52) COUTO, Domingos Loreto do — op.cit., p.189.
53) ANTONIL, André João — **Cultura e Opulência do Brasil** — Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p.106.

Capítulo II

"OS AÇÚCARES DO BRASIL"

"Os escravos serviram nesta ocasião o de serem senhores de seus senhores; mostrando bem que os tinha feito servos a violência, e não a obrigação; faltando ao serviço, quando os chamava a liberdade."

— Frei Raphael de Jesus, ao comentar o comportamento da massa escrava diante da chegada dos holandeses a Pernambuco.

OS HABITANTES DE Olinda estavam conscientes de que isso aconteceria um dia e no entanto foram tomados de pânico: a notícia do desembarque de tropas holandesas na praia de Pau Amarelo, a alguns quilômetros dali, no dia 14 de fevereiro de 1630, provocaria uma formidável debandada:

> "As lágrimas e gritos publicavam a dor das feridas antes de verem as espadas (...) Com esta confusão saíram muitas famílias da vila para o mato, ensinando-lhes o amor da vida a desprezar o mais precioso da fazenda"[1], denunciaria um padre beneditino.

Dois dias mais tarde, as tropas holandesas dominavam a vida de Olinda.

A intervenção holandesa no Brasil se explica pelo quadro internacional da época. Em 1580, a Coroa portuguesa cai sob o

domínio espanhol e sua aliança tradicional com a Holanda fica assim automaticamente rompida. De fato, os interesses do grupo mercantil espanhol tinham entrado em contradição aberta com aqueles dos burgueses de Amsterdã, que, através da venda de produtos manufaturados aos países ibéricos, tinham conseguido desviar para si uma grande parte do ouro, da prata e dos produtos tropicais fabricados sobretudo pelas colônias americanas. Ora, há fortes indícios de que capitais holandeses estavam presentes no Brasil desde as primeiras fases da instalação dos engenhos. Sendo assim, como os capitalistas batavos poderiam aceitar esse novo estado de coisas? Cruzar os braços não era propriamente de seu feitio. Já que lhes era vedado o comércio com o Brasil, eles não hesitaram: recorreram à força para controlar diretamente as zonas produtoras de açúcar. Tornando-se no final do século XVII a primeira potência comercial e marítima da Europa, a Holanda forja os instrumentos indispensáveis para conduzir a seu termo os seus projetos expansionistas: em 1621, à maneira da Companhia das Índias Orientais, que coordena os seus interesses no Oriente desde 1602, a burocracia mercantil de Amsterdã (em estreita associação com os grupos econômicos das principais províncias) funda a Companhia das Índias Ocidentais. O Estado terá aí uma participação financeira simbólica, mas fornecerá uma ajuda militar real. A Companhia tem por objetivo ocupar as colônias ibéricas das Américas, assim como determinados portos escravistas africanos. O Brasil será o carro-chefe dessa política, conforme se depreende da leitura de um relatório elaborado em 1633 por um alto funcionário da Companhia estabelecido em Pernambuco:

> "Os açúcares do Brasil, enviados diretamente a nosso país, custarão bem menos do que custam agora, pois que serão libertados dos dízimos e dos consideráveis direitos de entrada que sobre eles se cobram em Portugal, e desta forma destruiremos seu comércio de açúcar; os artigos europeus, tais como tecidos, panos, etc, poderão pela mesma razão ser fornecidos por nós ao Brasil muito mais barato. O mesmo se dá com a madeira (brasil) e o fumo."

E mais adiante:

> "Além disso, esta conquista nos fornece os meios para outros empreendimentos importantes, tais como a conquista do Brasil meridional (...), o desvio do comércio de Angola, a anexação do Rio do Prata e a navegação do Chile e de todo o mar Pacífico"[2].

A ocupação holandesa provoca o imediato desmoronamento do poder colonial português instalado em Olinda. O que se poderia chamar de forças de resistência se reúne em torno de Matias de Albuquerque, provavelmente o maior proprietário de terra da Capitania, e que se estabelecera no Arraial do Bom Jesus. Localizado numa colina nos arredores de Recife (cidade que os holandeses haviam ocupado na intenção de estabelecer aí a nova capital), o reduto de Matias de Albuquerque se compunha praticamente ou unicamente de sobreviventes do pequeno exército colonial baseado em Olinda. A atividade principal dessas poucas centenas de soldados do Arraial do Bom Jesus consistia na condução da guerra de guerrilha e sabotagem contra as plantações e engenhos controlados pelo novo invasor. Na realidade, os homens do Arraial nada mais podem fazer de concreto além de queimar canaviais. Diríamos até que dificilmente poderiam vislumbrar uma saída para a situação a essa altura da ocupação. De um lado, o Brasil não possuía indústria própria de armamento — as poucas

armas existentes estavam praticamente todas concentradas na Bahia. De outro, eles tampouco poderiam contar com apoio do exterior, pois a Espanha, mergulhada em um conflito que a opõe à França e à Grã-Bretanha, hesita em socorrer uma colônia longínqua que, em última análise, poderia sempre voltar para o domínio da Coroa portuguesa. Mesmo assim, a Espanha procura firmar um acordo diplomático com a Holanda, propondo a esse país territórios na Europa em troca do Brasil, o que foi recusado[3]. Portugal, por seu turno, alegava nada poder fazer, procurando apenas seguir com interesse os movimentos de Matias de Albuquerque[4]. Assim, os homens de Bom Jesus estavam na dependência de uma ajuda externa que, naquele contexto, não tinha condições de se concretizar. Finalmente, a superioridade militar dos holandeses se impõe sem muitas dificuldades, com o esmagamento da base de Matias de Albuquerque assinalando praticamente o fim da resistência dos senhores.

Decididamente, a classe dominante colonial estava em péssimos lençóis: a esmagadora maioria de seus componentes e defensores iniciou uma longa marcha em direção ao extremo-sul da Capitania tão logo soube do ímpeto das forças de ocupação batava. No seu conjunto, ela aguardava que os holandeses consolidassem as suas posições na Colônia. Esse oportunismo deslavado da classe dominante colonial foi perfeitamente compreendido pelo Governador holandês D. Van Weerdenburch, ao considerar que "a remessa de seus açúcares não poderá ainda incomodar muito os habitantes", exprimindo o desejo de enfrentar o quanto antes as forças espanholas, pois

> "não há esperança de entabular relações de comércio e de negócio aqui, nem de ver os índios ou habitantes portugueses penderem para o nosso lado, enquanto não tiverem sentido os efeitos do socorro espanhol, cuja força estamos firmemente resolvidos a esperar"[5].

Mas isso não é tudo: para dificultar ainda mais esse quadro, os seus "inimigos do interior" — os índios e escravos negros que ela oprimia — procuraram, cada um à sua maneira, é verdade, tirar proveito da nova situação.

Os índios aderiram em massa aos novos ocupantes, querendo, assim, acertar as suas contas com o antigo colonizador. Aqueles que combateram ao lado dos portugueses representavam uma ínfima minoria, não passando de mercenários. As autoridades coloniais, estupefatas com a amplitude da adesão dos índios ao projeto holandês, fundaram em 1636 o posto de Capitão-mor dos Índios numa clara tentativa de enquadrar militarmente os índios aliados. O comando desse novo Terço seria exercido pelo índio Felipe Camarão. Os holandeses, por seu turno, criam uma organização militar semelhante, encarregando Pero Poti — um índio que residira em Amsterdã, onde fora preparado pelos holandeses para exercer uma influência política junto aos índios das áreas ocupadas — de encabeçá-la. Em carta escrita em língua tupi, Poti exorta Camarão a romper a sua aliança com "uma nação que nunca tratou de outra coisa senão de nos escravizar". A sonhada adesão de Camarão faria com que os "trapaceiros e traidores" portugueses fossem expulsos, podendo os índios conviver em paz com "os estrangeiros que nos reconhecem e tratam bem na nossa terra". Mas Camarão declinaria do convite à formalização de uma aliança[6].

Os escravos negros adotaram uma estratégia radicalmente diferente. Isto é, ao invés de se aliarem a um colonialismo contra o outro, procuram na maioria dos casos preservar a sua liberdade de movimento. Por ocasião da queda de Olinda, como vimos, os escravos não deixaram dúvidas quanto ao

caráter de seu comportamento dali em diante. Os documentos e testemunhos diversos comprovam que, uma vez em liberdade, os escravos apelavam para todo tipo de atividade de sabotagem contra os bens dos senhores. Mesmo a pequena minoria que aceitara colaborar com os holandeses muitas vezes se vingava dos antigos senhores acusando-os de esconder armas para usá-las contra os batavos. Às vezes, essas acusações sequer tinham fundamento. Quase sempre, segundo um testemunho, era preciso pagar "um muito bom preço" para recuperar esses escravos[7]. A fuga dos escravos — no mais das vezes essas rebeliões tinham um caráter espontâneo; nem todos os escravos conseguiam estabelecer contato com os palmarinos — passou a preocupar de tal forma as novas autoridades que os senhores-de-engenho instalados na zona ocupada pelos holandeses obtiveram armas para tentar contê-la. Uma outra minoria de escravos aderiu às forças portuguesas, que, para efeito de enquadramento militar, criaram em 1639 o posto de "Governador dos Crioulos e Pretos", dirigido por Henrique Dias.

Por seu turno, os palmarinos conduziam uma luta em duas frentes durante toda a nova ocupação. As crônicas registram que eles armaram alguns grupos que agiam nas imediações de Cabo de Santo Agostinho em 1633. Paralelamente, lançaram freqüentes ataques contra engenhos e fazendas próximas aos quilombos. Um viajante francês que visitara Pernambuco em 1635 chegou a narrar em livro o seqüestro de uma família de colonos portugueses pelos palmarinos[8]. Pouco tempo antes de serem atingidos por uma ofensiva portuguesa comandada por Belchior Dias Brandão, os palmarinos deixavam constantemente sobressaltados os colonos refugiados em Porto Calvo. Os holandeses muitas vezes enviaram tropas em sua perseguição, mas essas medidas não alcançavam resultado algum. Sabe-se que neste mesmo ano, por exemplo, uma das

condições que os holandeses propuseram aos portugueses por ocasião da assinatura de um acordo de paz implicava o "direito de poder trazer consigo armas, exclusivamente para se defender de salteadores e levantados"[9].

No início de 1637, desembarcava em Recife João Maurício de Nassau-Siegen. Membro de uma velha família da nobreza européia e um dos fundadores da Companhia das Índias Ocidentais, Maurício de Nassau pretendia-se um estadista esclarecido: "Grande Império e mentalidade estreita", dizia ele, "não são bons companheiros"[10].

Um variado leque de problemas aguardava o novo administrador. E Maurício de Nassau os encarou com determinação. Inicialmente, deu combate aos últimos focos de resistência portuguesa estabelecidos em Porto Calvo. Uma vez vitorioso, a etapa seguinte se anunciaria mais delicada: tratava-se de costurar sólidas relações com a classe dominante de extração portuguesa; em uma palavra, conduzi-la a colaborar abertamente com o ocupante holandês. Maurício de Nassau não poderia ter atingido melhor o seu alvo quando deu aos senhores-de-engenho a possibilidade de voltar a adquirir, por intermédio de um sistema de créditos, os seus antigos estabelecimentos confiscados pela administração precedente. De uma tacada só, como se diz, ele restabelecia as finanças singularmente abaladas da Companhia — a venda dos engenhos lhe rendendo cerca de dois milhões de florins — e fortalecia — por que não? — um pouco mais ainda a sua própria fortuna pessoal, pois, segundo as condições estipuladas em seu contrato, receberia uma comissão de 2% sobre o total das transações realizadas na Colônia[11]. No plano estritamente militar, apesar

do insucesso das duas investidas contra a Bahia os holandeses conseguiriam conquistar em pouco tempo as Capitanias do Ceará e Sergipe.

A dominação holandesa se consolidava cada vez mais. E a chegada de Maurício de Nassau materializaria isso, particularmente no que toca às relações do poder recém-instalado com a classe dominante herdada da fase portuguesa. Assim, a nova administração cria pela primeira vez na Colônia um Jardim Botânico e uma Biblioteca. Numerosos sábios e artistas estrangeiros afluem a Pernambuco. A liberdade de culto é garantida, com as igrejas calvinistas ladeando os templos católicos e as sinagogas. E até mesmo um Parlamento — o primeiro da América do Sul — é fundado nessa ocasião. Trata-se, evidentemente, de mais um instrumento a serviço da confraternização entre os funcionários holandeses e os senhores-de-engenho. Contrariamente ao Parlamento de Amsterdã, as classes mais desfavorecidas da população não se encontram representadas aqui: nem os pequenos plantadores, nem os artesãos ou pequenos comerciantes; enfim, nenhum setor dos trabalhadores livres e muito menos os trabalhadores escravos tinham acesso a ele[12].

O principal desafio à administração de Maurício de Nassau chamava-se força de trabalho. De fato, sem escravos, como pôr em marcha os engenhos? Em um primeiro tempo, foi aventada a hipótese da vinda de colonos da Holanda (houve quem nutrisse ainda alguma esperança de convencer os soldados batavos, uma vez encerrado o seu serviço militar na Colônia, a permanecerem por aqui na qualidade de plantadores ou de agricultores[13]). Todos esses planos seriam rapidamente abandonados em proveito da retomada do rendoso tráfico de escravos. E os novos ocupantes decidem, paralelamente, deixar nas mãos dos antigos senhores a administração dos engenhos. Essa a razão pela qual Maurício de Nassau tanto

prezava o diálogo com os senhores e demais segmentos da classe dominante colonial.

Seja como for, a Companhia, que se estabelecera no Golfo de Guiné, envia anualmente 2 mil escravos dessa região para o Nordeste brasileiro. Mas ainda era pouco para relançar a produção. O passo seguinte seria a conquista de Angola em 1641. As estatísticas holandesas mencionam a entrada de mais de 23 mil escravos em Pernambuco no período de 1636 a 1645, o que teria rendido a soma de 7 milhões de florins à Companhia[14]. O fato é que em 1639 a Capitania já conta com 121 engenhos em funcionamento, contra 150 em 1629, às vésperas da ocupação. A batalha da produção estava ganha[15].

A libertação de Portugal do jugo espanhol, em 1640, teria efeitos imediatos sobre a vida da longínqua Colônia sul-americana. As autoridades holandesas designavam a Espanha como "inimigo comum" seu e de Portugal. Já em junho do ano seguinte, os dois países assinam um tratado de paz que contemplava uma trégua por 10 anos. O tratado nada dizia sobre o estatuto concreto do Brasil, o que contribui ainda mais para consolidar o controle holandês sobre a Colônia.

Na realidade, Nassau governa absoluto. Ou quase isso. Como havia bem manobrado, os únicos que se opunham de fato à dominação batava eram os palmarinos. E o poderio destes aumentava de tal forma que uma Assembléia-Geral fora convocada em 27 de agosto de 1640 e, na presença de Nassau, discutira em sua ordem-do-dia a luta contra "os salteadores dos bosques"[16]. Para os membros da Assembléia, a única forma de combater os "negros fugidos" residia no estabelecimento de "capitães de campo e soldados em cada freguesia", os quais deveriam "ser providos de mantimentos" pelos pró-

prios moradores[17]. Alguns meses antes, um Alto Conselheiro no Brasil, Adriaen van der Dussen, advertira as autoridades de seu país para os "salteadores mulatos e negros" que viviam "nas matas e são difíceis de apanhar"[18].

Em fevereiro de 1641, os holandeses teriam uma prova suplementar da amplitude da presença palmarina na Capitania. Viajando de Recife para o sul da Capitania, o administrador da Companhia, Adriaen van Bullestrate, tinha por principal objetivo fazer um levantamento do montante das dívidas contraídas pelos senhores-de-engenho. E em suas andanças ele perceberia rapidamente que os palmarinos atacavam constantemente os engenhos e núcleos populacionais baseados ao longo do Rio São Miguel. Na vila de Santo Amaro, "todos os moradores" se queixavam amargamente dos palmarinos, "que levavam tudo que podiam". Bullestrate verificaria ainda que eles haviam estendido suas ações até a vila de Serinhaém, na parte leste da Capitania. Finalmente, a freqüência dos ataques palmarinos obrigara os moradores a se refugiarem na localidade de Alagoas do Sul, no extremo-sul da Capitania, uma área relativamente bem protegida pelos soldados[19].

O novo clima gerado pela assinatura dos acordos de paz influenciou seguramente a decisão holandesa de organizar uma expedição contra os palmarinos. Segundo Gaspar Barleus, cronista da administração de Maurício de Nassau, os holandeses possuíam informações sobre a existência de dois quilombos em Palmares. O método utilizado para a obtenção dessas informações revela a paciência e o cuidado das novas autoridades:

> "Certo Bartolomeu Lins vivera entre eles para que, depois de ficar-lhes conhecendo os lugares e o modo de vida, atraiçoasse os antigos companheiros e servisse de chefe da expedição"[20].

Os holandeses sabiam que os Palmares Grandes — que, segundo Barleus, era menos povoado que os Palmares Pequenos — se localizavam no topo de uma montanha chamada Behe (Barriga), distante 180 quilômetros de Santo Amaro, sendo habitado por cerca de 5 mil pessoas. Os Palmares Pequenos, por seu turno, se situaria às margens de um afluente do Paraíba, "escondido no meio da mata", a 120 quilômetros de Alagoas do Sul, e sua população atingiria 6 mil indivíduos[21]. É interessante observar que os holandeses praticamente inauguraram na Colônia a atividade de espionagem organizada. E esse Bartolomeu Lins citado por Barleus era provavelmente o mesmo Bartolomeu Lins proprietário de um engenho em Porto Calvo em 1639[22].

As autoridades reuniram para a expedição 300 soldados holandeses armados de "mosquetes e espingardas", 700 índios "guerreando com suas próprias armas" e 100 mulatos. A expedição estabeleceu por objetivo atacar os Palmares Grandes, preferencialmente durante o mês de setembro, quando, devido ao término da estação das chuvas, a água rareava na Serra da Barriga. Os holandeses foram obrigados a adiar o projeto para enviar um contingente militar a São Tomé com o intuito de reprimir uma rebelião escrava. Detalhe importante: o Conde Maurício de Nassau tomou parte diretamente na organização da expedição[23].

A situação preocupava os holandeses a ponto de dois membros da Companhia — Walbeeck e Moucheron — aconselharem em 1643 que, para "tranqüilidade e segurança dos moradores das Alagoas contra os negros dos Palmares", fossem os índios novamente mobilizados, mesmo que para isso fosse preciso deslocá-los de longe. Os dois afirmavam ainda que os colonos não ousavam mais residir em vilas importantes como Santo Amaro, "salvo se mantiver ali constantemente uma força de 30 ou 40 soldados"[24]. De fato, os colo-

nos não estavam completamente seguros: um morador daquela região, Bastião Ferreira, recusara, "cerca de seis meses passados", meia légua de terras junto ao engenho São Miguel e isso por ter sido "muito perseguido pelos negros dos matos". Bastião Ferreira havia recebido gratuitamente aquelas terras ...[25].

Os holandeses tinham pressa em resolver a questão palmarina. Até porque a classe dominante de extração portuguesa já estava começando a desarticular a economia, vendendo indiscriminadamente os escravos, alegando, segundo Maurício de Nassau, que eles tinham sido "raptados pa a Palmares", *Palmores* para os holandeses[26]. Assim, em janeiro de 1644, a expedição pôde finalmente partir em busca dos palmarinos. À sua frente ia o Capitão Rodolfo Baro. As fontes holandesas consultadas não indicam os efetivos da expedição, limitando-se a noticiar que cerca de 100 tapuias (número por sinal bem inferior àquele previsto por ocasião dos preparativos da expedição de Magalhães) se integrariam às forças de Baro. Alguns meses mais tarde, Baro retornaria a Recife anunciando a destruição dos Palmares Grandes, onde 100 negros teriam sido mortos e 37 capturados, entre os quais "sete índios e alguns mulatos de menor idade". Desse modo, a documentação holandesa desmente, tal como a portuguesa, a base étnica unicamente negra do movimento palmarino[27].

Pouco tempo depois os palmarinos relançam seus ataques e o Governador, Henrique Hous, decide organizar outra expedição a Palmares sob o comando do Capitão João Blaer, um especialista da chamada guerra do mato, a luta de guerrilhas.

Composta principalmente de índios e mestiços enquadrados por soldados e alguns oficiais holandeses, a expedição parte em 26 de fevereiro do engenho do Salgado, localizado nas Alagoas do Sul. Ao final de 20 dias de marcha, tendo

subido o curso do Paraíba pela sua margem esquerda, Blaer e seus homens encontram um quilombo no cume da montanha. Era o quilombo do Oiteiro dos Mundéus, abandonado há três anos devido à insalubridade do local. Para atingir esse quilombo foi preciso atravessar uma plantação de cana-de-açúcar de duas milhas de extensão. Segundo o diário da expedição, "este Palmares tinha meia légua de comprimento e duas portas; a rua era da largura de uma braça (...) as portas deste Palmares eram cercadas por duas ordens de paliçadas ligadas por meio de travessões"[28].

Após algum tempo mais de marcha, as tropas vislumbram outro quilombo, completamente abandonado também. Prosseguindo, a expedição encontra ainda, "todas as meias horas", quilombos erguidos após os palmarinos terem abandonado os chamados Palmares Grandes. Estavam todos desertos[29].

A 21 de março, as tropas atingem a parte ocidental de um outro quilombo. Tampouco houve ali qualquer combate, mas os holandeses fizeram algumas prisões, notadamente de uma mulher e uma criança que se tinham perdido de seu grupo. Os holandeses souberam então através de um dos prisioneiros que o principal dirigente do quilombo estava a par da chegada dos holandeses "por ter sido avisado das Alagoas". A rede de espionagem dos palmarinos também sabia dar provas de sua eficiência. As tropas puseram fogo no quilombo — que tinha 220 casas e 1.500 habitantes — e, após rápidas ações nos seus arredores, decidiram voltar para Salgado[30].

A expedição esteve longe de significar um sucesso e os holandeses não tiveram mais a oportunidade de preparar outra, de vez que, poucos meses depois, os senhores-de-engenho se sublevavam na Capitania.

De fato, as novas autoridades quiseram pôr um ponto final nas dívidas dos senhores junto à Companhia iniciando o

confisco de um grande número de engenhos e fazendas. Não poderiam ter cometido erro maior. A reação da classe dominante colonial foi imediata. João Fernandes Vieira, um imigrante da Ilha da Madeira que fizera fortuna como capitão-do-mato a serviço dos holandeses, tornando-se proprietário de vários engenhos, era um dos cinco maiores devedores da Companhia. O seu fervor "patriótico" devia ser proporcional (ou quase) ao montante de sua dívida, pois Fernandes Vieira foi encarregado pelos demais senhores de organizar a insurreição.

A classe dominante colonial compreendeu rapidamente que, para combater os holandeses, era preciso ampliar a sua base social em direção às camadas mais oprimidas da população. As milícias negras e índias comandadas por Henrique Dias e Felipe Camarão não tinham condições para definir favoravelmente os rumos da guerra. Era preciso atrair de fato os índios e sobretudo os negros. Nesse sentido, os senhores lançaram um apelo aos escravos, oferecendo-lhes a alforria em troca do engajamento nas milícias por eles controladas. Sem dúvida alguma, certos escravos optaram por integrar o movimento palmarino. Aliás, os documentos se referem explicitamente "aos negros em fuga"[31] para os quilombos; sabe-se também que Henrique Dias chegou a comandar uma expedição "nos confins do Rio São Francisco"[32]. Mas em sua maioria os escravos responderam pela afirmativa à oferta que lhes havia sido feita. Ao término de dez anos de encarniçados combates (1645—1654), os holandeses foram expulsos do Brasil.

Nesse contexto, e para defender a sua própria sobrevivência enquanto classe social dominante, os senhores tiveram, em função da conjuntura, de alforriar os escravos. Em outras palavras, o sistema escravista bloqueava objetivamente todo e qualquer projeto com vistas a uma aliança entre classes sociais

antagônicas, com os escravos recusando-se a servir aos desígnios políticos da classe dominante. Por ter compreendido isso, a classe dominante colonial soube evitar um transbordamento pró-palmarino da massa escrava e, ao mesmo tempo, logrou tomar a frente da rebelião. Mas, no imediato pós-guerra, seus interesses de classe a conduziram, desta feita, a restabelecer em toda a sua plenitude e vigor a velha ordem escravista. E mais: aliou-se novamente aos portugueses. Nessa fase de sua história, ela não poderia existir enquanto classe fora da ordem colonial-escravista. Ou seja, ela era classe dominante porque colonial, agente dos interesses comerciais de uma metrópole estrangeira.

Notas Bibliográficas
Capítulo II

1) FREI Raphael de Jesus — **O Castrioto Lusitano** — Paris, s/ed., 1844, p.31.
2) **Documentos Holandeses** — Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, vol.1, p.123-126.
3) BOXER, C.R. — **Os Holandeses no Brasil** — São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1691, pp.63-64.
4) **AHU** — Pernambuco — Códice 504, Lisboa, 8 de março de 1635, fls.30-30v.
5) **Documentos Holandeses** — docs.cit., pp.73-74.
6) PEREIRA DA COSTA, F.A. — op.cit. vol.3, ano de 1645.
7) FREI Raphael de Jesus — op.cit., p.31.
8) DELAFAYE-BREHIER, Julie — **Les portugais d'Amérique** — Paris, Éditions Dehuby, 1847.
9) GUERRA, Flávio — **Uma aventura holandesa no Brasil** — Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1977, pp.96-97.
10) BOXER, C.R. — op.cit., p.221.
11) Ibid., p.96-97.
12) Consultar José Honório RODRIGUES e Joaquim RIBEIRO — **Civilização holandesa no Brasil** — São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, pp.233-236.
13) BOXER, C.R. — op.cit., p.180.
14) Ibid., p.194. Sobre os lucros realizados pela Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, ver nomeadamente P. M. NETSCHER — **Os holandeses no Brasil** — São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.
15) Ibid., pp.103-104.
16) **"Atas da Assembléia Geral"** in RIAGP, 1886, vol.31, p.179.
17) Ibid., p.187.
18) Adriaen van der DUSSEN — "Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil" in **Fontes para a História do Brasil Holandês** — Recife, MEC/SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1981, p.221.
19) FREITAS, Décio — op.cit., p.62. Ver também Johannes van WALBEECK e Henrique de MOUCHERON — **"Relatório sobre o estado das Alagoas em 1643"** — in RIAGP, 1887, vol.33, p.156.
20) BARLEUS, Gaspar — **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau** — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940, p.270.
21) Ibid.
22) Adriaen van der DUSSEN — **Relatório sobre o estado das capitanias etc.** — doc.cit., p.161.
23) BARLEUS, Gaspar — op.cit., p.270.
24) Johannes van WALBEECK e Henrique de MOUCHERON, doc.cit., p.159.
25) Ibid., p.161.

26) **Documentos Holandeses para a História do Brasil** — IHGB, Lata 1-3-25, fls.325/325v.
27) BARLEUS, Gaspar — op.cit., p.323.
28) BLAER, João — Diário da Viagem, etc., doc.cit., p.255.
29) Ibid., p.256.
30) Ibid., pp.256-258.
31) AHU — Pernambuco — Códice 80, Lisboa, 28 de maio de 1642, fls.191/194v.
32) FREITAS, M.M. de — **O reino negro dos Palmares** — Rio, Companhia Editora Americana, 1954, vol.1, p.327. Documento reproduzido por Tancredo MORAES, **Resumo Histórico Antropogeográfico do Estado de Alagoas**, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editora, pp.168-169.

Capítulo III

O INIMIGO INTERNO

"Restituídas as Capitanias de Pernambuco ao domínio de Sua Alteza, livres já dos inimigos que de fora as vieram conquistar; sendo poderosas as nossas armas para sacudir o inimigo, que tantos anos nos oprimiu; nunca foram eficazes para destruir o contrário, que das portas adentro nos infestou; não sendo menores os danos deste do que tinham sido as hostilidades daqueles."

— De um documento colonial, redigido por volta de 1680.

APÓS A PARTIDA das forças holandesas, as atenções da Coroa e dos senhores-de-engenho e demais segmentos da classe dominante colonial se voltam para as tarefas de reconstrução da vida da Colônia. A retomada econômica dos estabelecimentos produtivos (notadamente dos engenhos) e a reorganização do poder colonial encontram-se, então, na ordem-do-dia.

As autoridades portuguesas estavam conscientes do novo quadro político: o desmembramento do Império, verificado durante o período da dominação espanhola — ocasionando a perda da maior parte das praças comerciais no Extremo-Oriente, na Índias e no Golfo Persa em proveito da Holanda e da Grã-Bretanha —, os obrigava a transformar a Colônia brasileira na sua principal fonte de prosperidade.

Uma das primeiras medidas tomadas pela Coroa implicou a isenção dos dízimos por um período de dez anos a todos

os senhores cujos engenhos estivessem equipados "de todo o necessário para moer". Para poder gozar dessa isenção, o proprietário deveria submeter o seu estabelecimento à vistoria do procurador das finanças de sua Capitania. A Coroa exortava igualmente os senhores a "reparar de maneira sólida" os engenhos danificados pelos anos de guerra[1].

Simultaneamente, as autoridades decidem pôr um ponto final no liberalismo comercial vigente na Colônia. A maior parte do comércio açucareiro, por exemplo, estava sob controle de mercadores estrangeiros. A partir de 1660 somente os portugueses têm o direito de comandar na Colônia: a Coroa não permite "em caso algum"[2] que os navios estrangeiros venham descarregar as suas mercadorias nos portos coloniais.

Trata-se, sobretudo, de reforçar o papel da Companhia Privilegiada, fundada em 1647 à base do modelo das companhias comerciais holandesas e britânicas. A Coroa reserva assim a alguns indivíduos a exclusividade do comércio exterior da Colônia. Para proteger esse comércio, a Companhia monta uma poderosa Armada: pouco tempo após a expulsão dos holandeses (isto é, já em 1656), uma frota de 107 navios carregados de "açúcar e outras drogas" desembarca no Tejo. A Metrópole retomava praticamente o controle comercial sobre a Colônia[3].

Outras medidas de caráter monopolista são aplicadas: a Coroa delega a determinados comerciantes o direito de venda do sal na Colônia, proibindo a sua produção em 1665 com o intuito oficial de evitar o contrabando. A plantação de oliveiras e de vinhas seria interditada para não oferecer concorrência aos produtos similares portugueses. O mesmo aconteceria com a fabricação de aguardente de cana-de-açúcar. O caráter subsidiário da economia colonial se vê assim singularmente reforçado[4].

Ao nível político, operam-se importantes transformações na estrutura do poder colonial. Doravante, a Coroa nomeia regularmente, por um período de três a quatro anos, o Governador-Geral, os Governadores das Capitanias e até mesmo os Presidentes das Câmaras Municipais, o que enfraquece consideravelmente o poder local dos senhores-de-engenho.

A essas mudanças de ordem econômica e política convém acrescentar um outro fator fundamental, de caráter demográfico: em meados do Século XVII, em razão do recuo português na Ásia, a Colônia acolhe uma onda considerável de migrantes metropolitanos. Segundo os cálculos realizados pelo historiador Vitorino Magalhães Godinho, cerca de 60 mil portugueses deixaram o Reino entre 1580 e 1640, contra 120 mil entre 1640 e 1700. O autor afirma ainda que para esse último período "e antes do grande *rush* mineiro (...) embarcam em Viana, Porto e Lisboa com destino a Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro" cerca de duas mil pessoas por ano, este número atingindo a casa dos dez mil na fase da corrida aurífera[5].

Contudo, continuam faltando braços na Capitania. Pois a guerra contra os holandeses obrigou os senhores-de-engenho e demais proprietários de escravos a liberá-los em boa parte, para não aludir aos numerosos casos de fuga em direção ao Quilombo verificados ao longo da ocupação batava, o que praticamente deixou Pernambuco à míngua, em matéria de escravos.

De forma geral, e por razões diversas, a questão da mão-de-obra se coloca às autoridades e colonos de todas as Capitanias do litoral. Se em Pernambuco a ausência de braços escravos freava a retomada dos engenhos desativados durante a guerra, em outras Capitanias ela simplesmente inviabilizava o desenvolvimento de novos pólos produtivos.

Tal era o caso do Estado do Maranhão, "cuja conservação e aumento dependem de haver escravos"[6]. O Maranhão, povoado apenas por cerca de 700 portugueses, após o término da guerra simbolizava o avanço da colonização em direção ao Norte da Colônia. De lá, tornava-se mais fácil atingir o Pará e toda a região banhada pelo Rio Amazonas. Como indicou uma autoridade administrativa, em 1658, essa região escapava inteiramente ao controle da Coroa, a ponto de esta não poder fazer um "conceito adequado" sobre a "grandeza de suas voltas, terra e rios"[7]. Desde 1655 a Coroa já havia iniciado consultas junto aos principais juízes e notadamente junto às principais personalidades eclesiásticas da Colônia com o objetivo de fazer com que se manifestem à luz das "leis antigas e modernas ... sobre os casos em que se possam cativar legitimamente os índios" nas áreas conquistadas por ela[8]. Dois anos mais tarde o jesuíta Antônio Vieira, que se encontrava no Maranhão em campanha de evangelização, envia um longo relatório ao Rei. E, em nome da conversão dos índios, ele defende abertamente a escravidão:

> "... por esta via fará V.R. um grande serviço a Deus Nosso Senhor, trazendo para o grêmio da Igreja muitos índios, que fora dela estão perecendo, e ajudando a sustentar e conservar os portugueses, sem os quais a mesma missão e conversão das almas não pode continuar e subsistir"[9].

Diante da viva resistência oposta pelos índios — em 1659 o chefe do Terço dos índios baseado em Pernambuco, Antônio Mendes, foi encarregado de organizar uma expedição ao Maranhão[10] —, a Coroa é obrigada a recuar, propondo aos senhores do Maranhão importar escravos de Cabo Verde para as suas plantações de algodão e cana-de-açúcar[11].

Se no Maranhão a situação era essa, em Pernambuco era ainda muito mais complexa. Para os senhores-de-engenho

dessa última Capitania o recurso à mão-de-obra indígena local era simplesmente impossível: não havia praticamente mais índios por ali. De outra parte, os compromissos assumidos durante a guerra e a própria partida dos cristãos-novos da Colônia como que impediam os senhores de reunir os capitais indispensáveis à compra de novos escravos. A solução mais exeqüível era ir buscar os escravos não muito longe dali: em Palmares.

Segundo um documento fidedigno, o número de palmarinos poderia ser calculado, por essa época, em 16 mil a 20 mil[12]. Francisco de Brito arriscou a cifra de 30 mil palmarinos para a década de 60[13]. Isto parece confirmar o extraordinário crescimento do Quilombo durante a ocupação holandesa.

Como observaria ainda Francisco de Brito, os palmarinos, pelo "trabalho e indústria" de cada membro da comunidade, tinham alimentos em abundância o ano todo[14]. E uma parte de sua produção estava reservada ao comércio com os habitantes das principais cidades das redondezas do Quilombo — Ipojuca, Serinhaém, Alagoas, Una, Porto Calvo e São Miguel. O fato é tanto mais significativo quanto se sabe que essas localidades eram as mais importantes do extremo sul da Capitania do ponto-de-vista da produção alimentícia; já que, conforme assinala uma crônica, são

> "povoações donde se recolhem mantimentos para todas as vilas e freguesias que estão à beira-mar, sem cujos provimentos ficam todas inconserváveis, porque os frutos que dão são os de que mais se necessita, a saber — gados, farinha, açúcares, tabacos, legumes, madeiras, peixes, azeites"[15].

Em troca, os palmarinos exigiam dos colonos que lhes cedessem armas, pólvora, balas e roupas. Em tempos de guerra, propriamente, por vezes os palmarinos recorriam à força para obter essas mesmas mercadorias. Segundo Frei Loreto do

Couto, "alguns moradores para se conservarem e às suas fazendas" estabeleceram com os palmarinos "um trato oculto" relativo ao comércio, ficando com isso "seguras suas casas e escravos". Mas Loreto do Couto indica também que o terror espalhado pelos palmarinos contribuíra para "despovoar todos aqueles sítios que ficavam mais vizinhos às suas terras"[16].

No interior da sociedade oficial, o clima social também era tenso. Havia um grande número de pessoas que, tendo participado da guerra contra os holandeses, continuava com os soldos atrasados. Essa situação atingia tanto os soldados quanto os comandantes de tropas e mesmo religiosos que tinham prestado serviço durante os combates. É o caso, por exemplo, de um certo Frei João da Ressurreição[17], padre engajado nas tropas de Fernandes Vieira, que quase dois anos após o término das hostilidades ainda reivindicava os seus soldos à Coroa. Uma boa parte dos escravos negros liberados para participar da guerra não tinha sido ainda alforriada. Tal situação manifestava a existência de um descontentamento crescente entre as forças coloniais, num momento em que as autoridades procuravam retomar a guerra dos Palmares.

Organizada pelo Governador Francisco Barreto, uma expedição segue para Palmares no final de 1654, sob o comando de Brás da Rocha Cardoso. As autoridades coloniais clamavam por repressão, pois os palmarinos atacavam "os moradores das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Rio São Francisco, levando-lhes os escravos"[18]. Composta por 600 homens e bem equipada, esta expedição trava dois combates contra as forças palmarinas, conseguindo queimar um dos quilombos. Cardoso e seus comandados permanecem no total um mês na região, após o que, esgotados e "desunidos pela discórdia"[19], optam por regressar a Recife[20]. Diante dos "rigores e misérias" que enfrentou, Cardoso "veio a adoecer gravemente", segundo consta de um documento[21].

Ainda em 1654, parte uma segunda expedição em demanda dos palmarinos. As tropas marcham cerca de 60 léguas "pelo sertão", havendo, no dizer de um documento, "excessivo trabalho por se ir sempre rompendo matos e atravessando grandes serras"[22]. Alguns palmarinos foram mortos "pelos matos" e 96 ou 97 feitos prisioneiros — tanto "machos como fêmeas", indica um oficial[23].

No início do ano seguinte, Jacome Bezerra e Antônio Dias tomavam a liderança de uma nova expedição. Após alguns combates, as forças coloniais anunciam a captura de 200 palmarinos, vendidos mais tarde aos senhores-de-engenho. Um cronista qualificaria os resultados dessa expedição de "prodigiosos", já que por essa época "as experiências (dos soldados) eram muito poucas, e a multidão dos negros era muito grande"[24]. Numa carta endereçada a Francisco Barreto, o Governador-Geral Conde de Atouguia não esconde o seu contentamento: "Muito melhoradas são as novas que V.Sa. me dá da entrada dos Palmares". E, ao mesmo tempo em que faz votos para que os "negros não se animem mais a fugir", Atouguia aprova a decisão de Barreto no sentido de que o dinheiro arrecadado com a venda dos prisioneiros reverta aos "soldados que foram àquela jornada"[25].

No final do mesmo ano, Francisco Barreto envia uma nova expedição a Palmares, mas não obteve resultado positivo. O mesmo acontece com aquela organizada por um grupo de senhores-de-engenho de Porto Calvo, ainda no ano de 1655. A bem da verdade, até o final do Governo Barreto alguns poderosos senhores-de-engenho do sul da Capitania — entre os quais Cristóvão e Sibaldo Lins, Antônio Dias Cardoso e Zenóbio Aciolli — organizaram por sua própria conta e mesmo comandaram expedições que, todas, sem exceção, fracassaram. Em função disso, a classe dominante decide retomar o tráfico de escravos com intensidade[26].

Não foi possível até agora encontrar algum documento atestando o envio de expedições a Palmares durante o período em que André Vidal de Negreiros governou a Capitania (1657-1661). Mas existem claros indícios de que os palmarinos mantiveram suas incursões contra os engenhos e fazendas coloniais. Sabe-se, por exemplo, que André Vidal de Negreiros aprovou a doação, em 1660, de "posses para povoar as terras devolutas e sertão desta Capitania de Pernambuco chegados e vizinhos dos rebeldes dos Palmares" a quatro pessoas radicadas na Bahia, entre as quais um capitão e um padre. As terras em questão estavam situadas nos "campos de Granhum-mirim"[27]. Já em 1657 um certo Lourenço de Brito Corrêa também pedira terras no sertão de Pernambuco, "vizinhas dos negros rebeldes dos Palmares"[28]. Povoar a região parecia ser uma das metas do poder colonial.

De fato, a Metrópole não abdicava de nada. Ao contrário. Aparentemente, ela tentava tudo para pôr um ponto final na questão palmarina. É o que explica o fato de o Rei exortar André Vidal de Negreiros, no final de 1657, a que "trabalhe por reduzir e trazer a povoado por meios de religiosos exemplares os mocambos que puder". Não custava nada fazer uma tentativa[29]. O Rei reconhece mais tarde (ou seja, no início de 1660) terem as autoridades locais obrado bem, já que estavam "quietando os negros dos Palmares"[30]. Observe-se, ainda, que apenas dois meses após assumir o Governo Francisco de Brito Freire propõe a criação de uma aldeia indígena "no distrito de Serinhaém para fazer oposição aos negros levantados que continuamente assaltam aqueles moradores"[31].

Francisco de Brito apresenta por essa mesma época um plano para "solucionar" o problema palmarino. Assim, para ele

> "o melhor (seria) impossibilitar-lhes o descanso e o mantimento, perseguindo-os pelo campo, deixando aos soldados as presas que tomarem. E ao desaninhar os negros dos Palmares, podemos fazer ali duas povoações de moradores convenientes para as assistências e marchas semelhantes. Ou então reduzi-los com indústria, dando favor e liberdade a alguns dos que trazemos para persuadirem os demais (...) e sem nenhum receio de voltarem a ser cativos, viverem livres na forma de todos os outros negros seus parentes alistados no Terço de Henrique Dias"[32].

Ao propor uma saída política para o conflito através do oferecimento de uma espécie de anistia, Francisco Brito Freire nada mais faz do que tirar algumas lições do malogro de suas duas expedições.

A primeira dessas expedições se deu em 1661. As forças coloniais, compostas por 300 homens[33], teriam logrado prender alguns palmarinos durante os combates, queimando ainda alguns quilombos e plantações. Pouco mais se sabe sobre essa marcha. Contudo, João de Freitas da Cunha, um oficial responsável pelo envio de munição e alimentos para os soldados, declarou ter amargado "grandes sofrimentos" em sua ida a Palmares[34]. A segunda expedição foi enviada a Palmares na primeira metade de 1663 e contou com a participação de cerca de 200 soldados do Terço dos Henriques em um total de 600 homens. Brito Freire teve "considerável despesa de sua fazenda própria com essas duas expedições"[35]. O fracasso foi total, e o desespero tomou conta do comandante das tropas: em represália ele mandou degolar todos os prisioneiros palmarinos. Informado dessa decisão, o Governador-Geral Conde de Óbidos a condenaria com firmeza, pois se os palmarinos percebessem "que de nenhum modo terão guarida, poderá obrar neles o desespero, o que muitas vezes não consegue o valor".

Visivelmente atormentado pelo fato de que "as armas d'El Rei estavam encontrando nas dos negros a resistência que

não puderam lhe fazer as dos holandeses", ele exige que o Quilombo seja inteiramente queimado "de maneira que não fique mais que as memórias de sua destruição, para último desengano dos negros desta Capitania". Propõe igualmente exterminar, no momento adequado, "todos os prisioneiros". Segundo ele, só poderiam permanecer no Brasil as crianças cuja idade não permitisse "ir se aninhar naquele local"[36]. Assim, o caráter da guerra sofrera uma total mutação: para a Coroa, não se tratava mais de simplesmente recuperar os escravos, mas sim esmagar o movimento de uma vez por todas e liquidar fisicamente todos os palmarinos em idade de procriar.

Ao que tudo indica, porém, o Conde de Óbidos jogava ainda a carta da negociação. Pelo menos é o que se infere de sua correspondência com um certo Brito Ferreira, em setembro de 1663, quando se diz a par da "repulsa que teve a pessoa que Vossa Mercê enviou a eles"[37].

Assim, as propostas do Governador-Geral não tiveram o menor alcance prático. E Francisco de Brito Freire confessaria realisticamente no final do seu mandato que, apesar de todos os esforços feitos, o número de palmarinos "aumentava, ao invés de diminuir"[38].

Em 1664, provavelmente sob o governo de Furtado de Mendonça, o poder colonial manifesta diversas vezes a sua preocupação com os rumos dos acontecimentos junto ao alcaide-mor de Porto Calvo, Cristóvão Lins[39]. Mas nada se pode apurar de concreto sobre a organização de alguma expedição a Palmares por essa época. Sabe-se apenas que Diogo Pinto do Rego, capitão da vila de São Francisco, acudira vez por outra contra os "danos que fazia (por ali) o gentio bárbaro dos Palmares"[40].

Seja como for, um profundo sentimento de impotência reinava então entre os donos do poder colonial:

> "... os melhores cabos desta praça, os mais experimentados soldados desta guerra, se ocuparam nestas levas e, não sendo pouco o trabalho que padeceram, foi muito pouco o fruto que alcançaram"[41].

De fato, a cidadela palmarina permanecia inexpugnável. A perseverança e a coragem de seus combatentes, a proteção que lhes reservava a floresta, as amizades e alianças contraídas junto a determinados habitantes dos vilarejos coloniais, assim como a rede de espionagem montada com a ajuda dos escravos dos engenhos — todos esses fatores reunidos explicam, sem dúvida, o êxito obtido até aquela altura pelo movimento palmarino. Por outro lado, a inadaptação do exército colonial à guerra de guerrilha, o seu desconhecimento da região e mesmo a utilização de um material militar demasiadamente pesado para as condições locais — espadas, arcabuzes e carabinas — dificultavam ainda mais a tarefa das forças coloniais[42]. A adaptação dos palmarinos ao meio físico, ao contrário, seria destacada pelos documentos oficiais:

> "... e como os negros são senhores daqueles matos e experimentados naquelas serras, o uso os tem feito robustos naquele trabalho e fortes naquele exercício. Com que nestas jornadas nos costumam fazer muitos danos, sem poderem receber nenhum estrago, porque, encobertos nos matos e defendidos dos troncos, se livram a si e nos maltratam a nós"[43].

No final de 1667, o Governador Bernardo de Miranda organiza uma expedição a Palmares. Zenóbio Aciolli de Vasconcelos — cujos soldos atrasados são devidamente pagos por ordem expressa do Governador[44] — toma a frente das tropas. Segundo o testemunho de um oficial, os militares sofreram "grandes fomes por falta de sustento", chegando a "comer raízes de árvores". Ao cabo de uma marcha de cerca de 240

quilômetros, as tropas travam "vários combates" com os palmarinos, queimando-lhes um quilombo — mas os palmarinos se retiram do local antes[45]. Segundo o testemunho do Alferes Simão Costa, as tropas "aprisionaram e mataram muitos" palmarinos nessa ocasião[46]. A vila de São Francisco contribui com "50 soldados e 60 índios" para a expedição. O comandante da tropa, Manuel de Souza Pereira, afirma em seu retorno ter "passado na jornada, por ser muito larga, trabalhos e fomes, ajudando a conduzir nas costas muitos soldados"[47].

No ano seguinte, os senhores-de-engenho decidem tomar diretamente as rédeas da repressão. Isso se deve, por um lado, à persistência das ações palmarinas e, por outro, ao fato de o Governador ter sido obrigado a colocar tropas em diversos pontos do litoral, temendo uma nova invasão holandesa.

Reunidos por Cristóvão Lins, os representantes da Câmara da vila de Porto Calvo e daquela de Alagoas decidiram estabelecer "uma união perpétua" com vistas à "extinção dos negros levantados dos Palmares". O acordo configurava que cada cidade deveria enviar um contingente de soldados e um comandante. As pessoas que quisessem participar voluntariamente da guerra, "quer seja da dita Capitania (de Pernambuco), quer das outras" teriam que se submeter ao comando das tropas das duas cidades. O acordo estabelecia ainda que os prisioneiros seriam vendidos fora da Capitania. Mas os combatentes palmarinos mais experimentados deveriam ser "castigados com morte natural como malfeitores". Somente as crianças menores de 12 anos poderiam ser escravizadas na própria Capitania[48].

Segundo um documento — o único, aliás, a fazer uma referência concreta à expedição —, um certo Manuel Góis, acompanhando o Capitão André Velho Tinoco, entrou "pelo sertão pela vila de Alagoas" e "atacou a força maior dos negros". Alguns palmarinos teriam sido mortos e 52 aprisionados. Na retirada das tropas, houve "uma peleja (...) com os mais que vieram querer tirar a presa". As forças oficiais reagiram, porém, ao preço de muitos "doentes e feridos". Góis relatou ainda ter financiado boa parte da expedição, cedendo escravos e mantimentos, notadamente[49]. Dois outros militares também disseram ter estado em Palmares por essa época, mas seus depoimentos nada esclarecem[50].

No mês de março de 1669, o Governador ordena a André Gomes, Capitão-mor da vila de Alagoas, que faça os proprietários de negros capturados durante a guerra palmarina os enviarem a Recife sem mais delongas: de lá, os prisioneiros seriam vendidos para as outras Capitanias. Caso algum proprietário se opusesse, os prisioneiros seriam confiscados em proveito da Santa Casa de Misericórdia de Olinda. Ao que tudo indica, tratam-se de palmarinos capturados no decorrer da expedição de 1668. Seja como for, não deixa de ser significativo o fato de Miranda ter-se dirigido a uma autoridade militar de uma vila signatária do acordo. Convém lembrar, aliás, que uma das condições desse acordo implicava a venda de palmarinos capturados fora da Capitania.

A intervenção do Governador se justifica pelo temor das autoridades de ver os "negros irem para os matos levando consigo maior quantidade (ainda) dos que estão em serviço dos moradores", como a própria "experiência tem mostrado"[51]. Quer dizer, todo cuidado é pouco. Não foi possível apurar se os senhores-de-engenho respeitaram a ordem do governador.

Há, aqui e ali, indícios de que as tropas oficiais e os palmarinos travaram alguns combates no decorrer de 1669. Assim, Manuel Góis afirma ter ido "por cabo de uma companhia derrotando-os (aos palmarinos) na serra de Matequeri" (*sic*), provocando algumas mortes e prendendo alguns palmarinos[52].

Mas os palmarinos continuavam extremamente ativos, a ponto de se poder ler em uma carta queixosa de João Vieira de Morais, "homem nobre da vila de São Francisco", que por causa dos "negros dos Palmares" tinham os moradores dessa localidade de estar "cotidianamente com as armas na mão"[53].

O fato é que, pouco tempo depois, a Coroa reclama junto ao Governador-Geral o envio de uma expedição a Palmares. Por seu turno, Alexandre de Souza Freire escreve ao Governador de Pernambuco pedindo-lhe que inicie "com todas as forças e aperto possível" uma guerra contra o Quilombo. A Coroa manifestava assim o desejo de retomar para si a organização da repressão. Porém, nesse meio tempo, persiste um real descontentamento entre os senhores-de-engenho e proprietários de escravos em geral, indignados com o fato de Souza Freire apropriar-se dos impostos fornecidos pela venda dos prisioneiros palmarinos[54].

No mês de outubro de 1669, mobilizados por uma espécie de polissíndeto da violência — de vez que os palmarinos provocavam "grandes danos e roubos e mortes e grandes incêndios" —, as vilas de Serinhaém e Penedo resolvem aderir ao pacto assinado dez meses antes por Porto Calvo e Alagoas. Considerando-se "desamparados dos ministros de Sua Majestade", os vereadores dessas vilas lançam um apelo à população para que faça o "gasto a sua gente", isto é, financie por sua própria conta, com dinheiro e mantimentos, as futuras expedições a Palmares[55]. Sabe-se que em 1670 um certo Gregório de Brito Freire partiu para "Alagoas do Norte conduzindo munições", tendo em seguida um "encontro" com os palmarinos, que conseguiram fugir. Mas os documentos nada mais dizem sobre o envio de algumas expedições ainda nesse ano[56].

Fernão de Souza Coutinho assume o Governo de Pernambuco e recebe imediatamente uma ordem para organizar uma expedição. Mas a eclosão de uma grave crise social no

rastro de uma onda de epidemias (que mataria mais de duas mil pessoas somente na vila de Recife) o afasta momentaneamente desse objetivo. O Governador toma medidas severas para combater o clima de instabilidade instaurado na Capitania. No fim do ano, ele lança um Bando proibindo o porte de armas de fogo aos escravos negros e mulatos, aos índios e mestiços e aos brancos peões ou que exerçam ou tenham exercido "qualquer ofício mecânico". O castigo pela chibata estava previsto para aqueles que burlassem o regulamento. A utilização de armas somente seria tolerada nos seguintes casos: os escravos ou homens livres que acompanhassem os seus senhores pelas "estradas desertas"; os índios e homens livres que andavam pela Capitania "vendendo suas fazendas", à condição de deixar suas armas à entrada das vilas, recuperando-as ao sair. Os escravos, índios e brancos vivendo "nas fronteiras dos Palmares" ficavam igualmente autorizados a carregar armas. A necessidade de "defesa" diante das ações dos palmarinos — que naquele mesmo ano tinham destruído completamente uma fazenda que as autoridades haviam oferecido a alguns antigos combatentes da guerra contra a Holanda — impunha essa cláusula. Os membros da classe dominante colonial não seriam de forma alguma molestados pelas medidas do Bando[57].

Em junho de 1671, Fernão de Souza Coutinho apresenta ao Rei uma longa exposição sobre a situação em Palmares. Ele observa inicialmente que os palmarinos estavam "crescendo cada dia em número" e que com seu "atrevimento ... fazem despejar muita parte dos moradores desta Capitania mais vizinhos aos seus mocambos". Coutinho propõe concentrar tropas, no decorrer dos meses seguintes, na vila de Porto Calvo, de onde elas partiriam para "abrir caminhos para os ditos Palmares". Reside aí, justamente, uma das dificuldades maiores da guerra dos Palmares, pois, "pela aspereza das

terras, falta de caminhos e de carruagem para os mantimentos", tudo deveria ser conduzido "às costas de negros por não haver estradas para carros, nem para mais que um homem atrás de outro". A colaboração militar dos habitantes dos povoados coloniais era tanto mais imprescindível quanto não estava

> "menos perigoso este Estado com o atrevimento destes negros, do que esteve com os holandeses, porque os moradores nas suas mesmas casas e engenhos têm os inimigos que os podem conquistar ..."

De fato, a aliança dos palmarinos com os escravos domésticos e das plantações seria assinalada por mais de uma autoridade no decorrer da guerra. Seja como for, o Governador exprime ainda o receio de ver os palmarinos, que controlavam uma região rica em ferro e em salitre, fabricar em suas "tendas de ferreiros" armas de fogo semelhantes àquelas utilizadas pelas forças coloniais. Para Coutinho, "deixar esta Capitania livre desta perturbação" significaria "o maior prêmio de todos os serviços que a Vossa Alteza desejo fazer"[58].

Passando do discurso à prática, o Governador encarrega André da Rocha Dantas de organizar alguns meses depois uma expedição a Palmares. O projeto teve de ser abandonado por falta de efetivos militares. Mas o Governador-Geral Afonso Eduardo de Castro comunica a Coutinho, em setembro, que continua aguardando o envio de uma expedição a Palmares, "cuja destruição será o descanso desses povos"[59]. Dois meses mais tarde, Castro lhe assegura ter a "guerra dos Palmares por importantíssima" e arrisca uma profecia: "Creio que para Vossa Senhoria se destinou a glória de debelar tão nocivos inimigos"[60]. Para isso, era preciso contar igualmente com os serviços de um sacerdote, cujos soldos deveriam ser devidamente acertados, pois sua presença era necessária para "administrar os sacramentos aos soldados". Castro informa ainda que um outro tipo de alimento — sem dúvida bem mais material: trata-se de um carregamento de farinha-de-mandioca para os soldados — já se encontrava a caminho, pois "os pernambucanos não são menos robustos que os paulistas", que naquele momento combatiam levantes de índios na Bahia[61].

É possível que o Conselho Ultramarino estivesse pressionando as autoridades locais no sentido de que preparassem logo uma expedição a Palmares. De fato, a questão palmarina preocupava de tal maneira a Metrópole que em 6 de novembro de 1671 o Duque de Cadaval, então Presidente do Conselho Ultramarino, reuniu em sua própria casa os principais integrantes da instituição para juntos traçarem uma estratégia contra "os negros levantados dos mocambos e Palmares de Pernambuco". Ao final da reunião, o Duque apresentava um plano que se resumia numa só palavra: **guerra**. Era preciso fazer guerra aos palmarinos, utilizando para isso os índios de Camarão e os negros dos Henriques. Todos os palmarinos homens capturados deveriam ser enviados para fora do Brasil, indicava o Conselho[62].

No início de 1672 as tropas ainda não tinham partido. Souza Coutinho reivindica a presença dos paulistas, mas o Governador-Geral lhe responde algo secamente para perder "a esperança (já que) a gente de São Paulo estava ocupada com a guerra contra os índios". E que Coutinho principalmente não se afastasse da sua tarefa: "remediar o prejuízo que esse povo" vinha tendo com as "insolências" perpetradas pelos palmarinos[63].

Por sinal, violência era a coisa mais comum na Capitania. E não só a violência diretamente política. Apesar de o Governador indicar que "negros, mulatos, mestiços e mamelucos", representantes de camadas sociais despossuídas (o que "os

anima é carecerem pela maior parte de bens"[64], reconhece), eram tentados por ela, o fato é que a natureza da violência da classe dominante é bem distinta. Ela é sádica, até; um sadismo sem dúvida estimulado pelo fato de o regime escravista reduzir ao estado de *coisa* (no plano jurídico, evidentemente) a figura do escravo, mormente do negro. Assim, ocorre o caso, em Pernambuco, de um cidadão "respeitável" (isto é, da classe dominante) ser acusado de ter assassinado "pelo menos 12 pessoas". Além disso, o cidadão "respeitável" em questão havia castrado "um negro e um mulato com as suas próprias mãos"[65].

Seja como for, Souza Coutinho decide mudar esta tática no afã de arregimentar forças para a guerra nos Palmares. Em um Bando lançado em setembro, Coutinho reconhece "o grande perigo" que ronda os vilarejos vizinhos a Palmares. Além de pedir a "ajuda de cada um", o Governador ordena que "nenhum criminoso" que participar da expedição "possa ser preso enquanto (ela) durar". Os prisioneiros poderiam mesmo vir a ser perdoados caso resistissem bem aos palmarinos, e desde que não estivessem envolvidos com "moeda falsa ou sodomia". Para esses, assim como para aqueles que tivessem faltado com o respeito ao Rei e às autoridades constituídas, não haveria anistia. Fora isso, quem se apresentasse como voluntário escapava ao recrutamento para Angola, na iminência de ser invadida pela Espanha. Os chefes militares das principais vilas do sul da Capitania ficariam encarregados de recrutar "gente assim nobre como mecânica" para a guerra. Os homens nobres que integrassem a expedição seriam posteriormente "preferidos (para ocupar) os lugares e ofícios" da administração pública. Finalmente, um apelo era lançado à população para que contribuísse ao nível "de suas pessoas como de seus escravos para o comboio dos mantimentos"[66].

O Bando teve um efeito imediato: cerca de 600 voluntá-

rios se apresentaram ao Governador, que indicou o militar Antônio Jacome Bezerra para o comando da expedição. Mesmo assim, Souza Coutinho toma as suas precauções: em outubro, ele lança um novo Bando, relativo à questão da disciplina nas tropas. Assim, o soldado que desobedecesse ao seu superior ou mesmo se envolvesse em alguma sublevação deveria ser preso e fuzilado. Os desertores, por seu turno, seriam chicoteados e depois exilados por dois anos na Capitania do Ceará. Os casos de deserção entre sargentos e capitães implicariam dez anos de exílio no Ceará e a perda do posto[67].

O Governador Souza Coutinho tomava as suas precauções, é certo, mas é preciso reconhecer igualmente que o Quilombo dos Palmares se tornara uma verdadeira obsessão para as autoridades coloniais. Assim, o próprio Príncipe Regente achou por bem intervir no caso da deportação de "14 parentes" do Rei Dongo, de Angola, para o Brasil, pois eram capazes "de buscar os meios de fugir para os mocambos"[68]. Alguns anos mais tarde, o Conselho Ultramarino bloqueava a vinda de angolanos deportados anteriormente para Peniche, pois podiam fugir para Angola "ou meterem-se com os negros dos Palmares". O melhor mesmo seria deportá-los para o Maranhão[69].

Se fôssemos parafrasear um texto tão célebre quanto panfletário, diríamos que um espectro ronda Pernambuco: o espectro palmarino. E é no encalço desse espectro que, no final de 1672, as tropas organizadas pelo Governador Souza Coutinho partem para a Serra da Barriga.

O plano não deixa de ser engenhoso. Suficientemente equipadas para uma permanência de "cinco a seis meses" na região, as tropas tinham-se dividido em três colunas. A primeira, comandada pelos capitães Antônio da Silva e Gonçalo Moreira, parte da vila de Alagoas; a outra, comandada pelo Sargento-mor Vicente Matias Bezerra, parte de Penedo. O

próprio Jacome Bezerra dirigia uma coluna. O plano consistia em fazer convergir todas as tropas para "o coração de Palmares", onde deveria ser fundado um posto militar que centralizaria as operações. Não muito longe dali, iria fixar-se uma tropa de 100 homens, tendo por tarefa vigiar as cargas e os mantimentos[70].

Informados sobre o plano de expedição, os palmarinos evacuam seus quilombos. Ao mesmo tempo, seus destacamentos armados seguiam com muita atenção o movimento das tropas coloniais. Com isso, as colunas que vinham de Alagoas e Penedo foram postas fora de combate durante os primeiros choques. Praticamente todos os voluntários desertaram nesta ocasião, permanecendo no posto apenas os soldados do exército regular. A coluna de Jacome Bezerra tampouco conheceu sorte melhor. Ela ficou quatro meses na região antes de voltar para Porto Calvo. Ao que tudo indica, a fome se abateu sobre os soldados — a propalada "munição de boca" das tropas esgotara-se antes do prazo previsto. As autoridades puniram severamente vários membros da expedição, entre os quais o Capitão Antônio da Silva, levado preso. Elas consideravam que o "magro resultado" obtido pela expedição se devia às "desobediências" de certos militares. Mesmo assim, cerca de 60 palmarinos foram capturados e depois vendidos pelos soldados. Alguns documentos falam ainda em cerca de 70 palmarinos presos, quando de ataques a "mocambos pequenos". O Conselho Ultramarino firmara posição num só ponto: nenhum palmarino poderia ser vendido na própria Capitania. Contudo, há indícios de que alguns militares lograram estabelecer um *arraial* em território palmarino, pelos lados do Mundaú, por cerca de cinco meses[71].

Nos primeiros meses de 1673, os palmarinos queimam uma plantação pertencente a Cristóvão Lins, Alcaide-mor de Porto Calvo. A frente do grupo ia o negro Felipe, ex-escravo

do Alcaide "que se fez grande corsário no Palmar". Lins organiza imediatamente uma expedição composta por 20 homens, que, ao final de vários dias de marcha, se depara com um quilombo de cerca de 700 casas e várias plantações. Os palmarinos opuseram uma viva resistência, antes de optar pelo abandono do local. Mas Felipe seria morto — um soldado "lhe tira a cabeça"[72]. Uma vez mais, uma boa parte da tropa desertou.

As autoridades coloniais andavam tão confusas naquele ano de 1673 que o Capitão Francisco Pires de Almeida, no registro de sua patente, afirma ter ido numa "jornada aos Palmares ... onde estava grande número de escravos, digo, número de negros fugidos". Um lapso sem dúvida significativo: as próprias autoridades militares já começavam a se dar conta de que teriam, doravante, de conviver com um novo tipo social — o negro livre, o palmarino[73].

Em fevereiro de 1674, D. Pedro de Almeida assume o Governo de Pernambuco. Dois meses e meio depois, ele informava ao Rei de sua intenção de preparar uma expedição contra os palmarinos, que praticavam então "roubos e desacatos contínuos sem haver quem lhes possa atalhar a maldade". Porto Calvo e Alagoas eram as vilas mais visadas. Por isso, convinha instalar aí duas aldeias indígenas, às quais se uniram 100 soldados brancos.

No plano prático, propriamente, D. Pedro de Almeida se limita a indicar o nome de Camarão para o comando das tropas, exprimindo junto ao Rei, ao mesmo tempo, o desejo de ver os paulistas incorporados o mais rápido possível à repressão aos palmarinos[74].

Em junho de 1674, em cumprimento às ordens dadas pelo Governador, a Câmara de Alagoas se encarrega de recolher peixe e farinha para a provisão das tropas[75]. Paralelamente, o Governador envia o oficial Jorge Lopes Alonso a

Porto Calvo para "prevenir gente e munições para a entrada" nos Palmares[76]. Jorge Lopes foi tão "cuidadoso" em sua missão que D. Pedro de Almeida o promoveu mais tarde a Procurador das Finanças. Por outro lado, os índios das Capitanias de Pernambuco e Paraíba reforçariam a expedição. No mês de setembro, o Governador-Geral escreve ao Governador de Pernambuco exortando-o a "livrar o povo da ignorância dos negros"[77].

Mas, no final do mês, o Conselho Ultramarino considera insuficientes as medidas tomadas para a organização da expedição, intimando o Governador a não poupar esforços na destruição do Quilombo.

Em outubro, o Governador lança um Bando, a partir do qual logra reunir um grupo de soldados brancos, índios, mulatos e negros comandados por João Martins. O Bando concede "livremente (aos soldados) todas as presas que tomarem, tirados os quintos" de Sua Alteza, naturalmente. Todos os prisioneiros deveriam ser vendidos fora da Capitania, "excepto as crias de até dez anos de idade". O Bando não nutria esperanças desmedidas em relação aos resultados da expedição, já que desejaria apenas

> "ver se é possível atingir parte dos que naquela conquista se acharem ..."[78]

A expedição parte em dezembro. No seu retorno, João Martins afirmou ter sido "completamente vencido" pelos palmarinos. Um oficial, Luís Lobo de Albertim, declarou ter ido a Palmares naquela ocasião, sem fornecer maiores detalhes em seu depoimento[79]. Por seu turno, Carlos da Cunha indica ter enfrentado então os palmarinos em um combate que durara cerca de sete horas, sem, contudo, precisar o seu resultado ...[80].

No início de 1675, D. Pedro de Almeida escreve ao

Governador-Geral reivindicando a presença dos paulistas na guerra palmarina. E aproveita para lhe dar os "parabéns" pelos bons resultados obtidos em Palmares[81]. Em março, a nobreza de Alagoas intervém na questão, dizendo-se "muito feliz" caso se confirme a participação do comandante Estêvão Ribeiro Baião nos combates[82]. Mas os paulistas, talvez prevendo as dificuldades, evitam o confronto direto com os palmarinos.

Diante disso, D. Pedro de Almeida propõe o envio de Sebastião Camarão a Palmares. O Governador-Geral afasta essa hipótese, pois, segundo ele, Camarão não preenchia as "qualidades de autoridade, respeito e disposição" para dirigir uma expedição de tal envergadura. E aproveita para apresentar um plano próprio, que consistia basicamente na formação de um arraial em território palmarino. Os soldados se encarregariam de plantar os legumes necessários para a sua manutenção no meio da floresta. E, como fixariam residência temporária na região, poderiam receber com regularidade mantimentos de fora. O principal objetivo dos militares deveria consistir na perpetuação " do assalto às suas povoações, destruindo-lhes as roças"[83].

Como persistiam os ataques palmarinos contra as vizinhanças das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, D. Pedro de Almeida decide finalmente enviar em meados daquele ano uma expedição a Palmares comandada por Camarão. É possível que, com isso, Almeida quisesse distrair a atenção dos indignados Oficiais da Câmara da Capitania, que dispararam reiteradas queixas ao Conselho Ultramarino pelo fato de o Governador "adquirir por meios ilícitos grande cabedal"[84]. A classe dominante local, pelo visto, não suportava muito a concorrência, uma vez que não foram poucas as vezes em que o poder colonial se insurgira contra a corrupção nas altas esferas ... Seja como for, Camarão organiza um grupo de "índios práticos no país, escoltados de algumas tropas", e

parte para a exploração da região. No dia 14 de agosto, o grupo se depara com "uma fortaleza feita de grossos madeiros, que guarneciam mais de seis mil negros". Camarão, no dizer de um cronista, atuou com "resolução tão valente" que, ao fim de pouco mais de quatro horas de combate, "nenhum (palmarino) houve que escapasse de morto ou prisioneiro". Prosseguindo a sua marcha por alguns quilômetros mais, Camarão e seus homens encontraram um outro quilombo "habitado de inumeráveis negros", destruído "a ferro e fogo". Parece evidente que Camarão — corroborando a opinião que dele fazia o Governador-Geral — exagerou deliberadamente o resultado de sua expedição[85].

Por essa mesma época, as Câmaras de Porto Calvo, Serinhaém, Penedo e Alagoas propõem 300 homens ao Governador. Além do mais, elas ofereciam mantimentos e mesmo "botica, cirurgião, religiosos e tudo mais que era necessário para a jornada". As vilas apenas impunham como condição que o Sargento-mor Manuel Lopes comandasse a expedição[86].

Lopes chega em setembro a Porto Calvo e dois meses depois já inicia a sua marcha para Palmares à frente de 280 homens brancos, mulatos e índios. Passado um mês, as tropas descobrem "uma grande cidade de mais de 2.000 casas", solidamente fortificada. No seu interior, os palmarinos estão "prevenidos com todo gênero de armas". Após duas horas e meia de combates, as tropas conseguem pôr fogo ao quilombo, provocando a fuga dos palmarinos. Cerca de 70 pessoas são presas aí. No dia seguinte, novos combates serão travados, mas os palmarinos se "reincorporaram outra vez", opondo uma grande resistência antes de fugir novamente[87].

Lopes decide então estabelecer uma base militar na região, permanecendo cinco ou seis meses "entre os segredos ásperos daquele sertão" e padecendo "indizíveis misérias, excessivos trabalhos e fomes grandes". Durante esse período, o

Sargento-mor obtém a localização de um grupo palmarino refugiado em uma parte da floresta tão "espinhosa e braba" que parecia desafiar "a toda resolução". Após opor uma viva resistência à tropa, as forças palmarinas mais uma vez se dispersam[88]. Uma crônica relata que nesta ocasião

> "se feriu com uma bala o general das armas, que se chamava Zumbi, que quer dizer deus da guerra, negro de singular valor, grande ânimo e constância rara. Este é o espectador dos mais, porque a sua indústria, juízo e fortaleza aos nossos serve de embaraço, aos seus de exemplo. Ficou vivo, porém aleijado de uma perna"[89].

Em junho de 1676, as tropas de Manuel Lopes voltam para Porto Calvo. O Governador D. Pedro de Almeida já preparava os planos de uma nova expedição.

Notas Bibliográficas

Capítulo III

1) AHU — Pernambuco, Códice 92, 17 de dezembro de 1655, fls.271v/272/272v.
2) **Informação Geral da Capitania de Pernambuco (1749)** in ABN, Rio de Janeiro, 1906, vol.XVIII, p.219.
3) Consultar a esse propósito Francisco de BRITO FREIRE — **Viagem da Armada** — Lisboa, Impressa por mandado de El Rey, 1655, pp.1-64.
4) PRADO JÚNIOR, Caio — **História econômica do Brasil** — São Paulo, Editora Brasiliense, pp.52-55.
5) MAGALHÃES GODINHO, Vitorino — **Estrutura da antiga sociedade portuguesa** — Lisboa, Arcádia, 1975, p.58.
6) Coleção STUDART in Revista do Instituto do Ceará, vol.34, doc. 254, p.297.
7) Ibid., doc.259, p.304.
8) Ibid. doc.pp.296-297 — doc.cit.
9) Ibid. doc.258, p.300.
10) Ibid. doc.263, pp.327-330.
11) Ibid. doc.261, pp.321-326.
12) **Relação das guerras feitas etc** — doc.cit., p.206.
13) BRITO FREIRE, Francisco de — **Nova Lusitânia, História da guerra brasílica** — Lisboa, 1675, p.281.
14) Ibid.
15) **Relação das guerras feitas**, doc.cit. p.205.
16) LORETO DO COUTO, Domingos, op.cit., p.189.
17) AHU — Pernambuco — Códice 92, Lisboa, 17 de dezembro de 1655, fl.272v.
18) AHU — Pernambuco — Caixa 9, 2 de abril de 1688, fls.5/5v.
19) **Relação das guerras feitas a Palmares etc**, doc.cit., p.206.
20) Ibid.pp.205-206. Ver também **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 1928, vol.3, pp.265-266 e vol.XIV, p.208; Pedro PAULINO DA FONSECA — **Memória dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares** — RIAHGP, tXXXIX, pp.293-322.
21) **Documentos Históricos etc**, vol.30, p.205.
22) **AHU** — Pernambuco — Caixa 9, 2 de abril de 1688, fl.7.
23) **AHU** — Pernambuco — Caixa 8, 18 de fevereiro de 1686, fl.1.
24) **Relação das guerras feitas aos Palmares etc**, doc.cit., p.206.
25) **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro** — Rio de Janeiro, 1928, vol.3, pp.265-266.
26) PEREIRA DA COSTA, F.A. — op.cit., vol.III, ano de 1646.
27) **Documentos Históricos etc**, Rio de Janeiro, vol.XX, pp.177-181.
28) CALMON, Pedro — **História do Brasil** — São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941, vol.2, p.400.
29) **BNRJ** — Códice 7, 3, 53, nº199, 5 de novembro de 1657, fl.1.

30) **AHU** — Pernambuco — Caixa 4, 25 de março de 1660, fl.1v.
31) PEREIRA DA COSTA, F.A. — op.cit., vol.II, ano de 1632.
32) BRITO FREIRE, Francisco de — **Nova Lusitânia etc.**, op.cit., pp.282-283.
33) **AHU** — Pernambuco — Caixa 8, 1681, s/d, fl.4.
34) **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 1 de agosto de 1696, fls.1/1v/2.
35) **AHU** — Pernambuco — Caixa 4, s/d, fl.1.
36) **Documentos Históricos etc.**, Rio de Janeiro, 1929, vol.IX, p.128, doc.cit.
37) Ibid, p.127.
38) BRITO FREIRE, Francisco de — **Nova Lusitânia**, op.cit., p.282.
39) Consultar a esse respeito o trabalho de José Vitoriano BORGES DA FONSECA intitulado **Nobiliarquia pernambucana** in Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1935, vol.XLVII.
40) **Documentos Históricos etc**, vol.XXVII, p.331.
41) **Relação das guerras feitas aos Palmares etc**, doc.cit., p.201.
42) Ver a esse propósito Adriano VASCONCELOS — **Henrique Dias nunca foi escravo** in RIAHGP, 1928-1929, vol.XXIX.
43) **Relação das guerras feitas aos Palmares**, etc., doc.cit., p.207.
44) MELLO, Antônio Joaquim de — **Biografias de alguns poetas e homens ilustres da Província de Pernambuco** — Recife, Tipografia Universal, 1856, t.III, p.248.
45) ENNES, Ernesto, op.cit.,doc.70, p.409.
46) **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 13 de janeiro de 1694, fls.1/1v.
47) **AHU** — Sergipe d'El Rey — Caixa 1, abril de 1677, fl.1.
48) **Os Sucessos de 1668 a 1680** in Edison CARNEIRO, op.cit., pp.223-224.
49) **ANTT** — Chancelarias Reais — D. PEDRO II — Doações, 7 de fevereiro de 1687, liv.17, fls.363/363v.
50) Ver **AHU** — Pernambuco, Caixa 18, 5 de setembro de 1718, fl.4 e Caixa 14, 12 de fevereiro de 1707, fl.3.
51) **Os Sucessos de 1668 a 1680**, doc.cit., pp.224-225.
52) **ANTT** — Chancelarias Reais — D. PEDRO II — 7 de fevereiro de 1687, doc. cit., fls.363v/364.
53) **AHU** — Pernambuco — Caixa 6, 1670, s/d, fl.27.
54) **Documentos Históricos etc.**, vol. IX, pp.234-235.
55) **Os Sucessos de 1668 a 1680**, doc.cit., pp.226-227.
56) **AHU** — Ceará — Caixa 1, 23 de outubro de 1704, fl.5v.
57) **Os Sucessos de 1668 a 1680**, doc.cit., pp.227-230.
58) ENNES, Ernesto, op.cit., doc.1., pp.133-134.
59) **Documentos Históricos etc**, vol.IX, p.434.
60) Ibid., pp.452-455.
61) Ibid.
62) **AHU** — Pernambuco — Caixa 6, 6 de novembro de 1671, fl.1v.
63) **Documentos Históricos** vol.10, p.52.
64) **AHU** — Pernambuco, Caixa 7, 22 de agosto de 1672, fl.2.

65) **AHU** — Pernambuco, Caixa 7, 26 de fevereiro de 1676, fl.2.
66) **Os Sucessos de 1668 a 1680**, doc cit., pp.230-232.
67) Ibid., pp.232-233.
68) **Documentos Históricos**, vol.LXVII, pp.213-214.
69) CADORNEGA, Antônio de Oliveira — op.cit., vol.III, p.548.
70) **BNRJ** — Cópia de Pareceres Ultramarinos — Códice II, 33, 4, 32, fls.594-595.
71) Consultar a esse propósito **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 20 de dezembro de 1697, fl.3; **AHU** — Pernambuco — Códice 265, 18 de novembro de 1673, fls.2/2v; Alfredo BRANDÃO — "Documentos Antigos sobre os negros palmarinos" in **O Negro no Brasil**, Rio de Janeiro, s/ed., 1940, doc.1 esp.; Edison CARNEIRO, op.cit., pp.102-103; **ANTT** — Chancelarias Reais, D. PEDRO II, Doações, liv.28, 8 de junho de 1703, fls.123/124; **AHU** — Pernambuco — Caixa 9, 13 de setembro de 1687, fl.1.
72) **AHU** — Pernambuco — Caixa 10, 25 de junho de 1691, fl.1.
73) **Documentos Históricos**, vol.XXV, pp.276-277.
74) BRANDÃO, Alfredo, op.cit., doc. nº5.
75) **Os Sucessos de 1668 a 1680**, doc.cit., pp.233-234.
76) **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 12 de dezembro de 1697, fl.3.
77) FREITAS, Décio — op.cit., p.94.
78) **Os Sucessos de 1668 a 1680**, doc.cit., pp.234-235.
79) **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 4 de fevereiro de 1694, fl.1.
80) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.44, p.272.
81) **Documentos Históricos**, vol.10, pp.136-137.
82) **Os Sucessos de 1668 a 1680**, doc.cit., p.235.
83) FREITAS, Décio — op.cit., p.95; **Documentos Históricos**, vol.10, pp.108-109.
84) **BNRJ** — Pareceres do Conselho Ultramarino etc, 22, 2, 28, 26 de novembro de 1676, pp.56-58.
85) LORETO DO COUTO, Domingos — op.cit., pp.98-99.
86) **Relação das guerras feitas aos Palmares**, doc.cit., p.207.
87) Ibid., p.208.
88) Idem.
89) idem.

Capítulo IV

GUERRA E PAZ

"Ao Conselho Ultramarino
que tão justiceiro é
Zebedeu praça de pré
filho de Brás Vitorino
bem moço, quase menino
para Palmares marchou
pelo que lá se estrepou
sendo um dos desgraçados
que voltaram aleijados
e por fim nada ganhou."

— Petição em forma de poema de cordel enviada por um soldado do exército colonial ao Rei de Portugal, na segunda metade do século XVII.

OS QUILOMBOS

PALMARINOS foram concebidos como fortalezas. Cercados por paliçadas espessas, com fossos e armadilhas, o acesso a seu interior se fazia através de portas colocadas segundo os pontos cardeais. O número de ruas ou de casas variava de um para outro, mas sempre se encontravam a Casa do Conselho, o templo, cisternas, oficinas de ferreiros e oleiros e um terreno de cultura. As ruas dos quilombos eram traçadas à maneira africana (geralmente uma rua única, longa e reta), como o atestam diversos documentos, portugueses e holandeses[1]. "Aqui (nos Palmares), levantam umas barracas de lamas", diz um documento sobre as construções palmarinas[2]. Houve quilombos móveis — construídos com pequenas dimensões e uma certa leveza para a eventualidade de possível deslocamento da população sob ataque — e quilombos fixos, à maneira de cidades, como Macaco. Os quilombos eram por excelência, o espaço privilegiado em que os palmarinos desenvolviam suas instituições libertárias, estabelecendo relações sociais desconhecidas até então na Colônia.

Logo após a expulsão das forças holandesas, as comunidades palmarinas ocupavam uma região montanhosa de 360 quilômetros de extensão às proximidades das principais vilas do sul da capitania.

Nenhuma fonte precisa o número de palmarinos, mas, como vimos, ele foi situado entre 20 mil e 30 mil pessoas pelas autoridades coloniais a essa época[3].

De forma muito mais concreta, os documentos permitem a localização de vários quilombos. Quase sempre, as forças colonais os designavam pelo nome de seus respectivos (ou presumíveis) chefes.

O quilombo Macaco, situado na Serra da Barriga, era a capital palmarina. Ganga-Zumba, então o principal dirigente dos quilombos, aí residia. Formado por cerca de 1.500 casas, Macaco era "completamente fortificado". A 54 quilômetros de Serinhaém, encontrava-se o quilombo Amaro, do nome do dirigente palmarino. Ele se compunha de cerca de mil casas e media seis quilômetros de extensão. Subupira situava-se na Serra da Juçara, distante 36 quilômetros de Macaco. Esse quilombo media igualmente seis quilômetros e tinha cerca de 800 casas. Os palmarinos realizavam aí os seus exercícios militares. Ele era protegido por uma fortificação erguida em "madeira e pedra". Osenga estava localizado entre os rios Paraibinha e Jundia, 30 quilômetros a oeste de Macaco. A 96 quilômetros ao nordeste de Porto Calvo se encontrava o quilombo Zumbi. Acotirene situava-se 30 quilômetros ao norte de Zumbi. A leste de Zumbi e Acotirene, havia dois quilombos, ditos Tabocas. Dambraganga, por seu turno, se erguia a 89 quilômetros de Tabocas. Aqualtune estava localizado a 180 quilômetros de Porto Calvo. Andalaquituche, finalmente, se encontrava na Serra do Cafuxi, 180 quilômetros ao nordeste de Alagoas[4].

Esquematicamente, entre 1654 e 1676 os quilombos palmarinos estariam assim organizados:

a) Macaco, centro político e administrativo;

b) Subupira, campo de treinamento militar;

c) Amaro, Andalaquituche, Aqualtune, Acotirene, Tabocas, Zumbi, Osenga, Dambraganga e outros menores — unidades autônomas de produção.

As unidades comunitárias eram relativamente independentes umas em relação às outras. Ficavam distantes: de Macaco a Subupira, na Serra da Juçara, era preciso viajar cerca de 100 quilômetros. Os cronistas da época viam nisso uma política de defesa, para evitar o ataque maciço:

> "... não vivem todos juntos por que um sucesso não acabe a todos. Em Palmares distintos têm sua habitação, assim pelo sustento, como pela segurança", pode-se ler em um documento[5].

Essa relativa autonomia, que se completava com meios econômicos próprios de sobrevivência e uma estrutura militar específica em cada um, é interessante, porque coexiste com o órgão administrativo central.

Todos os historiadores que se ocuparam do Quilombo dos Palmares chamam de Estado ou de Poder Estatal ou República o tipo de organização que lá existia, visível já no tempo da dominação holandesa; no entanto, a denominação nos parece errônea já que não se identificou qualquer vestígio de dominação de classe. De fato, a comunidade como um todo detinha os meios de produção, e não um setor minoritário qualquer. E a centralização existente refletia acima de tudo a necessidade de defesa diante das ameaças externas. Trata-se, portanto, de uma estrutura peculiar e bastante distinta quer dos Estados europeus, aristocráticos ou não, quer dos Estados da Antigüidade ou da Nação Inca, onde havia castas minoritá-

ço dramático do estado financeiro e militar de Pernambuco. Pode-se ler aí que os "170 soldados, afora os oficiais" da Capitania sequer recebiam uma verba suficiente para "comprar munições para sua defesa"[18].

Um cronista estima que "poderosos empenhos" estavam em curso para criar toda espécie de dificuldades à expedição. Ele afirma que cada vez que D. Pedro de Almeida enviava ordens precisas sobre a sua organização aos organismos das diversas vilas da Capitania, "se despachavam correios" secretos de Olinda propondo o boicote de suas ordens[19]. Quem criava essas dificuldades e com que objetivo? A crônica não o diz. Os senhores-de-engenho estavam divididos no que tange à oportunidade da realização da expedição, como parecem indicar as hesitações das câmaras municipais? Uma outra razão, também de caráter político, poderia ser evocada: havia entre o Governador e alguns setores da classe dominante colonial sérias divergências, a ponto de um grupo de senhores-de-engenho ter manobrado para obter o afastamento de Almeida do posto, sob a acusação de autoritarismo e corrupção.

Seja como for, todo o peso financeiro da guerra recaía sobre os trabalhadores livres da Capitania. Quando em 1673 o Rei consulta o procurador das finanças de Pernambuco sobre a possibilidade de taxar novos impostos e aluguéis a pessoas que ocupavam alguns imóveis que haviam pertencido a cidadãos holandeses, ele o informa sobre o "estado miserável" em que se encontram os inquilinos. Como toda a população, eles já estavam obrigados a contribuir para o "dote de Inglaterra e paz de Holanda"[20]. O Rei, por intermédio do Conselho Ultramarino, afirma não desconhecer essa situação, mas indica que os tributos só serão exigidos "para se continuar a Guerra dos Palmares, visto a Fazenda Real estar impossibilitada". A observação do Rei foi posta em prática e em junho de 1677 o

Conselho Ultramarino anunciava que haviam sido recolhidos dos impostos cerca de 2.000 cruzados. Com este dinheiro, estimava o Conselho, "se pode começar a guerra", devendo a Coroa contar sempre com a "boa vontade" da população local. O Conselho indicava ainda que João Fernandes Vieira havia oferecido os seus préstimos para essa expedição[21].

Após descrever os "fertilíssimos campos" de Palmares, uma "região de sessenta léguas de comprido", e louvar "as conveniências e comodidades" da Serra da Barriga, Vieira critica a pouca adaptação dos soldados à luta do mato, denunciando ainda um outro fator que muito contribuía para o êxito dos palmarinos, isto é, "a amizade que os moradores têm contraído com os negros". A solução para o conflito passava pela edificação, pela parte da Bahia, de toda uma série de arraiais na região palmarina, valendo-se de tropas regulares e indígenas[22].

Cada vez mais inquieta, a Coroa chegara a criar, em setembro de 1677, uma provisão pela qual os moradores das vilas do sul de Pernambuco tinham necessariamente de contribuir para "as Guerras dos Palmares"[23].

Por essa mesma época, há notícias de que um certo Manuel Inojosa tinha proposto um plano de ataque a Palmares a partir das Capitanias de Pernambuco e Bahia. Detalhe importante: Inojosa calcula existirem "onze ou doze mil almas em Palmares"[24]. Como o plano foi levado ao conhecimento das autoridades metropolitanas três meses antes da partida da expedição de Carrilho, parece pouco provável que a Coroa o tenha sancionado[25]. Na realidade, ela insiste em enviar Fernandes Vieira a Palmares, como forma de conter a "insolência" dos palmarinos[26].

Finalmente, as Câmaras de Olinda e Porto Calvo fecham um acordo para financiar a expedição. A capital contribui com 2.000 cruzados (provavelmente aqueles mesmos 2.000 cruza-

dos recolhidos pelos impostos), enquanto Porto Calvo contribui com 500.000 réis e outras Câmaras, menos afortunadas, "com o que puderam"[27].

Fernão Carrilho prepara minuciosamente a expedição. Mais exatamente ele consulta "todas as pessoas que tinham alguma experiência daquelas montanhas, buscando compreender as razões de seus erros, assim como informações para melhor se guiar na floresta". Seu plano consistia em estabelecer um arraial no meio da mata, que serviria de base para as operações militares futuras. As vilas e os povoados vizinhos de Palmares estavam encarregados de fazer estoques e enviá-los regularmente às tropas. Como salientaria um documento,

> "este empenho era o mais dificultoso desta conquista, porque a experiência tinha mostrado ser impossível assistir naquele sertão, pelos frios excessivos, grandes incômodos, falta de mantimentos que não se pode prevenir lá em cima, e são dificultosos de conduzir das povoações de baixo ..."[28].

D. Pedro de Almeida tinha dado ordem para que se colocassem 400 homens à disposição da expedição. Chegando no início do mês de agosto a Porto Calvo, Fernão Carrilho percebe que deve marchar com menos da metade dos efetivos previstos: havia no local somente 185 homens, entre soldados brancos, índios comandados por Matias Fernandes e negros comandados por Estêvão Gonçalves. Consciente da fraqueza numérica das tropas, a Câmara de Porto Calvo formulou algumas dúvidas sobre a oportunidade da expedição. Mas Carrilho estava decidido a partir. No dia 21 de setembro de 1677, pela manhã, num gesto simbólico, os senhores-de-engenho Cristóvão Lins, Sibaldo Lins e Francisco Álvares Camelo — que, segundo uma crônica, eram "os mais interessados na boa fortuna" da expedição — [29] o acompanharam até a entrada da floresta.

Aí, Carrilho lança um apelo aos seus comandados, dizendo que eles nada teriam a temer:

> " ... que posto a multidão dos inimigos era grande, era multidão de escravos, a quem a natureza criou mais para obedecer que para resistir".

E tampouco esquece de lembrar aos soldados as vantagens materiais que retirariam em caso de vitória:

> "se destruíssem os palmaristas, teriam terras para a cultura, negros para o seu serviço, honra para a sua estimação"[30]

Após duas semanas de marcha, a tropa atinge o quilombo Aqualtune, que alguns documentos indicam ser o nome da mãe de Ganga-Zumba, que ali vivia. As forças oficiais romperam "precipitadamente" a cerca da fortificação, surpreendendo assim os palmarinos. Vários foram mortos e nove ou dez feitos prisioneiros. Apesar de tudo, os palmarinos conseguem escapar e entre eles Aqualtune. Sem que se saiba exatamente o motivo, uma mulher que a acompanhava em sua fuga foi encontrada morta poucos dias depois[31].

Carrilho e seus comandados teriam tomado conhecimento junto aos prisioneiros palmarinos de que Ganga-Zumba, Ganga-Zona e outros dirigentes se encontravam em Subupira, a praça-de-guerra palmarina. Cinco dias depois, guiado pelos reféns, Carrilho retoma a marcha. Chegando às proximidades do quilombo, ele dispunha de 80 homens para fazer o reconhecimento da área. Ora, esses homens voltam com a notícia de que os palmarinos, contactados a tempo pelos fugitivos do quilombo de Aqualtune, teriam abandonado e queimado Subupira. Segundo um cronista, os palmarinos "quiseram mais arruinar a cidade que pôr em perigo as pessoas"[32]. Alguns militares afirmam ter morrido no ataque a

Subupira "um irmão do seu intitulado Rei, que era a destruição dos moradores de Porto Calvo"[33].

Diante disso, Carrilho decide erguer aí o seu arraial, denominado de Bom Jesus e a Cruz. Sem maior perda de tempo, ele destaca dois soldados para comunicar as novas a D. Pedro de Almeida e também reivindicar reforços em homens e alimentos. Em seguida, Carrilho envia uma coluna para vasculhar a região. Oito dias mais tarde, ele volta ao arraial com 25 homens a menos, os quais se tinham transformado em "amotinados", temendo o "rigor do trabalho". Alguns dias depois, desertam mais 25 soldados. Carrilho se encontra assim com 130 homens, apenas[34]. Ele diria mais tarde ter prosseguido com a sua expedição, "sem embargo de no caminho o desampararem os soldados brancos"[35].

D. Pedro de Almeida, por seu turno, desde que recebe os emissários de Carrilho, encarrega o militar Manuel Lopes da organização da ajuda ao arraial. Lopes parte com 30 homens para Alagoas, de onde remete "os mantimentos necessários" para a manutenção das tropas de Carrilho[36]. Figuras poderosas das vilas do sul — como um certo Manuel do Rego — contribuíam para a manutenção do arraial, "suprindo com seu dinheiro a falta do da fazenda real"[37].

Uma vez notificados pelo Governador da iminente chegada de Manuel Lopes, o arraial, segundo um documento, "animou-se muito". Quase que imediatamente, uma coluna composta por 50 homens e comandada por Gonçalo Pereira da Costa, Matias Fernandes e Estevão Gonçalves percorre a floresta à procura dos palmarinos. A tropa descobre um caminho conduzindo a um importante quilombo — provavelmente Macaco, o único grande quilombo existente nas proximidades do arraial. Vários combates são travados nessa área, resultando na morte de "muitos" e na prisão de 56 palmarinos. Vários dirigentes caíram em combate. Como Gaspar, "capitão da

guarda do Rei"; João Tapuia e Ambrósio, "capitães afamados"; Ganga-Muíça, comandante-em-chefe das forças palmarinas, "corsário muito soberbo". Ganga-Zumba consegue escapar em companhia de "alguma gente que se livrou do assalto"[38].

Com isso, houve "grande alvoroço" entre os soldados baseados no arraial. No final de outubro, uma nova coluna comandada por Estêvão Gonçalves e Manuel da Silveira Cardoso ganha a floresta e, após 22 dias de marcha batida, ataca o quilombo Amaro, onde se encontravam Ganga-Zumba e Amaro, este último "celebrado naqueles Palmares e temido nas nossas povoações". As tropas realizam aí a sua maior proeza. Ou seja, fazem 47 prisioneiros, entre os quais o dirigente Acaiuba, dois filhos de Ganga-Zumba — Zambi e Acaiene —, alguns netos e sobrinhos, totalizando 20 pessoas, além de duas mulheres negras e uma "mulatinha, filha natural de um morador nobre de Serinhaém". Um terceiro filho de Ganga-Zumba — Toculo, descrito como "grande corsário" —, assim como o dirigente Pacassa são assassinados. O próprio Ganga-Zumba, ferido por uma flecha, escapa por um triz, abandonando pelo caminho sua arma dourada e sua espada[39].

Mas isso ainda não é tudo. Segundo o testemunho do soldado João da Motta, as tropas teriam prendido "a mulher do principal" dirigente palmarino[40]. Aliás, em três ocasiões, o próprio Rei de Portugal faria referência à prisão da "Rainha dos Palmares" no quilombo Amaro. Ignora-se seu nome e o que foi feito dela[41].

Fernão Carrilho, por seu turno, encabeça outra coluna. Ao atacar o quilombo Garanhus, ele prende cerca de 60 palmarinos, matando ainda muitos, entre os quais "o maior Andalaquituche"[42].

Os comandantes da expedição a Amaro retornam ao arraial para fazer o anúncio da sua vitória. Particularmente animados pela notícia do ferimento de Ganga-Zumba, os militares organizam uma coluna de 50 homens — comandada por José de Brito, Gonçalo de Siqueira, Domingos de Brito e Gonçalo Reis de Araújo — e partem "na vastidão daqueles matos em seguimento das relíquias" do Amaro[43].

Os acontecimentos que se produziram durante os combates — 36 palmarinos foram capturados e alguns mortos, entre os quais o dirigente Gone — demonstram o estado de desorganização das forças palmarinas. Segundo o cronista de D. Pedro de Almeida, as tropas nessa ocasião

> "não tiveram notícia do Rei, porém tiveram encontro com uma tropa, que o terror dos nossos assaltos trazia atemorizada, sem domicílio certo, nem descanso seguro, porque, como delirava a cabeça do Rei entre os contínuos riscos que a assaltavam, discorriam os vassalos por aquelas brenhas sem ordem e sem governo..."[44]

Matias Fernandes, comandando uma vintena de soldados, ataca igualmente alguns palmarinos "que andavam vagos, sem se atreverem a fazer assento certo", fazendo 14 prisioneiros. Em um segundo combate a tropa captura mais 21 e mata alguns palmarinos. E, nas cercanias do quilombo Amaro, os capitães Antônio Velho Tinoco e Felipe de Melo Albuquerque apreendem todo um grupo palmarino. Segundo a crônica *Relação das Guerras Feitas aos Palmares*, as tropas doravante "se espalhavam naquelas asperezas como dominadores e não como estranhos"[45].

Em dezembro daquele mesmo ano, a Câmara de Alagoas decide romper o pacto, recusando-se a enviar escravos-carregadores para a região palmarina. O Governador escreve ao Capitão-mor da vila, João da Fonseca, exigindo explicações e

obrigando-o a pressionar os responsáveis por essa decisão. A Câmara de Alagoas — intérprete dos interesses dos senhores-de-engenho e de escravos — mantém a sua recusa. E ai daquele que obrigasse os seus habitantes a fornecer os ditos escravos — nesse caso, eles simplesmente "desprezariam a terra e iriam fora da terra"[46].

No decorrer de fevereiro de 1678, Carrilho desembarca em Porto Calvo anunciando que os Palmares estavam "destruídos". Segundo a crônica, ele "foi recebido com todas as demonstrações de aplauso e com todos os parabéns que merecia, havendo ainda missa solene em presença dos senhores-de-engenho, militares e funcionários da vila[47].

Porém duas outras expedições — que haviam partido antes do retorno de Carrilho — se encontravam ainda em Palmares. Manuel Sampaio e João Coelho, comandantes de uma das expedições, capturam nos campos de São Miguel 15 palmarinos de um grupo comandado por Ganga-Zona. A outra expedição, solidamente composta por 130 homens, fora comandada pelo senhor-de-engenho Francisco Alves Camelo e financiada pela Câmara de Santo Amaro. Ela percorre durante três meses a região palmarina, travando um combate nas imediações do Rio Mundaú. Embora a maioria dos palmarinos tenha conseguido escapar, os homens de Camelo matam alguns deles[48].

Em abril de 1678, D.Pedro de Almeida dá conta ao Rei dos sucessos obtidos pela expedição de Carrilho, que "tinha feito geral destruição naqueles bárbaros". E, animado, prometia para breve "notícias mais dilatadas, e com todas as circunstâncias", sobre a extinção "daquela canalha"[49].

Naquele meio tempo, em Porto Calvo tem início a distribuição dos prisioneiros entre os soldados. Após a venda, são arrecadados os impostos devidos à Coroa, operação conduzida sob a supervisão de "seis homens desinteressados"[50]. Em

1683, o Rei comentaria que o sucesso da expedição de Carrilho provocou "grandes aumentos na Fazenda Real, dando-lhe de quintos 541.000 réis"[51].

Dois prisioneiros — Matias Dombi e Madalena — foram soltos. Eles estavam encarregados de uma missão muito precisa: transmitir a Ganga-Zumba um ultimato do Governador. Ou bem os palmarinos entregavam as armas, ou então as hostilidades seriam retomadas em escala irreversível. A fórmula era relativamente simples, como destacaria uma autoridade: tratava-se de forçar os palmarinos a "pedir as pazes com o desesperado temor"[52].

D. Pedro de Almeida deveria saber que os quilombos estavam longe de terem sido destruídos, como pretendia Fernão Carrilho. É o que explica o fato de, em 14 de fevereiro de 1678, ele ter lançado um Bando com vistas à organização de uma nova expedição a Palmares. Mesmo havendo "poucos negros levantados", convinha, segundo ele, reprimi-los logo, senão poderiam "se multiplicar". Para Almeida, era chegada a ocasião de os moradores "acabarem com muita suavidade (com) aqueles bárbaros". Não o fazer representaria "grande descuido" e risco. O Bando prometia a isenção de impostos reais sobre os palmarinos capturados a todas as pessoas que se apresentassem voluntariamente para a expedição[53].

Adotando, porém, uma tática que seu cronista qualifica de "prudente", o Governador envia um oficial do Terço dos Henriques para negociar politicamente com Ganga-Zumba. Esse oficial deveria comunicar-lhe que Fernão Carrilho estava pronto para intervir novamente em Palmares, que seria assim reduzido a cinzas, de forma que "nenhum habitador dele ficasse com vida". E deixava uma brecha: já que "a melhor gente de guerra" do quilombo havia morrido em combate e suas "cidades principais" estavam destruídas, por que não

aceitar então as condições de paz propostas pelas autoridades? Assim,

> "se eles quisessem viver em paz com os moradores, ele (isto é, o Governador) lhes asseguraria, em nome de Sua Alteza, toda a união, e bom tratamento, e lhes assinalaria terras para a sua vivenda e lhes entregaria as mulheres, e filhos, que em nosso poder estavam"[54].

Em 18 de junho de 1678, o oficial do Terço dos Henriques retornava a Recife à frente de um grupo de 15 palmarinos, entre os quais se encontravam três filhos de Ganga-Zumba:

> "Natural foi o alvoroço que causou a vista daqueles bárbaros; porque entraram com seus arcos e flechas, e uma arma de fogo; cobertas as partes naturais como costumam, uns com panos, outros com peles; com as barbas, uns trançados, outros corridos, outros rapados; corpulentos e valentes todos; a cavalo vinha o filho do Rei mais velho, porque vinha ferido da guerra passada; todos se foram prostrar aos pés de D. Pedro de Almeida, e lhe bateram as palmas, em sinal de seu rendimento, e em contestação da sua vitória; ali lhe pediram a paz com os brancos"[55].

Os palmarinos teriam dito então

> "que não queriam mais guerra, que o Rei os mandava solicitar a paz; que se vinham sujeitar às suas disposições; que queriam ter com os moradores comércio, e trato, e queriam servir a Sua Alteza no que lhes mandasse; que só pediam a liberdade para os nascidos em Palmares; que entregariam os que para eles tinham fugido das nossas povoações; que largariam os Palmares; que lhes assinalasse sítio onde pudessem viver à sua obediência"[56].

Para comemorar o acontecimento, uma missa foi celebrada na Igreja Matriz de Recife, contando com a presença das principais autoridades coloniais e da delegação palmarina.

No dia seguinte, Ayres de Souza de Castro, o novo Governador, se reúne com os representantes dos palmarinos no Palácio de Olinda. Participam ainda da reunião o Ouvidor-Geral Lino Camelo, o Procurador das Finanças João do Rego Barros, o Sargento-mor Manuel Lopes, o Sargento-mor Jorge Lopes Alonso e o ex-Governador D. Pedro de Almeida. Na ordem-do-dia, a discussão das condições de paz. O próprio D. Pedro de Almeida termina por estipulá-las sobre esta base:

- concessão de terras aos palmarinos em local em que pudessem viver e plantar;
- liberdade para todas as pessoas nascidas em Palmares;
- liberdade de comércio entre os palmarinos e os moradores das vilas e vilarejos coloniais;
- os palmarinos seriam considerados doravante vassalos do Rei de Portugal[57].

O acordo deixava implícito que os palmarinos nascidos fora de Palmares seriam novamente escravizados. Quanto a isso, um dos filhos de Ganga-Zumba fez questão de tranqüilizar as autoridades coloniais: um cronista relata que, em caso de reação da parte de palmarinos "que viviam distantes" em seus quilombos,

> "(Ganga-Zumba) ... os conduziria a todos ao nosso domínio, e quando algum por rebelde repugnasse a sua e nossa obediência, ele o conquistaria e daria guias para as nossas armas o desbaratarem"[58].

Os termos do acordo foram devidamente redigidos, seguindo uma cópia para Palmares pelas mãos de um militar do Terço dos Henriques, que para lá fora em companhia do grupo palmarino. Um dos filhos de Ganga-Zumba permaneceu em Recife para tratar de seus ferimentos, atendendo assim a um pedido do Governador.

O original do acordo encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Pode-se ler aí que "em nome do Príncipe de Portugal" as autoridades coloniais ofereciam "ao Ganga-Zumba a liberdade e perdão" para todos aqueles que "estavam há tantos anos de fora da nossa obediência". Na realidade, o documento lembrava uma vez mais que Ganga-Zumba se comprometeria a "entregar todos os escravos que destas capitanias haviam fugido para esses Palmares". A alforria só abrangeria os palmarinos nascidos em Palmares. Ganga-Zumba concorda em assinar em 30 dias o documento[59].

Um outro documento também encontrado no Arquivo Ultramarino narra em detalhes como fora o encontro do oficial do exército colonial com Ganga-Zumba:

> "Andou o Capitão Antônio Pinto Pereira descobrindo umas terras por cima dos Palmares onde estão os negros levantados assistindo e deu o dito Capitão com um caminho que foi seguindo debaixo de todo risco de sua pessoa por ir só sem mais companhia e deu com os ditos negros levantados propondo-lhes suas razões bastante para que fizesse quietação e não molestassem os brancos e fizessem pazes. E os ditos negros o levaram onde estava o principal que os governava por nome Ganga-Zumba, transmitindo-lhe as suas razões. Convenceu-o (a esse) que queria fazer paz com os brancos, para o que mandou três filhos seus e dois genros e outros mais em companhia do dito Capitão a efetuar essa paz com o Governador"[60].

No mês de novembro de 1678, à frente de um grupo de 40 pessoas, Ganga-Zumba se desloca para Recife a fim de formalizar o acordo de paz. Ele é nomeado oficial do exército português e dois de seus filhos são adotados pelo Governador. As autoridades colocam imediatamente em prática uma das

cláusulas do acordo, que concedia aos ex-palmarinos o direito de ter uma terra. Assim, Ganga-Zumba e seus partidários vão viver em Cucaú, uma região situada a 32 quilômetros de Serinhaém.

Pouco tempo depois, as autoridades iniciam a divisão das terras palmarinas. Teoricamente, o senhor-de-engenho João Freitas da Cunha deveria receber sozinho 50 léguas — sobre as 191 1/2 que deveriam ser distribuídas. Os senhores e os chefes militares — Carrilho iria ter direito a 20 léguas e Gonçalo Moreira a seis — seriam os grandes beneficiários dessa medida[61]. O assanhamento da classe dominante colonial se dava em função da

> "esperança de multiplicados aumentos, que se pode colher (a economia), por serem aqueles sertões ricos de excelentes madeiras, com várzeas fertilíssimas para engenhos, e pastos estendidos para gados"[62].

D. Pedro de Almeida retorna a Lisboa convencido da "restauração total" da Capitania. O Conselho Ultramarino era da mesma opinião:

> "Nos Palmares ficou tão pouca gente e dividida por várias partes que qualquer tropa de vinte ou trinta soldados acabaria de destruir o inimigo"[63].

Uma vez mais, a Coroa se enganava.

Zumbi, o general das armas palmarino, rechaça as condições do acordo de paz. Com "os melhores combatentes"[64], como não deixa de sublinhar uma autoridade, ele se refugia em Macaco, optando, assim, por continuar na luta.

Há fortes indícios de que não passou de algumas centenas — "mais de 400", afirmam alguns documentos, "quase 300", afirmam outros[65] — o número de palmarinos que desceram a Cucaú. Na realidade, a totalidade dos palmarinos nascidos

fora de Palmares não poderia submeter-se às condições de paz propostas pelas autoridades coloniais, sob pena de serem novamente escravizados.

Não obstante, D. Pedro de Almeida demonstrou ser hábil político. Seu plano visava a quebrar a unidade dos palmarinos, já àquela altura duramente atingidos e dispersos pela repressão. Uma parte deles — justamente o contingente nascido em Palmares — deixou-se tentar por uma composição com as autoridades coloniais. Mas, ao que tudo indica, os que acompanharam Ganga-Zumba pertenciam quase todos ao seu próprio quilombo. Apenas mais dois quilombos teriam aderido ao acordo de paz[66].

O Governador, desta feita, parecia realmente convencido de que a vitória estava próxima, pois

> "como todos tinham penetrado os mais ocultos daqueles Palmares, e tínhamos os próprios negros por guias, seria muito fácil induzi-los pela força"[67].

Zumbi e seus partidários tratam de reorganizar a comunidade palmarina. Inicialmente, devido a razões de segurança, os novos quilombos foram erguidos em pontos da floresta de acesso ainda mais difícil. Numerosas medidas de caráter político-militar foram em seguida aplicadas: formação de milícias, organização do treinamento militar para todos os adultos, formação de grupos especiais encarregados de recuperar armas e vigiar os deslocamentos das tropas inimigas. A tônica das medidas recai sobre as questões que tocavam de perto a segurança de toda a população.

Em Cucaú, os ex-palmarinos seguidores de Ganga-Zumba começavam a perceber os limites do acordo de paz. De fato, toda a região era mantida sob forte vigilância pelas tropas de Manuel Lopes. Os moradores das vilas mais próximas — Serinhaém e Porto Calvo — não perdoavam ao Gover-

nador o fato de ter cedido a Ganga-Zumba as melhores terras da Capitania. Além do que havia freqüentes incursões militares a Cucaú, sob o argumento de que alguns escravos teriam para lá fugido. Nessas ocasiões, os militares aproveitavam muitas vezes para queimar as plantações, um velho hábito adquirido durante a repressão aos quilombos. Os protestos de Ganga-Zumba foram em vão. Com tudo isso, a cláusula do acordo que definia as relações de comércio entre os ex-palmarinos de Cucaú e os habitantes das vilas circunvizinhas inviabilizou-se[68]. Algumas autoridades militares logo convenceram-se de que os ex-palmarinos "estavam conjurados para se retirarem outra vez" para Palmares[69].

Zumbi e seus partidários não deixam escapar essa possibilidade de capitalizar um descontentamento real, organizando uma sólida rede clandestina com o objetivo de agitar Cucaú. Com freqüência cada vez maior os palmarinos organizam pequenos ataques com vistas à obtenção de armas e munições — a sublevação contra Ganga-Zumba está em marcha. Aliás, Ganga-Zumba chega a comunicar às autoridades a existência de um plano para eliminá-lo fisicamente. Paralelamente, os palmarinos tampouco abandonam o trabalho de recrutamento junto às massas escravas dos engenhos: como muitos partidários de Ganga-Zumba decepcionados com os maus resultados de sua política, os escravos das plantações são conduzidos cautelosamente para Palmares.

Nesse ínterim, o Governador envia Ganga-Zona a Macaco para propor a liberdade a Zumbi, que em troca deveria entregar suas armas. Ele permanece um mês na capital palmarina, sem lograr convencer Zumbi.

Apenas um ano após a defecção de Ganga-Zumba a guerra recomeça em Palmares. João Freitas da Cunha toma a frente de uma expedição composta por 200 homens, entre os

quais um grupo de índios "aldeados" da vila de Alagoas, de onde ela parte. A expedição marcha 300 quilômetros e, segundo as palavras do Governador, amarga um "tremendo revés no encontro". Inicialmente, as tropas sofreram "grandes danos nas marchas", por causa do mau tempo, provocando a morte de vários soldados. Do ponto-de-vista estritamente militar, eles se deixam enganar pela tática dos palmarinos, que conseguem atraí-los para o fundo da floresta, onde, de emboscada em emboscada, são completamente desmantelados. O Governador é de opinião que essa vitória, "dando aos negros toda a glória e soberbia de ânimo, tornou-os mais enfurecidos e mais insolentes do que antes"[70].

As autoridades coloniais mantinham sempre uma base militar em território palmarino — o arraial de Bom Jesus e a Cruz, aquele mesmo fundado por Fernão Carrilho. A tropa composta de índios e mamelucos aí estacionada aparentemente não toma parte em combates importantes. Mesmo assim, as vilas do sul da Capitania continuam a sustentar o arraial. Sabe-se, por exemplo, que em janeiro de 1680 o Capitão-mor João da Fonseca escreve à Câmara de Alagoas — que já contribuía, aliás, todo mês, com farinha de mandioca — para pedir o envio de peixe, carne e também escravos-carregadores a Bom Jesus. As mercadorias deveriam chegar aí antes de 10 de fevereiro e João da Fonseca exortava a Câmara a não cometer nenhuma "falha"[71].

No início de 1680, uma segunda expedição parte para Palmares, financiada com o dinheiro do dote da Rainha da Inglaterra. Seu comandante, Gonçalo Moreira, parte à procura do quilombo onde está "fortificado o negro Zumbi", mas à sua chegada o chefe palmarino já havia logrado escapar. Prosseguindo em sua marcha, ele se depara com outro quilombo, igualmente vazio. Segundo o testemunho do oficial Manuel da Rocha Lima, alguns palmarinos que fugiam desse último

quilombo foram capturados "por outras tropas". Mas, no conjunto, as forças coloniais contentam-se em queimar algumas plantações, retornando em março para a vila de Alagoas[72].

Enquanto isso, a situação torna-se cada vez mais tensa em Cucaú, onde é descoberta a conspiração preparada pelos partidários de Zumbi. Os conspiradores pró-palmarinos são obrigados a precipitar a sua ação, envenenando Ganga-Zumba e eliminando fisicamente seus principais auxiliares. Os combates explodem entre as duas facções. Os pró-palmarinos se escondem numa floresta das imediações, de onde lançam seus ataques contra os que permanecem em Cucaú. Poderia tratar-se do quilombo Una, que um oficial declara ter atacado ao mesmo tempo que desfechava uma ofensiva contra Cucaú[73].

Ganga-Zona — tornado depois D. Pedro de Souza de Castro, o mesmo nome do Governador seu padrinho — organiza a repressão contra os partidários de Zumbi. Frei Loreto do Couto escreve a seu propósito:

> " ... com extremado valor e insigne fidelidade militou a nosso favor contra todos os rebelados, conseguindo das suas armas, ciladas e encontro insignes vitórias"[74].

Brás de Souza de Castro, seu irmão, participou igualmente dos combates. Mas esses só foram presos após a intervenção das tropas de Gonçalo Moreira.

Uma repressão sem dó nem piedade se abate sobre os conspiradores. Ao final de três meses de enfrentamentos, mais de 200 pessoas são capturadas, entre elas mulheres e crianças. João Mulato, Gaspar, Amaro e Canhongo — "principais autores da rebelião" — [75] são degolados. E os prisioneiros vendidos aos senhores-de-engenho da Capitania. É o fim de Cucaú.

Em 16 de fevereiro de 1680, André Dias, um militar de São Miguel, é encarregado pelo Governador de organizar uma

expedição. Os palmarinos, a despeito do malogro da sublevação do Cucaú, permaneciam muito ativos, "saindo dos mocambos onde assistem a roubar pelas estradas aos moradores e seus escravos". Aparentemente, eles estavam infiltrados em vários pontos do território colonial, pois o Governador toma o cuidado de indicar a André Dias a tarefa de prender os palmarinos "em qualquer parte onde os colher, ainda que seja em fazendas ou casa de qualquer morador". O comandante gozaria de plenos poderes: ele podia "matar livremente" o palmarino que porventura resistisse à ordem de prisão[76].

A expedição não obtém nenhum resultado. No mês seguinte, o Governador, sem dúvida a contragosto, encarrega Manuel Lopes da publicação de um Bando que solicita

> "a pessoas de qualquer qualidade que por alguma indústria possa noticiar ao Capitão Zumbi que o dito Senhor Governador novamente lhe tem perdoado em nome de Sua Alteza que Deus guarde todos os crimes que contra estes povos tem cometido desde que se reduza à obediência de nossas armas"[77].

O Bando fixa um prazo de quatro meses para que Zumbi se manifeste, sob pena de lhe ser movida uma "guerra sem quartel". O comandante do Terço dos Henriques vai a Palmares comunicar essas disposições.

Zumbi não responde às propostas do Governador. Assim, em outubro de 1680, as tropas dos Henriques se encontram na Vila de Alagoas para preparar mais uma marcha contra Palmares. A Câmara obtém certa quantidade de farinha para os soldados. Mas ela reconhece a inutilidade de fazer qualquer tipo de pedido aos habitantes pobres: "não havia (farinha) sequer para o povo"[78]. Ao que tudo indica, dessa marcha participam alguns padres levando "remédio espiritual" aos soldados[79].

Chegando a Palmares, as forças coloniais localizam um quilombo na Serra da Barriga, por elas atacado e inteiramente queimado. Os palmarinos, em sua grande maioria, logram escapar; mas deixam "muitos mortos e feridos" no campo de batalha[80]. Em outro quilombo, é capturado o dirigente Maioio[81]. Além do que os comandantes João Martins e Alexandre Cardoso atacam um terceiro quilombo, onde se encontram cerca de 300 palmarinos. Violentos combates se desenrolam, já que os palmarinos estavam dispostos "a vender caro as suas vidas". É possível que esse último quilombo se localizasse junto ao Rio Mundaú[82]. Muitos combatentes foram presos e conduzidos depois a Recife. O simples fato de terem sido aí vendidos pelos soldados aliviou, segundo Loreto do Couto, "as dívidas de Sua Majestade", através da inevitável arrecadação de dízimos. Essa expedição — comandada por Domingos Carneiro, ele próprio filho de escravos — assinala a primeira vitória das forças coloniais desde a ofensiva de 1677[83]. Carneiro permanece em seguida seis meses vasculhando a região palmarina. De retorno a Alagoas, anuncia ter matado "seu principal Zumbi"[84]. Os fatos o desmentiriam pouco tempo depois. Alguns documentos afirmam que, por essa mesma época, os militares recuperaram aos palmarinos "uma mulher branca, com uma filha, que eles tinham levado"[85]. É importante sublinhar ainda o papel do Terço dos Henriques nessas operações. Doravante, as autoridades dedicam uma atenção especial a esse Terço, ocupando-se particularmente das nomeações de oficiais[86].

A resposta palmarina não tarda. No decorrer de 1681, os palmarinos lançam um ataque contra Alagoas. Mas, à saída da vila, são supreendidos pelas forças de Camarão. O chefe do grupo — que Camarão prontamente identifica como Zumbi ... — e vários combatentes são mortos. Outros palmarinos conseguem fugir, conduzindo escravos e algumas mulheres

brancas com eles. Pelas nossas fontes, é a primeira vez que os palmarinos invadem uma vila. A experiência não mais se repetiria.[87].

Camarão organiza imediatamente uma expedição a Palmares, indo ao encalço do "esquadrão dos negros". Os militares atacam um quilombo, abandonado pelos palmarinos após duros combates. Há indícios de que, uma vez mais, Camarão anunciou ter "destruído" os palmarinos[88].

Em agosto de 1681, os prisioneiros palmarinos já compõem um número suficientemente importante para que o Conselho Ultramarino se anime a propor à Coroa enviá-los a Lisboa para trabalhar na construção de navios ou nas plantações de tabaco. Essa proposta deita raízes no temor manifestado pelas autoridades de que os palmarinos, uma vez libertados e entregues ou vendidos aos senhores, escapassem novamente para os quilombos. Já em 1681 há notícias de palmarinos enviados por Ayres de Souza para Lisboa. Lá tinham inclusive direito "a jornal como os demais trabalhadores"[89].

Mas a esmagadora maioria ficava mesmo em Pernambuco. Muitos, feridos em combates, eram previamente curados por médicos e soldados-curadores antes de serem vendidos ou restituídos a seus antigos donos[90]. Mesmo aqueles — uma ínfima minoria, diga-se de passagem — que logravam, por um motivo ou outro, escapar da deportação, prisão ou reescravização raramente se reintegravam à sociedade oficial. É o caso, por exemplo, do ex-palmarino Pedro Soeiro, que, "doente e necessitado de pão", foi à procura de "Fernão Carrilho, para o ter e sustentar em sua casa". Soeiro, provavelmente um remanescente de Cucaú, teve de se dirigir diretamente ao Rei, já que Carrilho se recusara a lhe prestar qualquer ajuda[91].

No final do ano, o Príncipe Regente designava para o posto de Governador de Pernambuco um brilhante militar de carreira, D. João de Souza, a quem todos os oficiais de "guer-

ra, justiça e fazenda" da Capitania "são obrigados" a obedecer. Contrariando um hábito seu desde a expulsão dos holandeses, a Coroa não faz nenhuma referência à sublevação palmarina na carta de nomeação do novo Governador[92].

É que ela preparava, desde o início do ano, um longo relatório sobre o conflito. Sua redação termina em agosto e, após ser submetida ao Conselho Ultramarino, é aprovada em março do ano seguinte.

Esse documento, que estipulava as condições de "liberdade e cativeiro e castigo dos negros dos Palmares", se compunha de 17 artigos. Apesar de nunca terem sido aplicadas integralmente, algumas dessas disposições foram retomadas em outras fases da repressão aos palmarinos.

Como o seu próprio título o indica, trata-se de um documento essencialmente político, no sentido em que investe em uma eventual divisão dos palmarinos, muito mais do que no esmagamento do movimento pela via militar única e exclusivamente.

Esquematicamente, a Coroa oferecia a liberdade aos palmarinos nas seguintes condições:

- todos os palmarinos negros ou mulatos que já eram livres antes de se refugiar em Palmares, assim como os seus descendentes, permaneceriam livres;
- os palmarinos que preenchessem essas condições mas que haviam sido acusados de crimes seriam liberados caso nenhuma queixa tivesse sido apresentada contra eles ao se apresentarem espontaneamente à Justiça;
- seriam considerados livres todos os negros e mulatos — assim como seus filhos e mulheres — que tivessem respeitado o acordo de 1678 e que não tinham se rebelado depois disso.

O documento previa a escravização dos seguintes palmarinos:

- todos aqueles que já o eram escravos antes de se refu-

giarem em Palmares, assim como os seus descendentes;
- os que, condenados por um crime qualquer, não se tivessem apresentado à Justiça;
- todos os que participaram da rebelião de Cucaú.

A parte mais significativa do documento é aquela que ordena que nenhum palmarino, à exceção das crianças menores de sete anos e daqueles que respeitaram até o fim o acordo de 1678, poderia permanecer no "Estado do Brasil". A Coroa endurecia, sem dúvida, as suas posições[93].

Dois fatores impediram a aplicação dessas disposições. O primeiro deles é de ordem militar: a Coroa não poderia tomar nenhuma iniciativa enquanto os palmarinos não dessem sinais de enfraquecimento nesse plano. O outro era de natureza administrativa: alguns meses mais tarde o Conselho Ultramarino se queixaria de que as autoridades designadas para cuidar da parte jurídica do projeto (promoção das sentenças, exame dos casos de liberação de palmarinos etc) tinham praticamente evitado assumir a tarefa. Aliás, o próprio Príncipe Regente escreve ao Governador para que impeça a participação de dois desembargadores no caso, indicando o nome de João do Couto de Andrade para cuidar "dessa diligência"[94]. Em março de 1683, a comissão encarregada do assunto se reunia ainda, mas sem nenhum resultado prático[95].

Em janeiro de 1683, D. João de Souza desembarca em Pernambuco. Ele se dedica com "todo o cuidado" à preparação da expedição, começando por reunir os chefes militares da Capitania, e escolhendo Fernão Carrilho para o comando das tropas. D. João de Souza apresenta um longo documento a Carrilho, o qual, em um dos artigos, rejeita toda a possibilidade de acordo com os palmarinos. Quando Carrilho lhe escreve duas cartas pedindo-lhe a "alteração do dito artigo", o Governador lhe responde que o execute "sem contradição alguma"[96].

Por essa mesma época, uma importante controvérsia eclode entre a Igreja e o Estado, em Portugal. Motivo: os palmarinos detidos no Cucaú. Setores do Clero entendiam que, por terem sido batizados e doutrinados, os ex-palmarinos não podiam ser reescravizados. Para o Conselho Ultramarino, esse direito existia. Infelizmente, nenhum documento permite dizer de maneira taxativa qual o destino desses ex-palmarinos, se a liberdade ou o cativeiro. Pelos indícios acumulados aqui e ali, o mais provável é que tenham sido alforriados[97].

Carrilho parte em julho de 1683 capitaneando cerca de 300 homens. As tropas atacam um quilombo situado na Serra da Barriga, mas são rechaçadas pelos palmarinos. Segundo o testemunho de dois militares, as tropas teriam feito algumas baixas entre os palmarinos[98]. Há informações também de que o quilombo Gôngoro sofre um ataque, assim como um "sítio no Mundaú"[99]. Comandando nesse último local uma coluna de 25 homens, Carlos Ferreira ataca um campo onde trabalham 40 palmarinos, mas é prontamente rechaçado: todos os camponeses estavam armados e, deduz-se, bem treinados[100]. Pelo menos cinco soldados seus o abandonaram no decorrer do combate[101]. Finalmente, Carrilho se vê cercado e não encontra outra saída senão estabelecer negociações com os palmarinos. Teria havido confraternizações entre palmarinos e soldados no arraial de Carrilho.

A notícia é evidentemente mal acolhida pelo Governador, partidário da "guerra crua" aos palmarinos. Ele ordena imediatamente a Carrilho para expulsar "os negros contrários" do arraial, ameaçando-o "com gravíssimas penas". Carrilho obedece, interrompendo as conversações de paz. Mas tampouco conduz qualquer ação militar contra os palmarinos, o que lhe reprova o Governador. Essa desobediência lhe custaria o posto e a própria liberdade: algum tempo depois João de Freitas da Cunha sobe ao arraial para substituí-lo e

prendê-lo. Conduzido a Olinda, Carrilho é condenado ao degredo na Capitania do Ceará[102].

Segundo um documento, Freitas da Cunha se encarrega ainda de mudar o arraial "para a Barra do Paraíba-Mirim, por ser a parte mais acomodada" dos Palmares, lá permanecendo oito longos meses[103].

Ocorre que as autoridades coloniais estavam decididas a combater a qualquer preço o Quilombo dos Palmares. Quando, no decorrer de 1683, os irmãos negros da Confraria de Nossa Senhora de Guadalupe da cidade de Olinda organizam uma coleta de dinheiro para comprar a liberdade de "escravos homens e mulheres", as autoridades e os senhores rejeitam completamente a idéia. Pois eles temem que uma vez livres os escravos possam optar por viver em Palmares. Os irmãos, por seu turno, sustentam o contrário: os escravos em questão — na sua maioria filhos de antigos combatentes da luta contra os holandeses — fugiriam para Palmares ou até mesmo se suicidariam no caso de os senhores se recusarem a alforriá-los. Eles fazem um apelo ao Rei, em nome da "piedade cristã", mas o soberano apóia os argumentos dos senhores[104]. Desde alguns anos já, os religiosos de Santo Antônio da vila de Alagoas prestavam assistência aos militares na guerra "que se faz aos negros levantados dos Palmares"[105].

A situação social é extremamente tensa na Capitania. Os escravos — quase sempre indivíduos agindo por conta própria, sem organização — se vingam de seus senhores, sendo assinalados numerosos casos de assassinato. Em uma carta endereçada ao Rei, no final do ano, os moradores de Penedo se queixam das "mortes e roubos que naquelas Capitanias fazem cada dia os negros, mulatos e mamelucos". Quando Mateus Rabelo, "um dos mais ricos e benquistos homens de negócios desta praça", é assassinado, os moradores pedem ao Rei que conceda ao Ouvidor-Geral de Pernambuco "o mesmo poder

que tem o do Rio de Janeiro". Ou seja, o poder de aplicar a pena de morte a todos os "delinqüentes" responsáveis por "grandes delitos". O Conselho Ultramarino estima "justificada" a queixa, acatando em seguida as reivindicações dos moradores[106].

Em Palmares, enquanto isso, o Capitão Freitas da Cunha aguardava reforços para poder retomar as operações. De seu arraial situado à beira do Rio Paraibinha, ele envia regularmente algumas colunas a percorrer a região. Os militares logram realizar "algumas capturas" entre as quais, possivelmente, "dois sobrinhos de Zumbi". Os reforços ansiados chegam finalmente no início de 1684 — cerca de 50 homens, conduzidos por Belchior Pinto desde Porto Calvo[107]. Outros militares, ainda, partiriam da vila de Alagoas[108]. Com isso, as tropas reiniciam as suas marchas e, ao cabo de 18 dias, descobrem o Gôngoro, onde se encontrava Zumbi. Os militares queimam aí várias casas e mesmo várias plantações situadas nas imediações do quilombo; mas os palmarinos conseguem expulsá-los dali[109]. Alguns dias mais tarde, Freitas da Cunha parte em direção a uma localidade próxima ao litoral, Alamo, que Zumbi havia atacado. A tropa percorre durante três dias a região, sem obter nenhum resultado[110].

Uma outra coluna, comandada por Jerônimo Melo Albuquerque, trava um combate contra os palmarinos na Serra do Salabangá, provavelmente às proximidades do quilombo Dambraganga. A coluna teria matado então sete palmarinos e prendido 13, divididos "igualmente por seus soldados"[111].

Pelo meio do ano, a expedição retorna a Recife. Há informações de que teria permanecido no total dez meses no arraial[112]. Mas o resultado dessas operações é bem magro, pois em novembro o Governador explica que Freitas da Cunha topou "com alguns mocambos (onde) se degolaram alguns negros"[113].

Neste mesmo ano de 1684, os palmarinos agem nas proximidades da Vila de Nossa Senhora das Neves, na Capitania da Paraíba. Trata-se, provavelmente, da primeira incursão palmarina a essa Capitania. O Governador Ayres de Souza de Castro, assim que toma conhecimento desse deslocamento, manda um "aviso" à Capitania vizinha. Imediatamente, uma tropa parte ao encalço dos palmarinos, penetrando "mais de oitenta léguas pelo sertão a dentro". Sabedores de que os palmarinos haviam regressado a "seu antigo domicílio", os militares abandonam a marcha após "setenta e dois dias passando muitas fomes (e) dois dias completos sem beber água", segundo o testemunho de um deles[114].

Os palmarinos pareciam estar com ânimo forte, visto que a essa mesma época atacam a prisão de Graça Torta, no Distrito de Alagoas. Eles conseguem libertar dessa prisão alguns de seus companheiros, ao que tudo indica. Mas para isso foi preciso travar duro combate contra um grupo de índios que faziam a guarda do presídio[115].

Diante da evidência dos insucessos militares, D. João de Souza decide negociar um acordo de paz com os palmarinos. Com esse objetivo, ele envia um oficial do Terço dos Henriques a Palmares. O militar permanece na região palmarina até o final do ano de 1684, quando o novo Governador, João da Cunha Souto Maior, desembarca na Capitania.

O novo Governador trazia provavelmente no bolso uma carta pessoal do Rei para o "Capitão Zumbi". O historiador Décio Freitas, o primeiro a divulgar esse documento, disse não saber se a carta chegou ao seu destinatário. Talvez o importante a salientar aí seja a intenção, o gesto do Rei de "perdoar" o dirigente máximo dos palmarinos, oferecendo-lhe anistia, assim como a todos os capitães dos Palmares, que ficariam "livres de qualquer cativeiro ou sujeição"[116]. As conversações estabelecidas entre emissários do Governador e

Zumbi dão a entender que este realmente recebera o documento do Rei.

Assim, mostrando-se favorável à negociação com os palmarinos, Souto Maior tenta justificar em agosto de 1685 a opção de seu antecessor pelo fato de que a Capitania

> "não tinha nenhum efeito para se pôr em campanha, porque os que aqui haviam se tinham gasto nessa guerra e os moradores dessa Capitania não estavam capazes de contribuir para ela, (pelo) terrível ano que experimentam na falta do açúcar"[117].

O Governador acrescenta que a maioria dos comandantes se encontrava "carregada de anos e achaques causados pela guerra", incapazes por esse motivo de marchar a Palmares ou manter a disciplina das tropas. Era fundamental obter a paz, já que os palmarinos continuavam lançando seus ataques e capturando escravos[118].

Essa política, no entanto, é censurada por alguns resolutos partidários da guerra. Escrevendo de Lisboa, o ex-Governador D. João de Souza, que havia estabelecido conversações de paz com os palmarinos, rejeita agora essa política, afirmando que estes só queriam ganhar tempo. O melhor a fazer para acabar com as "correrias" dos palmarinos seria fundar dois arraiais nas proximidades das vilas de Porto Calvo e Alagoas[119]. Igualmente consultado, Ayres de Souza manifesta a mesma opinião, pregando a retomada da guerra[120].

O Conselho Ultramarino estuda os diferentes pontos-de-vista e envia as suas conclusões ao Rei, em fevereiro de 1686:

> "Não convém que se admita a paz com estes negros, pois a experiência tem mostrado que esta prática é sempre um meio engano; e ainda pelo que toca a nossa reputação, ao se tratar e à vista (de todos) com eles ficamos com menos opinião, pois isto são uns pretos fugidos e cativos e assim se deve dizer ao Governador que lhes faça a guerra ..."[121].

Enquanto aguarda uma decisão definitiva do Rei, Souto Maior envia um negociador a Macaco. Mas as conversações fracassam e Zumbi decide relançar os ataques. Pressionado pelos senhores-de-engenho, o Governador retoma a guerra em novembro do mesmo ano. E é com certa decepção que afirma que

> "estando para lhe dar perdão em nome de Vossa Majestade para que viessem viver quietos nesta Capitania, com as liberdades que Vossa Majestade lhes concede em suas reais ordens, me chegaram queixas das câmaras e povos vizinhos a eles das tiranias que lhe estavam fazendo, (...) com o que vendo eu o excesso com que eles tão insolentemente os oprimem ... suspendi a execução do perdão e resolvi mandá-los castigar, com demonstração exemplar"[122].

Alegando "não ter nenhum efeito para gastar nesta guerra", Souto Maior pede às principais vilas do sul da Capitania para que financiem a nova expedição. Sabe-se que o senhor-de-engenho Bernardo Vieira de Mello contribui com uma "grande oferta" para as despesas. O próximo passo do Governador é a ordem que expede para que Fernão Carrilho seja libertado o mais breve possível. Carrilho lhe havia escrito sobre seu degredo do Ceará, oferecendo-se para participar da expedição como "simples soldado". Ele obtém coisa melhor: nomeado comandante, Carrilho se prepara para enfrentar mais uma vez os sublevados[123].

Enquanto isso, os palmarinos permaneciam ativos — uma certa Maria Soares, por exemplo, viúva de um senhor-de-engenho, relata amargamente às autoridades por essa época estar "arruinada com as entradas dos negros dos Palmares", realizadas em seu engenho nas cercanias de Seri-

nhaém. A brava viúva chegara a manter por seus próprios meios uma tropa de índios para vigiar "as matas do dito engenho". Mas ela queria mais: isto é, que as autoridades lhe enviassem homens brancos para, juntos com os índios, "fazer entradas pelo sertão" em demanda dos palmarinos. O Rei termina por apoiar o seu pedido, em dezembro de 1686[124].

Seja como for, algumas providências começam a ser tomadas. Através de vários bandos, o Governador comunica aos voluntários que os palmarinos eventualmente capturados lhes pertenceriam com isenção de impostos, o que considera como o "meio mais eficaz de extinguir esta canalha"[125]. São reunidos assim cerca de 600 homens, entre soldados do exército regular, índios, mestiços e uma tropa de negros comandada por Domingos Carneiro. Apesar de ter anteriormente manifestado o seu desejo de enviar a infantaria aos Palmares, não foi possível apurar se Souto Maior com certeza o fez[126]. Mas há indícios de que sim. Pois sabe-se que quase todos os militares da companhia de infantaria de Itamaracá foram enviados por essa mesma época "ao sertão em ofensa dos negros dos Palmares"[127]. Aliás, a primeira tentativa de utilização da infantaria na Guerra dos Palmares data dos anos 1670. Contudo, o Governador expressa agora um certo contentamento, já que "as tropas vão tão bem providas"[128].

A expedição parte de Alagoas em 10 de janeiro de 1687. Isso, o grosso da tropa, pois da vila de São Francisco partem também "cento e vinte homens de armas de fogo e flechas"[129], provavelmente comandados por Gregório Bezerra e financiados pelo nobre Domingos Gomes da Costa[130] e pelo juiz Pedro Manuel Pavão[131]. Após um mês de marcha, as tropas localizam um quilombo. Porém, tendo "notícia da entrada"[132] os palmarinos preparam várias armadilhas para as forças coloniais. Quando essas conseguem invadir o quilombo, os palmarinos já o haviam abandonado, entre eles provavelmente

Zumbi[133]. Eles aplicam assim a sua velha tática de guerrilha, que consiste em tomar a iniciativa dos combates atacando de surpresa, evitando ao mesmo tempo os choques frontais. Alguns palmarinos teriam sido mortos na fuga, enquanto as tropas capturam um "sobrinho de Zumbi"[134].

Uma coluna de 150 homens comandada por Jerônimo de Mello parte em perseguição dos palmarinos. Ao cabo de alguns dias, ela chega às proximidades do quilombo Tabocas. Eles travam uma "peleia na Serra da Batalha" e "outros encontros na Serra de Santa Cruz". Vários palmarinos teriam sido mortos nos combates. Do lado oficial, "alguns soldados" teriam sido feridos, sendo medicados na própria região palmarina[135].

Com a chegada do inverno, a expedição teve de ser suspensa.

O Governador mantinha a esperança de enviar uma nova expedição a Palmares no início do verão. Enquanto isso, ele determina — em conformidade, aliás, com as ordens do Rei — a uma tropa de negros comandada por Domingos Carneiro que estabeleça um arraial na região palmarina. Carneiro permanece oito meses e meio nesse arraial, estrategicamente localizado nas confluências das vilas de Ipojuca, Serinhaém e Porto Calvo. Durante esse tempo, Carneiro realiza incursões "fora do arraial com a sua companhia, a buscar a trilha dos negros", não conseguindo travar nenhum combate com os palmarinos[136].

Chegou até nós um curioso documento sobre essa expedição: trata-se de uma petição sob forma de poema de cordel enviada por um soldado do exército regular ao Conselho Ultramarino. É antes de mais nada um testemunho pavoroso para o exército colonial. O soldado, que fora "quase menino" para a guerra, queixa-se de ter retornado mutilado de Pal-

mares. Ele amargou a fome, o frio, lutando de pés descalços — o que Santo Antônio poderia "corroborar", pois, contrariamente a outros, não abandonou os combates. E, aqui, mais uma singularidade: o soldado refere-se à imagem de Santo Antônio que, devidamente uniformizada, participou de todos os combates travados em Palmares a partir dessa data. Aliás, o dito santo-soldado somente seria dispensado do exército por decreto ... republicano! E após denunciar que as "glórias" da guerra beneficiaram apenas os covardes, o soldado reivindica uma promoção, como forma de ter um pouco de conforto na vida:

"Ao Conselho Ultramarino
que tão justiceiro é,
Zebedeu praça de pré
filho de Brás Vitorino
bem moço, quase menino
para Palmares marchou
pelo que lá se estrepou
sendo um dos desgraçados
que voltaram aleijados
e por fim nada ganhou.

Ali de arcabuz na mão
dia e noite combatendo
de fome e frio morrendo
descalço, de pés no chão
ao lado do valentão
Félix José dos Açores
que apenas viu dos horrores
o painel desenrolar-se
foi tratando de moscar-se
com grande sofreguidão.

Do que venho de narrar
apesar de ser bolônio,
pode o Padre Santo Antônio
muito bem corroborar;
o que não é de esperar
proceda d'outra maneira
atenta a sua fieira
sua afeição, valentia
pois junto a mim noite e dia
não desertou da trincheira.

Ele viu bem como eu
quando o combate soou
quando a corneta tocou
a gente que então correu;
a essa foi que se deu
como garbosa e valente
terras, dinheiro, patente
com grande injustiça e agravos
p'ra aqueles que aos vis escravos
não trataram como gente.

A vós Conselho afamado
que a justiça só visais
para que não amparais
o pobre do aleijado?
que no mundo abandonado
sem ter quem lhe estenda a mão
tem por certo a perdição
da vida, pois quase morto
só poderá ter conforto
se o fizerdes — capitão[137]."

Sabe-se por uma carta anônima enviada a Portugal em junho de 1687 que os palmarinos preparavam uma verdadeira insurreição em Pernambuco, em estreita ligação com os escravos da Capitania.

Os homens de Zumbi tinham-se infiltrado no seio da massa escrava há vários meses. Segundo o plano palmarino, os próprios escravos lançariam a revolta: eles deveriam sublevar-se e eliminar os senhores-de-engenho, assim como as autoridades coloniais. Os combatentes palmarinos viriam depois, prestar-lhes "socorro".

A conspiração foi denunciada por uma escrava negra e as autoridades puderam controlar rapidamente a situação.

Nenhuma outra fonte documental menciona essa conspiração. De forma que não se pôde, até o momento, conhecer a sua real extensão, isto é, o número de participantes, em que vilas e distritos da Capitania estavam organizados etc. E menos ainda saber se os palmarinos possuíam um plano — até aqui improvável — de atacar diretamente o poder central e dele se assenhorear[138].

Mas essa mesma carta anônima — escrita por Fernão Carrilho ou por um de seus amigos, como sublinharia o Governador — era na realidade um plano, um a mais, para conter a rebelião palmarina.

O plano propõe a construção de um arraial no centro da região palmarina, vigiado por uma companhia de infantaria comandada por Fernão Carrilho. Os índios do Terço assim como os "índios domésticos" das vilas circunvizinhas a Palmares seriam colocados estrategicamente em diversos pontos de seu território. Como tarefa, deveriam perseguir os palmarinos por todos os cantos e, ao mesmo tempo, tentar impedir a fuga de escravos para a região. Os índios teriam o direito sumário de enforcar todos os escravos fugitivos. Mulheres e crianças, porém, poderiam ser vendidas a seu proveito.

O plano afirmava ainda que os "gentios bravos" localizados à proximidade de Palmares eram grandes inimigos dos negros e "não só os desejavam destruir, mas comer". Era preciso assim estabelecer contato com eles e persuadi-los a marchar a Palmares oferecendo-lhes "aguardente da terra, facas e outras coisas". Os palmarinos ficariam então completamente cercados — pelos índios, através do sertão; pelos portugueses, através do litoral — e não teriam outra saída senão a rendição. Finalmente, a manutenção do arraial deveria correr por conta do Governador[139].

O plano recebe a adesão do Procurador da Coroa, que escreve ao Rei para pedir que o financie. Ele é de opinião que não deveria haver o "menor escrúpulo" na execução sumária dos palmarinos. É o preço a pagar "por um mal tão grande e já tão envelhecido"[140]. Por seu turno, os ex-Governadores Ayres de Souza e João de Souza ridicularizam o plano, indicando que o estabelecimento de um arraial é uma medida ineficaz diante da capacidade de deslocamento dos palmarinos[141]. O Conselho Ultramarino finalmente afasta toda possibilidade de aplicação do plano[142].

O Conselho opta por um outro plano, redigido por inspiração do próprio Rei. Esse plano propõe o envio de 400 homens a Palmares, onde formariam também um arraial. Os soldados patrulhariam constantemente a região, estando previsto um sistema de substituição, para que cada um deles descanse dos combates. Fundamentalmente, o plano visa a conduzir os palmarinos à mesa de negociação. Ou seja, após uma vitória militar parcial, ser-lhes-ia concedida a anistia, com a condição de que deixem o Brasil em direção a Portugal ou às Ilhas Atlânticas[143].

Outros planos sugeriam ao Conselho Ultramarino que a expedição só partisse no momento em que os palmarinos tivessem "recolhido os mantimentos das suas lavouras e pal-

mares, para que com eles se pudessem sustentar os soldados"[144].

A Coroa parece tão animada em destruir os palmarinos que chega, por volta desse mesmo ano de 1687, a criar o cargo de "tesoureiro dos efeitos aplicados à Guerra dos Palmares"[145]. Três anos mais tarde "todas as receitas" da guerra já se encontram sob o controle do tesoureiro[146].

Mas todos esses projetos seriam abandonados a partir do momento em que chega a Lisboa a notícia de que o Governador havia convidado os paulistas a combater na guerra[147].

Notas Bibliográficas
Capítulo IV

1) Consultar, entre outras obras, Basil DAVIDSOM — **Mère Afrique** — Paris, Presses Universitaires de France, 1965, esp. pp.210-211, onde se descreve o traçado de um vilarejo africano tradicional, em muitos aspectos semelhante àquele de Palmares (predominando também no caso africano o sistema de ruas únicas, compridas e largas).

2) Biblioteca Nacional de Lisboa — **Reservados** — Códice 475, segunda metade do Séc. XVIII, doc.anônimo, fls.21v/22. Ver também o importante ensaio de L. de CASTRO FARIA "Origens culturais da habitação popular no Brasil" in Boletim do Museu Nacional, Antropologia, nº 12, outubro de 1951, pp.21-72.

3) Ver LORETO DO COUTO, op.cit., p.187.

4) Consultar a esse propósito a **Relação das guerras feitas aos Palmares etc**, doc.cit.

5) **Relação das guerras feitas aos Palmares etc**, doc.cit., p.203.

6) Consultar sobre isso as obras citadas de LORETO DO COUTO e PEREIRA DA COSTA, além dos documentos citados **Relação das Guerras feitas aos Palmares etc.** e **Diário da Viagem do Capitão João Blaer aos Palmares**.

7) OLIVEIRA MARTINS, J. P. de — **O Brasil e as colônias portuguesas** — Lisboa, Livraria Bertrand, 1887, p.66. O Autor, um profundo conhecedor das questões jurídicas, faz ainda referências breves a Palmares em sua obra **História da República Romana**, Lisboa, Livraria Bertrand, 1885, vol.1, pp.401-402.

8) **Relação das guerras feitas aos Palmares etc**, doc.cit., p.203.

9) LORETO DO COUTO — op.cit., p.189.

10) Consultar os dois últimos capítulos deste ensaio. Sobre o tráfico, ver bibliografia citada no capítulo III, segunda parte..

11) ENNES, Ernesto, op.cit., doc.54, p.325.

12) **Relação das guerras feitas aos Palmares etc**, doc.cit., p.209.

13) Ibid.

14) **Os Sucessos de 1668 a 1680**, doc.cit., p.236-238.

15) Coleção STUDART, col.cit., doc.324, p.116.

16) **Os Sucessos de 1668 a 1680**, doc.cit., p.239.

17) Ibid., pp.241-242.

18) **Documentos Históricos**, vol.LXXXVIII, p.90.

19) **Relação das guerras feitas aos Palmares**, doc.cit., p.210.

20) **AHU** — Pernambuco — Caixa 3, 13 de setembro de 1673, fls.1/1v. Ou seja, respectivamente, o dote da princesa portuguesa D. Catarina, que havia contraído núpcias com o Rei da Grã-Bretanha, e uma contribuição anual da ordem de 120.000 cruzados que o povo brasileiro teve de pagar à Holanda até 1830, como forma de indenizá-la pela "perda" do país.

21) **AHU** — Pernambuco — Caixa 3, 28 de junho de 1677, fls.1/1v/2.

22) Ver também, Décio FREITAS — op.cit., pp.109-110; Biblioteca da Ajuda, códice 50-V-37, s/d, fls.260-262.
23) **AHU** — Pernambuco — Caixa 7, 4 de fevereiro de 1678, fl.9v.
24) Biblioteca da Ajuda — Códice 50-V-37, s/d, fls.230-231.
25) Consultar a esse propósito BRANDÃO, Alfredo, op.cit., doc.18.
26) **BNRJ** — Códice 22,2,28 — 28 de junho de 1677, pp.59-62.
27) **Relação das guerras feitas aos Palmares**, doc.cit., p.210.
28) Idem, p.211.
29) Ibid.
30) Idem, p.212.
31) Ibid.
32) Ibid., pp.212-213.
33) Consultar **AHU** — Pernambuco — Caixa 9, 4 de março de 1687, fls.2 e 4v/5.
34) **Relação das guerras feitas aos Palmares etc**, doc.cit., p.213.
35) **AHU** — Pernambuco — Códice 119, 30 de agosto de 1680, fl.432.
36) **Relação das guerras feitas aos Palmares**, doc.cit., p.213.
37) **AHU** — Pernambuco — Caixa 9, 28 de setembro de 1688, fl.2.
38) **Relação das guerras feitas aos Palmares**, doc.cit., p.214.
39) Ibid., pp.214-215.
40) **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 20 de dezembro de 1697, fls.3v/4.
41) **Documentos Históricos etc**, vol.XXIX, pp.426-430.
42) **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 14 de março de 1696, fl.1v.
43) **Relação das guerras feitas aos Palmares**, doc.cit., p.215.
44) Ibid.
45) Ibid., pp.215-216.
46) **Os Sucessos de 1668 a 1680**, doc.cit., pp.242-243.
47) **Relação das guerras feitas aos Palmares**, doc.cit., pp.216-217.
48) Ibid., pp.217-218.
49) **BNRJ** — Códice 22,2,28, 28 de abril de 1678, pp.94-95.
50) **Relação das guerras feitas aos Palmares**, doc.cit., p.217.
51) **Documentos Históricos**, vol.XXIX, p.428.
52) **BNRJ** — Códice 22,2,28, 26 de janeiro de 1680, p.114.
53) **Os Sucessos de 1668 a 1680**, doc.cit., p.243-244.
54) **Relação das guerras feitas aos Palmares**, doc.cit., p.218.
55) Ibid., p.219.
56) Ibid.
57) Ibid., pp.221.
58) Ibid.
59) **AHU** — Pernambuco — Caixa 7, 22 de junho de 1678, fl.1.
60) **AHU** — Pernambuco — Caixa 8, 9 de fevereiro de 1682, fl.2.
61) ENNES, Ernesto, op.cit., doc.8, p.153.
62) **Relação das guerras feitas aos Palmares**, op.cit., p.222.
63) Coleção STUDART, col.cit., doc.324, p.117, doc.cit.

64) **BNRJ** — Códice 22,2,28, 16 de agosto de 1679, p.119. A observação é de João do REGO BARROS, provável autor da **Relação das guerras feitas aos Palmares**.
65) Consultar, entre outros, **AHU** — Pernambuco — Caixa 14, 15 de julho de 1707, fls.5/5v/6; Ceará — Caixa 1, 7 de julho de 1699, fls.3/3v/4/4v e **BNRJ** — Códice 22,2,28, 16 de agosto de 1679, p.119.
66) **BNRJ** — Códice 22,2,28, 19 de junho de 1679, p.116-118.
67) Ibid.
68) Ver FREITAS, M. M. de — op.cit., vol.II, pp.450-453.
69) **BNRJ** — Códice 22,2,28, 8 de agosto de 1680, p.132.
70) FREITAS, M. M. de — op.cit., p.454.
71) **Os Sucessos de 1668 a 1680**, doc.cit., pp.244-245.
72) **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 20 de dezembro de 1697, fls.2/2v.
73) Ibid., fl.4.
74) LORETO DO COUTO, Domingos, op.cit., p.107.
75) **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 13 de janeiro de 1694, fls.1/1v; **Os Sucessos de 1668 a 1680**, doc.cit., pp.247-248; **Documentos Históricos etc**, vol.XXVIII, pp.151-152.
76) **Os Sucessos de 1668 a 1680**, doc.cit., pp.245-247.
77) Ibid., p.247.
78) Ibid., p.249.
79) **AHU** — Inventário Luísa da Fonseca — docs. nºs. 4010 a 4021, 4 de abril de 1682, fl.s/n.
80) **AHU** — Pernambuco — Códice 18, 22 de dezembro de 1693, fls.350/350v.
81) **AHU** — Pernambuco — Caixa 8, 24 de março de 1683, fl.1.
82) Ibid.
83) LORETO DO COUTO, Domingos, op.cit., pp.107-108.
84) Ibid., p.106.
85) Consultar ainda a respeito dessa expedição **AHU** — Pernambuco — Caixa 8, 7 de março de 1684, fl.1 e 8 de agosto de 1684, fl.10.
86) **AHU** — Pernambuco — Códice 18, 22 de dezembro de 1693, fls.350/350v/351, doc.cit. Ver ainda os documentos publicados por Joaquim Antônio de MELLO, op.cit., pp.85; 275-276; 287-289.
87) LORETO DO COUTO, Domingos — op.cit., p.99.
88) **BNRJ** — Códice 22,2,28, 29 de agosto de 1682, p.143.
89) Ver, entre outros, **AHU** — Pernambuco — Códice 265, 29 de agosto de 1682, fl.34v.
90) **AHU** — Pernambuco — Caixa 8, 28 de fevereiro de 1682, fl.1; **ANTT** — Chancelarias Reais, D. PEDRO II, 3 de dezembro de 1706, liv.30, fl.366v.
91) **AHU** — Pernambuco — Códice 48, s/d, fl.370.
92) **AHU** — Pernambuco — Códice 119, 6 de novembro de 1681, fls.258/258v/259.
93) **Documentos Históricos**, op.cit., vol.LXVIII, pp.49-59.
94) **AHU** — Códices referentes ao Brasil — Bahia, nº 245, 25 de novembro de

1682, fls.81/81v/82.
95) Consultar **Documentos Seiscentistas Brasileiros** in Anais do Museu Paulista, São Paulo, 1927, t.3, parte II, pp.7-128.
96) ENNES, Ernesto, op.cit., doc.3, p.139.
97) Biblioteca da Ajuda — Códice 50-V-35, fls.397-398; Décio FREITAS — op.cit., pp.130-132.
98) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.2, p.137; **AHU** — Pernambuco, Caixa 13, 12 de fevereiro de 1701, fls.5/5v.
99) **AHU** — Pernambuco — Caixa 12, 20 de dezembro de 1698, fls.2/2v.
100) ENNES, Ernesto, op.cit., doc.50, p.300.
101) **AHU** — Pernambuco — Caixa 12, 20 de dezembro de 1698, doc.cit.
102) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.3, pp.139-140, doc.cit.
103) **AHU** — Pernambuco — Caixa 10, 5 de julho de 1693, fl.1.
104) PEREIRA DA COSTA, F. A. — "A idéia abolicionista em Pernambuco" in RIAHGP, 1891, vol.VI, nº 42, pp.253-254; **AHU** — Correspondência do Brasil — nº 256, 17 de novembro de 1686, fl.48v.
105) **AHU** — Inventário Luísa da Fonseca (docs. catalogados) — nºs 4.010 a 4.021, 14 de abril de 1682.
106) **AHU** — Pernambuco — Códice 49, 12 de novembro de 1683, fls.39v/40.
107) **ANTT** — Chancelarias Reais — D. PEDRO II, Ofícios e Terras (Doações), Livro 28, 8 de junho de 1703, fls.121/121v/122.
108) **ANTT** — Chancelarias Reais — D. PEDRO II, Ofícios e Terras (Doações), Livro 26, 26 de janeiro de 1700, fl.9v.
109) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.46, pp.280-281.
110) Ibid., p.281.
111) **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 14 de março de 1696, fls.2/2v.
112) **ANTT** — Chancelarias Reais — D. PEDRO II, Ofícios e Terras (Doações), Livro 26, 26 de janeiro de 1700, fl.9v, doc.cit.
113) ENNES, Ernesto — op.cit., p.140, doc.cit.
114) **ANTT** — Chancelarias Reais — D. PEDRO II, Ofícios e Terras (Doações), Livro 17, 28 de fevereiro de 1687, fls.369/369v/370.
115) LORETO DO COUTO, Domingos — op.cit., p.101.
116) Décio FREITAS — op.cit., p.144.
117) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.4, p.142.
118) Ibid., p.143.
119) Ibid., doc.6, pp.148-149.
120) Ibid., doc.5, pp.146-147.
121) Ibid., doc.4, p.144, doc.cit.
122) Ibid., doc.7, p.150.
123) Ibid., p.151.
124) **AHU** — Códices referentes ao Brasil —nº 256, 20 de fevereiro de 1686, fls.61/61v e 9 de dezembro de 1686, fls.65/65v.
125) ENNES, Ernesto — op.cit., p.151.

126) **AHU** — Pernambuco — Caixa 9, 8 de agosto de 1686, fl.1/1v/2.
127) **AHU** — Pernambuco — Caixa 9, 25 de maio de 1686, fl.6v.
128) **AHU** — Pernambuco — Caixa 9, 8 de abril de 1686, fl.1.
129) **AHU** — Pernambuco — Caixa 9, 24 de agosto de 1686, fl.1.
130) **AHU** — Pernambuco — Caixa 9, 1685, s/d, fl.1.
131) **AHU** — Pernambuco — Caixa 9, 4 de março de 1687, fl.3.
132) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.10, p.155.
133) **AHU** — Pernambuco — Caixa 18, 13 de setembro de 1719, fl.2.
134) **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 14 de março de 1696, fl.2.
135) Ibid.
136) **AHU** — Pernambuco — Códice 18, 22 de dezembro de 1693, fls.1/1v.
137) Ver PEREIRA DA COSTA, F. A. — op.cit., vol.4, ano 1668.
138) ENNES, Ernesto, op.cit., doc.12, p.160.
139) Ibid., pp.161-163.
140) Ibid., doc.13, p.164.
141) Ibid., docs.14 e 15, pp.165-168.
142) Ibid., doc.17, p.171.
143) Ibid., doc.18, pp.172-177.
144) **AHU** — Pernambuco — Caixa 9, 20 de março de 1687, fl.1.
145) **AHU** — Pernambuco — Caixa 9, 1687, s/d, fl.1.
146) **AHU** — Pernambuco — Caixa 10, 10 de maio de 1690, fl.1.
147) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.16, pp.169-170.

Capítulo V

MACACO

"... conhecendo os demais negros que por este meio tinham conseguido o ficar livres, cada cidade, cada vila, cada lugar, cada engenho, seriam logo outros tantos Palmares, fugindo e passando-se aos matos com todo o seu cabedal, que não é outro mais que o próprio corpo."

— Antônio Vieira, manifestando-se contra a concessão de anistia aos palmarinos, em carta endereçada ao Rei de Portugal.

SE ALGUÉM PERGUNTASSE

ao Bispo de Pernambuco, D. Frei Francisco de Lima, a sua opinião sobre o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, provavelmente ouviria isso como resposta:

> " Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado; quando se avistou comigo trouxe consigo um intérprete porque nem falar sabe nem se diferencia do mais bárbaro Tapuia, a não ser quando diz ser cristão"[1].

Domingos Jorge Velho era o chefe de uma milícia paulista — bando seminômade formado por brancos e mestiços da Capitania de São Paulo — operando nas Capitanias do Nordeste. Ora, São Paulo não possuía nenhum dos artigos de exportação que faziam a relativa prosperidade de Pernambuco e Bahia. Uma boa parte da população, de origem indígena ou pelo menos fortemente mestiçada, encontraria ocupação nas numerosas milícias orientadas para a repressão das subleva-

ções indígenas e, cada vez mais, o esmagamento das rebeliões escravas.

O historiador Sérgio Buarque de Holanda afirmou certa vez que os paulistas tinham "a consistência do couro, não a do ferro e do bronze, cedendo, dobrando-se, amolando-se às asperezas de um mundo rude"[2].

Desde o início de seu governo, Souto Maior tinha procurado estabelecer um contato com os paulistas. Mas as conversações não puderam ser levadas a seu termo em razão da irrupção de uma epidemia na Capitania (denominada popularmente *mal-de-bicho*, uma espécie de febre). Como escreveria mais tarde Souto Maior, os paulistas "conceberam que eu havia falecido" e interromperam os contatos[3].

A epidemia se abateu sobre a Capitania no ano de 1686. Ela fez milhares de vítimas no período de dez anos. E, segundo os documentos, teria sido provocada pelos "vapores que exalam dos cadáveres" enterrados nas áreas urbanas, notadamente em Recife. As numerosas medidas sanitárias tomadas pelas autoridades — com um grande atraso, como sublinharia o Governador Caetano de Melo e Castro em 1695 — se revelaram eficazes. Assim, à limpeza das casas, ruas e praias e ao apelo feito aos habitantes para que jogassem fora os objetos utilizados pelos doentes após o seu falecimento se somaria uma medida pouco comum nos tempos coloniais — a abertura de um hospital[4].

Seja como for, as conversações entre o Governador e os paulistas foram retomadas no início de 1687. Reunidos em Olinda no dia 3 de março, os procuradores dos paulistas — o Padre André da Anunciação, o Capitão Belchior Dias Barbosa e o Sargento Cristóvão de Mendonça — estipularam com Souto Maior as condições para "conquistar, destruir e extinguir totalmente os negros levantados dos Palmares". As "capitulações" tocavam as condições do engajamento mútuo em

matéria de armamento, alimentação, recompensas, destino dos prisioneiros e, paralelamente, estabelecia o alcance do poder das tropas paulistas:

- o Governador forneceria aos paulistas a pólvora e o chumbo necessários para a primeira expedição. Os paulistas não podiam mais pedir novas munições. No total, seriam doados mais de 1.000 cruzados em "armas de fogo e outros petrechos de campanha". Além do que 600 alqueires de farinha de milho e feijão seriam depositados em Alagoas;

- o quinto cobrado pela Coroa sobre os prisioneiros assim como o prêmio normalmente dado ao Governador reverteriam para Domingos Jorge Velho e seus oficiais. Os palmarinos não poderiam, contudo, permanecer na Capitania. Eles deveriam ser conduzidos a Recife e de lá vendidos para o Rio de Janeiro ou Buenos Aires, à exceção das crianças entre sete e 12 anos. Os paulistas teriam direito a faixas de terra na região dos Palmares, nas cercanias do Rio Camarão, e também na Capitania da Paraíba, comprometendo-se de antemão a cultivá-las. Os paulistas receberiam oito mil réis por negro capturado ou que se tivesse apresentado espontaneamente a seu antigo proprietário. As crianças capturadas pertenceriam igualmente aos paulistas;

- uma vez estabelecido em terras palmarinas, Domingos Jorge Velho não deveria admitir aí nenhum negro fugido ou foragido da Justiça. Ele se comprometia ainda a esmagar qualquer quilombo ou movimento organizado na floresta. Caso fizesse algum prisioneiro nessa fase, tinha por obrigação conduzi-lo a Recife;

- Domingos Jorge Velho tinha poderes para prender qualquer pessoa que de uma maneira ou de outra tivesse dado proteção aos palmarinos. Fora isso, todos os voluntários deveriam submeter-se às suas ordens. E mais: o Governador per-

doaria todos os crimes que porventura os paulistas viessem a cometer[5].

Uma semana após a assinatura do acordo, o Governador indicava ao Rei que havia feito determinadas "promessas" aos paulistas, dando-lhes ainda "algumas munições". Mas, curiosamente, Souto Maior não fazia nenhuma referência explícita ao acordo[6]. Mesmo assim, a Coroa recusou seu plano, ordenando-lhe retomar o projeto formulado pelo Rei e cuidar mais das finanças da Capitania[7]. Por que motivo Souto Maior dava provas de tanta prudência no tratamento da questão palmarina?

Ao que tudo indica, existia no seio da classe dominante colonial uma corrente senão contrária à guerra ao menos partidária de um método mais político, julgando inoportuna uma ofensiva generalizada contra Palmares.

Em certo sentido, o acordo de 3 de março reconhecia implicitamente esse estado de coisas quando uma das suas cláusulas outorga a Domingos Jorge Velho o direito de "mandar prender a qualquer morador destas Capitanias (se) com evidência lhe constar socorro aos negros dos Palmares" e isso "sem embargo de ser pessoa de qualquer qualidade"[8]. Assim, na luta encarniçada contra os palmarinos, os interesses do Estado Colonial estavam acima de tudo.

Domingos Jorge, em longa carta enviada ao Rei, não deixou de denunciar "algumas pessoas interessadas na conservação" do Quilombo, tirando "vantagem"[9] desse fato. Nesse sentido, afirma Domingos Jorge,

> "... sua ambição os fazia ser colonos dos negros, e inimigos atuais dos povos; pois para que os tais negros consentissem que povoassem as suas terras era preciso pagar-lhes um tributo em ferramentas, pólvora, chumbo, armas e tudo o mais que eles pediam".

Ora, essa aliança dificultava consideravelmente a luta contra os palmarinos, já que

> "essas contribuições têm sido a causa principal do incremento da potência e do desaforo dos ditos negros, e por conseguinte das hostilidades, roubos, mortes, destruições e despesas que têm sucedido nesse caso"[10].

Como a guerra ia chegando ao seu final, uma surda batalha começava a se desenrolar pela possessão das terras palmarinas. Domingos Jorge não hesitaria, nesse quadro, em denunciar o fato de que essas terras estavam sendo repartidas entre senhores-de-engenho que tinham feito um pacto com os próprios palmarinos. Entre os "colonos dos negros" ele vislumbra uma alta autoridade judiciária, um homem que o próprio Príncipe Regente não hesitaria em qualificar "como o mais afazendado na terra"[11]. E que fora nomeado, em 1657, nada mais nada menos que Ouvidor Geral (do crime) da colônia[12].

> "... o desembargador Cristóvão de Burgos foi um daqueles que mandou meter um curralinho de vacas em um cantinho dessas terras sujeitas aos negros"[13].

Domingos Jorge Velho, em qualquer sorte, apenas se antecipava ao desenlace do conflito nos Palmares.

As tropas paulistas se encontravam no sertão do Piauí — onde seus principais chefes possuíam terras e escravos índios —, quando iniciaram a sua marcha para Pernambuco. Domingos Jorge afirma ter percorrido mais de 3 mil quilômetros pelo mais "áspero, agreste e faminto sertão do mundo" para atingir a Capitania[14]. Ele comandava nessa ocasião mais de 800 índios e 150 brancos[15] — mas cerca de 400 pessoas não suportaram os rigores de uma viagem sujeita às doenças e ao esgotamento, havendo ainda numerosos casos de deserção[16].

No final do ano, quando os paulistas já se encontravam em Pernambuco e nas proximidades dos Palmares, o Governador-Geral Matias da Cunha os intimou a prestar socorro às forças que reprimiam a sublevação dos índios Janduís no Rio Grande do Norte.

A nova ordem do Governador Geral custou quase dois mil quilômetros complementares de marcha aos paulistas[17]. Domingos Jorge se queixaria amargamente disso mais tarde, já que do sertão do Piauí ao Rio Grande do Norte o caminho era "muito mais perto e menos escabroso" do que através de Pernambuco, o que teria evitado ainda a "perda" de muitos homens[18].

As tropas de Domingos Jorge Velho permaneceram quase três anos na região, reprimindo os Janduís em combates travados nas localidades de Açu e Piranhas, e na Lagoa do Apodi. Os Janduís se distribuíam por 22 aldeias do sertão das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os primeiros choques entre esses índios e os portugueses datam provavelmente de 1554[19], adquirindo um caráter de luta esporádica até meados do século seguinte. De fato, após a partida dos holandeses, tudo muda de figura: dessa fase em diante, os colonos luso-brasileiros buscariam ocupar com muito maior intensidade as terras do sertão, ideais para as pastagens. Na mesma proporção, a reação dos Janduís torna-se mais intensa e sistemática. Assim, em 1688 os Janduís arregimentam cerca de 14 mil homens em armas, cinco mil dos quais no Rio Grande do Norte, o grande palco da guerra. Após cinco anos ininterruptos de lutas (ou seja, em 1692), as autoridades coloniais e o representante máximo dos índios, Canindé, firmam um tratado de paz. O tratado prevê a "liberdade" para os índios, que não poderiam "jamais" ser submetidos à escravidão. Ficava reconhecido ainda o direito sobre os "rios e praias" do Rio Grande do Norte, podendo ainda "plantar seus alimentos" em toda paz na Capitania[20]. Alegando, porém, uma disputa entre os Janduís e os Paiacus, seus antigos aliados, as autoridades coloniais burlam o tratado de paz e lançam uma poderosa ofensiva contra os índios. Esses, previamente desarmados, conforme exigência do próprio tratado de paz, não teriam condições de se opor verdadeiramente às tropas coloniais, apesar de os documentos mencionarem a existência de ataques indígenas até a segunda década do século XVIII[21].

Os ataques palmarinos nem por isso cessam. Em julho de 1689, os vereadores de Porto Calvo escrevem ao Rei para denunciar as repetidas escaramuças militares dos palmarinos, o que obrigava os moradores dessa vila a fazer "atalaias de sua casa, com as armas na mão, defendendo as vidas e ainda assim as perde e à fazenda". Diante disso, eles pediam permissão para instalar "três aldeias de cem casais cada uma nas cabeceiras de Serinhaém, Porto Calvo e Alagoas". Os vereadores reivindicam ainda a isenção para toda a população de contribuição para o dote da Rainha da Inglaterra. Por absoluta falta de meios — o povo já havia contribuído largamente para a guerra dos Palmares nos últimos 30 anos — e também para escapar da nova contribuição, "muitos moradores (deixam) a Capitania, largando as suas propriedades"[22]. Um ano mais tarde, o novo Governador, Marquês de Montebelo, reconhece ter fundamento a reinvidicação dos vereadores, isentando assim a população do pagamento do dote. Mas se posiciona contra o estabelecimento de aldeias índias, pois "brevemente sobe para o sertão dos Palmares o Mestre-de-Campo dos Paulistas Domingos Jorge Velho"[23]. No final do ano, o Conselho Ultramarino aprova essas disposições. Ao mesmo tempo, afluem para Pernambuco "gente e munição" da Bahia para ajudar na guerra dos Palmares[24].

Montebelo toma a si a tarefa de reconduzir os paulistas a Pernambuco.

Numa carta enviada a seu filho de 16 anos, em Lisboa, e que se constitui no único documento não-oficial sobre a rebelião palmarina, Montebelo, após recriminar ao rapaz o fato de não "obedecer a mãe" ("quer parecer bárbaro?", chegaria a indagar em outra carta), o que considerava "vilíssimo para um cavalheiro", passa às notícias locais. Assim, "aqui o que há de novo é que parece vai findando a guerra dos tapuias (...) e agora se dá princípio a outra nova guerra que chamam dos Palmares, que são umas oitenta léguas das melhores terras deste sertão, que ocupam os negros levantados; e se consigo extingui-los era o maior serviço que poderia fazer a Vossa Majestade"[25].

Em dezembro de 1690, ele escreve uma carta a Jorge Velho exortando-o a "se encostar com a sua gente para as fronteiras dos Palmares"[26] o mais rapidamente possível. Ele se encarregaria de fornecer aos paulistas "munições e tudo o mais que possa" para a expedição. Em março do ano seguinte, Montebelo volta ao assunto, dirigindo-se desta feita à Câmara da Capitania do Rio Grande:

> "O Capitão Domingos Jorge Velho — observa o Governador firmemente — foi chamado pelo Senhor João da Cunha Souto Maior para a conquista dos Palmares; e foi enviado para essa do Rio Grande pela urgente necessidade com que se achava; e como de presente sejam comuns os clamores e queixas dos moradores das três Capitanias das Alagoas, Porto Calvo e Serinhaém ocasionados pelas hostilidades, mortes e roubos de mulheres que fazem os negros levantados me pareceu acudir-lhes por serem tão vassalos de Sua Majestade como os do Rio Grande".

Segundo Montebelo, os moradores do Rio Grande nada teriam a temer, pois, além de socorrer "em mantimentos e munições" o importante Terço local comandado por Matias Cardoso, mandar "engrossar o número de sua gente com a do Ceará"[27]. Os paulistas deveriam vir a qualquer preço para Pernambuco.

A posição de Montebelo de certa forma se reforça quando o chefe militar do Rio Grande, Agostinho César de Andrade, reconhece que a guerra contra os Janduís colocava menos problemas do que antes[28].

No mês de abril de 1691, Agostinho César escreve novamente ao Governador. Ele expõe então que a Câmara do Rio Grande considerava sempre necessária a presença dos paulistas na Capitania. Já os moradores preferiam vê-los partir, cansados dos roubos que praticavam na região. Agostinho César diz ainda não ter meios de alimentar as tropas paulistas. Sem tomar abertamente uma posição no conflito, ele lança um apelo ao Governador para que este encontre a saída "mais conveniente" para o caso[29].

Respondendo imediatamente a essa carta, Montebelo reafirma o seu desejo de ver em breve os paulistas "em marcha" para os Palmares. Desta feita, o Governador-Geral adere a seu projeto e a Câmara de Porto Calvo termina por ceder[30].

Jorge Velho não parte imediatamente. De início, ele reclama munições, o que o Governador lhe envia com rapidez. Ele prolonga ainda a sua permanência no Rio Grande, sob pretexto de que "as chuvas enchiam os rios". Em seguida, foi preciso reprimir uma nova manifestação dos Janduís, rebelados contra as tentativas de reescravização de que eram alvo. Na realidade, os paulistas queriam incorporá-los à força e conduzi-los "à campanha dos Palmares"[31].

Em agosto, uma vez que dos índios rebelados "nenhum

escapou", Jorge Velho anuncia ao Governador que estava a caminho dos Palmares[32].

Dois meses mais tarde, os paulistas se encontram nas imediações de Recife.

Sem ser tão longa quanto a precedente, a nova marcha — de cerca de mil quilômetros — causou igualmente numerosas perdas humanas. Jorge Velho se queixaria mais tarde da "ingratidão dos paisanos", que se recusaram a fornecer alimentos aos seus soldados, ainda que ele próprio tenha reconhecido que a fome "que então havia (era) geral"[33]. Mas, naturalmente, ele esquecia de mencionar que suas tropas desviaram seis mil cabeças de gado aos camponeses do Rio Grande, quando de sua partida. O gado seria todo vendido no decorrer da viagem para Pernambuco.

Uma vez em Recife, Jorge Velho envia um emissário para discutir as condições da expedição. Ele reivindica 600 mil réis em mercadorias diversas: tecidos, munições, armas, farinha de mandioca e remédios. Sobre esses 600 mil réis, o paulista reclamava 100 mil para si "em dinheiro, pois tenho meus empenhos e não queria entrar em Palmares com encargos de dívidas"[34].

Jorge Velho exige ainda — o termo é esse mesmo — que as autoridades ratifiquem as partes do acordo relativas à doação a ele e aos seus homens "de todas as terras dos Palmares e de todos os negros assim filhos dos matos como cativos" feitos prisioneiros[35]. Agindo assim, ele pretendia tomar suas precauções, já que soubera que o "Senhor Bispo e o Capitão Fernão Carrilho (partiram) com o desígnio de fazer as pazes com os negros dos Palmares". Ainda que não desse "crédito" a esses rumores, Jorge Velho fazia questão de lembrar ao Governador que "não lhe falte em tudo o dito"[36].

Jorge Velho se encontra então na localidade de Tapirabaté, que diz temer, pois "que isto já são princípios de Palmares e

Vossa Senhoria sabe bem que esses negros têm seus correspondentes por estes povoados"[37]. Ele deseja ardorosamente a presença de milícias de Camarão no seu acampamento.

O Governador satisfaz a todas as exigências dos paulistas. Ele estima até ter-se "excedido" na sua tarefa — notadamente no que concerne ao fornecimento de armas e alimentos, e mesmo de dinheiro, e ao envio do Terço dos Índios, sublinhando que tudo isso não estava previsto no acordo. Assegura também aos paulistas que lutaria para "satisfazer o capítulo que falta", isto é, aquele que tocava à doação de terras e prisioneiros. O Governador considerava que doravante as condições estavam reunidas para que os paulistas possam "extinguir esses bárbaros"[38].

Paralelamente, ele ratifica em dezembro o contrato assinado em 1687. Ainda que ele se pronuncie pelo "inteiro cumprimento" do acordo, indica que a isenção de impostos para os prisioneiros implique consulta prévia ao Rei. Nada poderia ser decidido "sem ordem expressa de Sua Majestade"[39]. Dez meses mais tarde ele expõe seu ponto-de-vista ao Rei[40]. O próprio Governador-Geral o auxilia, escrevendo ao Rei sobre a "falta em que fica esta Capitania de pólvora para a Guerra dos Palmares"[41]

As autoridades coloniais pareciam ter algumas dúvidas sobre a oportunidade de uma ofensiva geral contra o Quilombo. É o que se depreende da atitude do Rei, quando encarrega seu secretário Roque Monteiro Paim de iniciar um exame da questão. No início do ano, Paim escreve ao jesuíta Antônio Vieira para lhe perguntar o que pensava da proposta feita por um religioso de ir a Palmares tentar convencer os palmarinos de assinar um acordo de paz com as autoridades. Esse padre teria, inclusive, obtido permissão do Papa para "ir prestar seu serviço religioso" em Palmares[42].

Para esse religioso, a pacificação dos Palmares só poderia

ser obtida mediante a anistia, devendo o Rei "fazer forros ... todos os que saírem dos matos", sejam eles "filhos do mato ou negras cativas que forem casadas com os filhos do Palmar e do mesmo modo os negros cativos que forem casados com as filhas do mato"[43].

Em meados de julho, Vieira envia uma longa resposta:

> "Muito me admiro (mas tal é o sumo zelo de S.M. de salvar a todos) que, sem outra informação dos superiores desta Província, houvesse por bem a oferta feita por um padre particular de ir a Palmares ... Este Padre é um religioso italiano de não muitos anos, e, posto que de bom espírito e fervoroso, de pouca ou nenhuma experiência nestas matérias. Já outro de maior capacidade teve o mesmo pensamento, e posto em consulta julgaram todos ser impossível e inútil por muitas razões. Primeira: porque se isto fosse possível havia de ser por meio dos padres naturais de Angola que, todos, os quais crêem e deles se fiam e entendem, como de sua própria pátria e língua; mas todos concordam que é matéria alheia a todo fundamento e esperança. Segunda: porque até deles neste particular se não hão de fiar por nenhum modo, suspeitando e crendo sempre que são espias dos governadores, para os avisarem secretamente de como podem ser conquistados. Terceira: porque bastará a menor dessas suspeitas, ou em todos ou em alguns, para os matarem com peçonha, como o fazem oculta e secretamente uns aos outros. Quarta: porque ainda que cessassem os assaltos que fazem ao povoado dos portugueses, nunca hão de deixar de admitir aos de sua nação que para eles fugirem. Quinta: fortíssima e total, porque sendo rebeldes e cativos, estão e perseveram em pecado contínuo e atual, de que não podem ser absoltos, nem receber a graça de Deus, sem se restituírem ao serviço e obediência de seus senhores, o que de nenhum modo hão de fazer"[44].

Assim, Vieira considera um pecado revoltar-se contra a ordem escravista. Ele reconhece que a única maneira de pacificar os palmarinos reside na oferta de uma "espontânea, liberal e segura liberdade". Os religiosos poderiam então doutriná-los "como os demais". Mas para acrescentar imediatamente que temia que essa mesma "liberdade" pudesse servir de exemplo para os demais negros, o que acarretaria "a total destruição do Brasil", pois todos iriam querer "por este meio ... ficar livres"[45].

Antônio Vieira comprova mais uma vez que possui uma aguda consciência de classe: ele sabia que eram irreconciliáveis os interesses dos palmarinos e aqueles dos senhores e da ordem que eles representavam. Ou a destruição do Brasil — isto é, da ordem escravista —, ou a destruição dos Palmares: era preciso escolher.

A Metrópole compreendeu perfeitamente isso. Alguns meses mais tarde, o Rei lhe anunciaria a sua decisão:

> " ... pelo que toca à missão dos Palmares, me chegou por outras vias a mesma dificuldade que me representais, para poder ter efeito; e assim a mandar suspender, e ordenar que a redução dos negros, que os habitam, se procurem pelos meios que necessitam a sua obstinação"[46].

Ocorre que nesse meio tempo Vieira ainda encontra uma maneira de enviar mais uma carta — anônima, desta feita — ao Rei, justificando seus pontos-de-vista. Nela, o Padre, após corroborar "serem os Palmares a melhor terra que há para os engenhos", opta abertamente pela repressão, tanto mais que os palmarinos — "que agiam pela parte sul da Capitania" — poderiam unir-se aos tapuias — que atuavam "na parte norte". A palavra de Vieira, sem dúvida, cala fundo nos ouvidos do Rei[47].

Enquanto isso, a rebelião palmarina repercutia até mes-

mo no exterior. Assim, a embaixada francesa em Lisboa achou por bem comunicar a seu Ministério das Relações Exteriores que em Pernambuco "os negros (deixam) seus senhores e vão se reunir àqueles que foram para os Palmares onde existe um chefe e toda uma espécie de Estado na melhor região do Brasil". Vale dizer, os serviços de espionagem da França seguiam com atenção tudo que se passava na colônia portuguesa, cuja prosperidade nunca deixou de atiçar a cobiça de outras potências européias[48].

Finalmente, os paulistas partem em agosto de 1692. Eles estabelecem um arraial no território palmarino, onde ficam aguardando reforços de Alagoas e Porto Calvo. Nesse meio tempo, Jorge Velho ordena a alguns soldados que patrulhem a região. Os palmarinos seguem com atenção os seus menores movimentos. Até que um dia, quando os soldados se distraíam na coleta de frutas, os palmarinos irrompem, aplicando-lhes um sério revés. Vendo isso, a coluna de Alagoas, composta por 60 homens que acabavam de chegar, não tem dúvida: "retiraram-se outra vez para suas casas", segundo informou o próprio Jorge Velho[49]. Uma terceira coluna, comandada por Cristóvão de Mendonça, é tenazmente perseguida pelos palmarinos, sendo obrigada a recuar até Porto Calvo. Jorge Velho e seus homens permanecem isolados no arraial, à espera de nova ajuda.

O paulista reconhece mais tarde ter-se precipitado um pouco ao lançar os seus primeiros ataques contra os palmarinos. Ele atribui esse malogro inicial tanto à debandada das tropas — formada de simples habitantes atraídos pelas promessas do Governador acerca "das muitas conveniências na igualdade da repartição das presas"[50] — quanto à "pouca experiência que tinham das tramas, astúcias e estratagemas desse inimigo e nenhum conhecimento das dificuldades das disposições desses países mal penetráveis"[51].

O paulista Manuel Navarro fica encarregado de conduzir duas colunas ao arraial. Ele chega aí em bom momento, pois Jorge Velho se encontrava "só, com cinco homens". Os palmarinos, a par da extrema precariedade do arraial, lançam um ataque — "ignorando o socorro que tinha chegado", eles são obrigados a fugir, sofrendo, contudo, "grande estrago"[52].

Após rechaçar o ataque palmarino, Navarro sai com 20 soldados "em seguimento dos índios que tinham fugido", logrando encontrar alguns deles. Navarro teve em seguida uma boa idéia, mandando abrir um caminho entre o arraial e o vilarejo de Orobá, caminho esse de cerca de 240 quilômetros, através do qual se enviaria tudo o que fosse necessário para a manutenção das tropas. Ele trata igualmente de procurar um capitão que partira do Rio São Francisco trazendo munições para o acampamento. Navarro o encontra junto à própria vila, imobilizado pelo fato de que "os seus 70 soldados, com o temor dos negros, não o queriam acompanhar". Depois disso, o paulista retorna ao arraial, acompanhado por apenas 40 soldados e após ter "pelejado quatro dias com as emboscadas do inimigo". Navarro volta imediatamente para procurar reforços em Recife[53].

Algum tempo mais tarde, acompanhado de Luís da Silveira Pimentel, Navarro chega ao arraial, conduzindo consigo alimentos oferecidos pelas Câmaras de Porto Calvo, Alagoas e Serinhaém[54]. Um contingente de índios do Terço viera com ele. O Governador exorta os índios "a marchar e a se incorporar" às tropas paulistas, a quem deveriam obedecer[55].

Por seu lado, as tropas de Domingos Jorge Velho decidem marchar para Macaco nos primeiros dias de outubro. Ao final de 12 dias de caminhada, quando as tropas se encontravam a apenas dez quilômetros da Capital, os palmarinos lhes armam "uma emboscada tão forte ... sem que nós sentíssemos um ruído de gente nessa ocasião". Jorge Velho lança uma

tropa em perseguição aos palmarinos, "ferindo-lhes uns poucos e apanhando-lhes duas espingardas"[56]. No dia seguinte, ao chegar a Macaco, ele ordena a alguns soldados que estudem a fortificação. Ele deduz que

> "o inimigo acha-se tão fortificado no mocambo, que só (falta) ter artilharia"[57].

Jorge Velho decide então dividir as suas tropas em três grupos, sendo que um tentaria forçar a porta da fortificação, enquanto os outros dois atacariam pelos flancos. Os palmarinos rechaçam o ataque, matando dois soldados e ferindo outros oito. Um segundo ataque malogra igualmente. Privados de munição, os paulistas são obrigados a se refugiarem no arraial, com os palmarinos nos seus calcanhares. Reforços em efetivos militares e munições oriundos de Alagoas e Olinda permitem aos paulistas escapar ao cerco que lhes havia sido imposto.

Mas Jorge Velho decide suspender as operações. Tanto mais que ele soube terem os palmarinos consideravelmente reforçado seu poder de fogo, trocando com um habitante de Penedo prata adquirida em um dos seus ataques por pólvora e chumbo[58]. Ele parte para Porto Calvo em dezembro, deixando Manuel Navarro "no governo do arraial"[59]. Navarro permanece seis meses no arraial, travando apenas um combate com os palmarinos, quando captura 27 deles. O Governador, que afirma estar "confuso com o atrevimento desses bárbaros"[60], tenta, sem resultado, convencer Jorge Velho a deflagrar um novo ataque. Tendo recebido a notícia do malogro com certo atraso, é bem provável que sua carta (datada de 12 de dezembro) tenha chegado ao arraial após a partida dos paulistas.

No decurso das operações, os palmarinos deixam prever uma mudança em sua tática. Isto é, eles dão início a um

abandono lento e gradativo da guerra de movimento, se bem que intentem vez por outra algumas emboscadas. O chefe paulista pressentiu isso confusamente:

> "Certifique-se Vossa Excelência que o negro está deliberado a morrer dentro da estaca, pois está inexpugnável"[61].

Os palmarinos chegam até a pôr fim aos constantes deslocamentos da população civil, tática empregada a cada ataque das forças coloniais:

> " ... tem parte do mulherio consigo",
> observa Jorge Velho[62].

Temendo sem dúvida por sua segurança e pela preservação de seus próprios bens, a população de Porto Calvo não aprecia a presença dos paulistas nas proximidades. Um Governador de Pernambuco não chegara a reconhecer que os homens de Jorge Velho eram uma "gente bárbara, indômita e que vive do que rouba"?[63] Mas não havia apenas isso: numerosos senhores-de-engenho da região não se conformavam com a idéia de ver os paulistas apoderando-se de uma grande parte das terras dos Palmares após o término da guerra. Alguns senhores conseguem, a poder de trapaça, adquirir títulos de propriedade na região. Ora, esses moradores multiplicam suas queixas e manobras na tentativa de obter das autoridades o afastamento dos paulistas de Porto Calvo.

Em função disso, Jorge Velho e seus homens são obrigados a se retirarem para a localidade de Parajati, onde permaneceram "dez meses, com falta de mantimentos"[64], isto é, até o final de 1693.

No final do século XVII, a situação econômica da Capitania de Pernambuco e do conjunto da Colônia se avizinhava da bancarrota. Escrevendo ao Rei, em 1692, o Governador-Geral Câmara Coutinho não esconde a situação de "miséria e penúria a que todo este Estado do Brasil (se encontra) reduzido".

)elecer as finanças públ

diferia muito. Quando
do Convento de Noss
'esmola anual" junto
inanças procura explic
com a Guerra dos Pa
o Procurador aprova
nto de seu trabalho pe
iada em seguida ao R
Em junho de 1694, p
lho Ultramarino, qu
ão favorável. Tudo iss

s no centro da Colôn
alvar a economia col
nente inevitável. Assi
rrida para o ouro, a
enho das Capitanias
ntações. O incansáv
ria generalizada da p
mporâneo dos acont
o de espírito: para el
anaviais". Mesmo e
1 século após o fim
mercantilista Azere
Metrópole, abandona
os tropicais. Mas q
outinho tem os olh
com isso que a reton
o de a Coroa reali
opõe que se estimul

1687[79]. Mas em abril o Rei se pronuncia pela aplicação dos quintos sobre todas as presas de guerra — e esta é praticamente a única observação que faz[80]. Na realidade, trata-se do maior esforço realizado pela Coroa ao longo de todo o conflito. Caetano de Mello e Castro informaria posteriormente que os preparativos com a expedição custaram à administração "perto de 400 mil cruzados e aos moradores e ao povo mais de um milhão"[81].

O Governador reúne para essa expedição o maior contingente de homens em armas empregado na repressão a uma insurreição em todo o período colonial. Mello e Castro realiza a proeza de reunir em torno de seu projeto todos os setores da classe dominante, assim como o poder central estabelecido em Salvador e a própria Metrópole[82]. Tomam parte na expedição quase todos os quadros militares de Pernambuco — por causa da Guerra dos Palmares a Capitania se torna uma verdadeira escola para a formação de chefes militares, muitos dos quais, como Fernão Carrilho[83], são chamados a transmitir a sua experiência a outras regiões. A múltipla organização da vida militar da Colônia de certa forma nada mais é que um reflexo da própria organização militar na Metrópole, onde, "a par dos núcleos de tropas permanentes organizadas e pagas pelos reis, figuravam ainda as antigas mesnadas senhoriais, milícias comunais e em grande número os corpos de mercenários nacionais e estrangeiros"[84].

Os preparativos para a expedição têm lugar em Porto Calvo, onde começam a chegar, a partir de novembro de 1693, as primeiras cargas de alimentos, prontamente encaminhados para os pequenos arraiais instalados em território palmarino. Em dezembro, produz-se o desembarque das tropas de Recife e Olinda, compreendendo três mil homens, entre brancos, índios, mestiços, negros do Terço e mesmo prisioneiros de Recife especialmente soltos para a ocasião. As vilas

de Alagoas e Porto Calvo comparecem com dois mil homens; Penedo e Alagoas, mil e quinhentos. O senhor de engenho Bernardo Vieira de Melo conduz um grupo de cerca de 300 homens. Os paulistas comandados por Domingos Jorge Velho, por seu turno, totalizam 700 homens. Finalmente, as Capitanias vizinhas — Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte — enviam 800 homens. Até mesmo o Maranhão — então um Estado separado do Estado do Brasil — enviaria tropas. Assim, em 1697, por exemplo, o Governador local informa não ter podido "extinguir todo o gentio que infesta" a região porque "muitos dos seus soldados e tropas andavam na conquista dos Palmares em Pernambuco"[85]. O comando geral das forças coloniais fica a cargo de Domingos Jorge Velho, que mantém dois mil homens em Porto Calvo, prontos para qualquer eventualidade. Na primeira quinzena de janeiro de 1694, as forças coloniais partem direto para Macaco[86].

Ao chegarem diante da capital do Quilombo, os militares não acreditam no que vêem. Os palmarinos construíram uma fortificação no topo da Serra da Barriga numa circunferência de quase seis quilômetros, que uma tripla paliçada feita de madeira e pedra protegia de um eventual ataque. Na parte exterior da fortificação, em um raio de vários quilômetros, os palmarinos abriam trincheiras cobertas por folhas e galhos de árvores, escondendo lanças de madeira pontudas de todos os tamanhos. Alguns documentos aludem ao fato de ter sido um "mouro que para eles fugiu"[87] o autor do projeto de fortificação. Não nos foi possível apurar a veracidade da informação. Convém registrar, no entanto, ainda que a título de curiosidade, essa interessante observação de Friedrich Engels, em um artigo sobre fortificações, elaborado para uma enciclopédia norte-americana:

"(...) A forma mais antiga da fortificação é, presumivel-

mente, a paliçada, de uso geral entre os turcos até o final do século XVII (*palanka*). Consiste numa fileira dupla ou tripla de paus grossos cravados verticalmente na terra, um ao lado do outro, formando uma vala ao redor do lugar a defender ou do acampamento"[88].

O sistema de defesa descrito por Engels apresenta semelhança gritante com o sistema palmarino. Como curiosidade suplementar, indicaríamos que *palanka* — ou melhor, *palenque*, em sua forma espanhola — designa *quilombo* ou *mocambo* em países da América Latina.

Protegidos por tal fortificação, os palmarinos — que não podiam ignorar a dimensão da ofensiva preparada contra eles — dão a nítida impressão de estarem dispostos a travar a batalha mais decisiva da guerra. No interior da fortificação, eles mantêm considerável reserva de água e alimentos. Ao que tudo indica, alguns milhares de combatentes foram concentrados aí, assim como uma parte da população civil. O abandono da tática guerrilheira — já esboçado por ocasião do ataque a Macaco no ano anterior — indica que a hora do combate frontal (para não dizer simplesmente: final) havia soado. Não se trata de uma tática suicida — como veremos —, mas da única tática possível.

A questão da técnica militar sem dúvida joga alguma luz sobre o porquê da decisão palmarina. É possível, por exemplo, que as tropas coloniais, após dezenas de anos combatendo os palmarinos, tenham assimilado um grande conhecimento da chamada guerra do mato, da guerra de emboscadas e do próprio terreno. Como reconhecia um documento, "aquelas guerras dos negros não são como as da Europa, nem têm forma, nem têm lugar", já que os palmarinos eram "como bichos brabos, (que) fugindo permaneciam vencedores"[89]. Na realidade, as tropas regulares tinham dificuldade em combater nesse tipo de guerra e a sua adaptação foi forçosamente lenta.

Porém, a questão técnica não explica tudo. Na realidade, os palmarinos foram obrigados a correr um risco tão grande sobretudo pela sua incapacidade de estabelecer uma aliança orgânica com os setores explorados da população livre ou ainda de provocar uma sublevação das massas escravas rurais.

As autoridades coloniais, por seu turno, acreditavam também ter chegado a hora de decidir de uma vez por todas o desenlace do conflito. Dão testemunho disso tanto as despesas efetuadas quanto o notável número de militares e voluntários civis mobilizados para a guerra. Contudo, conscientes dos perigos que cercavam a expedição, as autoridades estadeavam uma certa prudência, com o próprio Governador confessando ter "temido muito a ruína desta Capitania", tal o poderio dos palmarinos. Aliás, Mello de Castro — o único Governador a visitar "pessoalmente os ditos Palmares", como que simbolizando a importância da expedição — não afasta nem mesmo a possibilidade de um levante das massas escravas, coordenado pelos palmarinos.

"... como já se atreviam a publicar"[90].

Tendo concluído ser "absolutamente impossível chegar alguém à dita cerca toda ao redor"[91] do quilombo, as tropas decidem acampar a uma distância razoável dali. Em seguida, elas se dispersam de tal forma que praticamente dão a volta na fortificação. E uma coluna composta por 60 homens parte em missão de reconhecimento do terreno, sendo obrigada a recuar pouco depois, diante dos ataques palmarinos[92]. Encarregado da mesma missão, o Capitão Bartolomeu Simões obtém sucesso em sua empreitada, visto que retorna ao acampamento em condições de dizer a exata "situação, forma e extensão"[93] de Macaco. Mas isso só faz confirmar a dificuldade da operação: como romper a cidadela palmarina? — inquire-se.

A proposta de Bernardo Vieira de Mello de construir uma contracerca ao longo da fortificação palmarina recebe a adesão imediata e entusiasta do conjunto das tropas. Erguida em apenas dois dias, ela tem mais de meio quilômetro de extensão. Os outros comandantes fazem a mesma coisa a partir de suas respectivas posições. Os palmarinos lançam ataques desesperados, na tentativa de impedir os trabalhos, sofrendo algumas baixas durante essas investidas. Uma vez terminada a construção da contracerca, Jorge Velho divide o exército colonial em três grandes colunas — uma, comandada por Vieira de Mello, investirá contra a porta principal do Quilombo; as outras duas, comandadas por Jorge Velho e Sebastião Dias, atacarão respectivamente os flancos direito e esquerdo — e ordena o ataque geral.

As colunas amargam uma pesada derrota, não conseguindo sequer aproximar-se de Macaco: os soldados caem nas armadilhas armadas pelos palmarinos ou são atingidos pelas balas e sobretudo flechas lançadas da murada do quilombo. As tropas então recuam. As perdas foram sem dúvida numerosas, já que Jorge Velho estima ter ficado "com pouca gente para poder cercar o mocambo"[94]. Diante disso, Jorge Velho envia um emissário a Porto Calvo encarregado de conduzir novos efetivos e também reforço de material militar, inclusive peças de artilharia. Aliás, essa era a primeira vez que se utilizava a artilharia na guerra. Na realidade, como observava um historiador militar, por essa época, tinha a artilharia "limitado alcance, carga lenta e excessivo peso, a sua difícil mobilidade e escasso rendimento de tiro (tornando-a) quase inútil nos campos de batalha, pelo pequeno número de tiros que faziam e pela dificuldade em mudarem de posições. Em compensação, nos baluartes e muralhas das praças ou nas amuradas e castelos encontravam a sua justa aplicação pelo aumento de poder destruidor sem prejuízo de imobilidade"[95]. A muralha, seria,

assim, submetida a uma dura prova.

Jorge Velho não espera a chegada dos reforços do litoral e lança, em 29 de janeiro, um novo ataque geral contra Macaco. Uma vez mais as tropas são rechaçadas. A coluna comandada pelo paulista é colocada fora de combate desde os primeiros choques armados. Os homens de Vieira de Mello logram aproximar-se de Macaco, mas os grupos palmarinos os obrigam a se refugiar atrás de sua própria cerca. A coluna de Sebastião Dias, no entanto, consegue atravessar o vasto — e, por assim dizer, minado — campo que separa as tropas coloniais de Macaco, mas não rompe a muralha palmarina. Os soldados permanecem então como que plantados diante dela, sem poder destruí-la, nem tampouco "poder se retirar", como salienta um documento[96]. A situação deles é delicada, pois do alto da paliçada os palmarinos lançam água fervendo e toras de madeira em brasa, e até mesmo os atingem por meio de imensos ganchos. A intervenção da coluna de Vieira de Mello consegue sustar o massacre.

O malogro dessas duas investidas deixa os militares confusos. Nada mais funciona no acampamento. Segundo Jorge Velho, um clima de "discórdia e desconfiança" ia instaurando-se "entre cabos e mais soldados"[97]. Esses últimos criticavam provavelmente o fato de Jorge Velho ter conduzido mal as operações. A ação conciliatória de Vieira de Mello restabelece a calma entre as tropas.

Alguns dias mais tarde, mais exatamente em 3 de fevereiro, as forças coloniais se animam novamente com a chegada ao acampamento de 200 homens trazendo munições e seis canhões. Como os canhões possuíam um alcance de tiro muito limitado e preciso, era necessário encontrar uma solução para se aproximar ao máximo da fortificação. Desta feita, Jorge Velho visa certo. Ele ordena na noite do dia 4 a construção indo no sentido oblíquo da contracerca até a ponta da fortifi-

cação palmarina que dava para um abismo, onde a vigilância era praticamente nula. Os militares se lançaram silenciosamente ao trabalho, mas não tiveram tempo de terminar a obra antes da aurora. Assim, sobra um espaço de 17 metros entre a nova barreira e a fortificação palmarina. Um verdadeiro corredor desembocando no abismo.

Pela manhã, estupefatos, os palmarinos descobrem a nova cerca. Zumbi pergunta então à sentinela:

> "... e tu deixaste fazer essa cerca aos brancos? Amanhã seremos entrados e mortos, e nossas mulheres e filhos cativos".[98]

Durante todo o dia, os dirigentes palmarinos reunidos em Macaco decidem aguardar a madrugada para fugir, passando despercebidos pelo corredor. Por volta de duas horas da madrugada de 6 de fevereiro as colunas palmarinas começam a escorregar lentamente em direção ao abismo. Muitos palmarinos já haviam transposto a passagem, quando um dos sentinelas das forças inimigas alerta o acampamento.

Os militares então abrem fogo. Sob o efeito da surpresa, os palmarinos tornam-se uma presa fácil. A maior parte deles cai no abismo. As forças coloniais lançam-se contra os palmarinos, que oferecem uma heróica resistência matando e ferindo alguns inimigos, apesar de sua posição insustentável. Raros foram os que escaparam ao massacre; e o Governador pôde escrever mais tarde que eram tantos os mortos e feridos "que o sangue que iam derramando serviu de guia às tropas"[99]. Segundo Jorge Velho, mais de 200 palmarinos foram degolados nos combates à beira do abismo[100]. Documentos da época chegam a afirmar que alguns palmarinos, desesperados, "se enforcavam com as próprias mãos"[101]. Zumbi, que não tinha tido tempo de transpor o corredor, consegue fugir, apesar de atingido por duas balas.

Pouco tempo depois, a coluna de Jorge Velho une-se àquela de Vieira de Mello na perseguição aos palmarinos, uma perseguição que durou toda a noite. De manhã cedo, chega a vez de Macaco, bombardeado pelos canhões das tropas. Uma vez rompida a sua muralha, os militares penetram no quilombo e matam quase todos os habitantes que ainda estavam lá.

No final dos combates, o número de prisioneiros ou sobreviventes era de 519 de pessoas, entre as quais numerosas mulheres e crianças. Macaco cai em 6 de fevereiro, à noite, após 22 dias de resistência.

No momento da partida das tropas, "tropeçava-se sobre os cadáveres"[102] nas cercanias de Macaco.

Imediatamente notificado da queda da capital palmarina, Caetano de Mello e Castro comemora o acontecimento com "várias demonstrações de alegria", notadamente jogando dinheiro para o povo da janela de seu palácio. Em 18 de fevereiro ele comunica ao Rei

> "... a notícia da gloriosa restauração dos Palmares, cuja feliz vitória se não valia por menos que a expulsão dos holandeses e assim foi festejada por todos"[103].

Houve festa em Recife e nas vilas coloniais próximas a Palmares. Até mesmo em Salvador "se fizeram luminárias pela restauração dos Palmares". Segundo a Câmara da capital da Colônia, não foram somente os moradores de Pernambuco que sofreram com a ação dos palmarinos, já que os habitantes "desta cidade (Salvador) e seu Recôncavo também experimentavam a perda de alguns negros que lhes fugiam de suas casas e lavouras e iam parar nos ditos mocambos dos Palmares"[104].

Após o ataque a Macaco, as tropas de Sebastião Dias e Vieira de Mello retornam ao litoral. Os paulistas de Domingos Jorge Velho, por seu turno, permanecem na região para "extinguir as relíquias" do Quilombo[105]. Os camponeses das

cercanias de Palmares — cujos sítios e fazendas são constantemente invadidos e dilapidados pelos paulistas — queixam-se constantemente às autoridades dos engenhos vizinhos. Estimando finalmente que os roubos e pilhagens provocados pelos homens de Jorge Velho são ainda piores que aqueles praticados pelos "negros levantados"[106], Mello e Castro procura intervir, mas o Governador-Geral considera indispensável a sua manutenção na região[107]. Para piorar ainda mais a situação, Jorge Velho ignora o contrato e se põe a vender, em proveito próprio, os palmarinos que captura, enviados de contrabando para a Bahia.

Em agosto de 1694, corre a notícia de que "alguns negros que escapavam da santa vitória" que se alcançou em Macaco estavam indo em direção a Ararobá, no Rio Grande do Norte, sendo necessária a mobilização das tropas comandadas por Bernardo Vieira de Mello. O senhor-de-engenho para lá se dirige, mas nada se pôde apurar sobre o resultado de sua intervenção[108]. Convém salientar que com essa investida os palmarinos se faziam presentes em praticamente todas as Capitanias do Nordeste, pois, além de Pernambuco (e sobretudo Alagoas atual), os documentos registram ainda a sua passagem — e, mesmo, a permanência mais ou menos duradoura — na Bahia, Sergipe, Paraíba e, agora, Rio Grande do Norte.

A guerra continua em Palmares. Durante todo o ano de 1694, enquanto prossegue a caça aos palmarinos nas redondezas de Macaco, novas tropas partem à procura de outros quilombos. Sabe-se que o paulista Luís da Silveira Pimentel, no comando de um grupo, investe contra o quilombo Una, dirigido por Cabanga, realizando ainda uma entrada contra Engana-Columim, prendendo e matando alguns palmarinos no decorrer dos combates[109]. Diante da extrema violência desses combates, uma parte das tropas deserta. Mas um outro paulista, André Furtado de Mendonça, sai em perseguição aos

desertores, conseguindo capturá-los ao final de 400 quilômetros de marcha pelo sertão[110]. Paralelamente, uma expedição da qual participam os militares Bartolomeu Lins e Gabriel de Godói captura cerca de 80 palmarinos por ocasião dos ataques lançados contra os quilombos Pedro Capacaça e Quiloange. Os prisioneiros são escoltados em seguida para Recife[111]. Sem que os palmarinos possam sequer respirar, André Furtado de Mendonça toma a frente de uma nova expedição, atacando o quilombo Catingas, dirigido por Zangui, situado a 180 quilômetros de Macaco, onde prende 45 palmarinos[112]. Furtado de Mendonça volta pouco tempo depois à mesma região, comandando 120 homens. A tropa localiza, à beira do Rio Paraíba, um quilombo onde se encontra Zumbi. O paulista ordena o ataque, mas os palmarinos preferem evitar o combate, logrando escapar ilesos[113]. Alguns dias depois, Manuel Godói, capitaneando 66 homens, trava um combate contra uma coluna comandada por Zumbi, que provavelmente fugia do ataque anterior. Alguns palmarinos teriam sido mortos aí e cerca de 40 feitos prisioneiros, inclusive "a mulher principal de Zumbi", segundo um documento.

As autoridades coloniais não escondiam sua satisfação: suas tropas palmilhavam o território palmarino, obtendo expressivas vitórias. O principal organizador da expedição a Macaco — o Governador Caetano de Mello e Castro — seria por isso perfeitamente compensado: fora nomeado para o honroso posto de Vice-Rei da Índia. Em 1714, baseando-se ainda no prestígio adquirido durante a repressão contra os palmarinos, Mello e Castro reivindica junto à Coroa uma vila de cem casas na Metrópole, além de uma propina da ordem de 600 mil réis[114]. Na Colônia, a medida do seu prestígio pode ser avaliada pela leitura de uma petição assinada por quase todos os vereadores de Pernambuco, intercedendo junto ao Rei para que este prorrogue a permanência de Mello e Castro na Capi-

tania, "pelo tão grande zelo que todo aquele povo tinha experimentado" durante o seu governo[115]. Apesar de as câmaras de vilas como Serinhaém e Porto Calvo alegarem em seguida que se encontravam esgotadas pelo esforço financeiro realizado durante o ataque a Macaco[116], as autoridades coloniais terminaram aquele ano de 1694 — fatídico para os palmarinos — com uma nítida sensação de que começavam a se livrar daquele "inimigo interno" que os incomodava há seguramente um século.

Zumbi — que as autoridades acreditaram durante um momento ter encontrado a morte na investida contra Macaco — trabalhava em algum ponto da floresta na reorganização dos quilombos palmarinos.

Destoando do otimismo generalizado na Capitania, Jorge Velho, a despeito das vigorosas ofensivas lançadas ao longo do ano, considerava que deveria existir ainda ao menos um milhar de palmarinos "espalhados em vários mocambinhos pela vastidão destas tão estendidas matas"[117].

Os fatos lhe dariam razão.

Diante da amplitude dos combates travados em Palmares — em breve seriam enviadas tropas compostas por índios para reforçar o Terço dos paulistas —, o Governador seria obrigado a reconhecer que

> "dos ditos Palmares fugiram muitos e se espalharam por estes sertões"[118].

Rapidamente informado da situação, o Conselho Ultramarino ordena-lhe em novembro de 1694 que

> "faça persistir este exército na Campanha, e que dele se não levante, até que não dê o último fim a esta guerra e se entenda de que não há mais levantados de que se possa recear"[119].

No início do ano seguinte, os palmarinos relançam os seus ataques no litoral. Zumbi foi reconhecido à frente de um grupo que incursiona nas cercanias de Penedo, à procura de armas e munições.

Paralelamente, os palmarinos buscam restabelecer contato com os habitantes das vilas coloniais propensos a aceitar o comércio de armas com eles. Os palmarinos conseguem, assim, travar relações com certos moradores de Alagoas, que, segundo um documento, "davam ajuda e favor de munições aos negros rebeldes". O acordo foi descoberto e severamente reprimido pelas autoridades, que colocaram na prisão "algumas pessoas" dessa vila[120].

No mês de setembro, no decurso de um ataque, um grupo de moradores de Penedo captura o mulato Antônio Soares, um dos principais auxiliares de Zumbi. Tendo-o reconhecido, o grupo decide enviá-lo sob escolta a Recife. No meio da viagem, ele topa com outro grupo, comandado por Furtado de Mendonça. Sem perda de tempo, o comandante paulista se apodera do prisioneiro e o tortura para que confesse o esconderijo de Zumbi. Antônio Soares acaba falando, aceitando guiar a tropa em troca de uma oferta de liberdade proposta em nome do Governador.

O quilombo de Zumbi se situava na Serra Dois Irmãos, banhada pelo rio Paraíba. Furtado de Mendonça conhecia bem o local, onde no ano anterior Zumbi conseguira evitar travar um combate com os paulistas. Mas nesse dia Zumbi estava acompanhado por apenas seis guardas, pois os outros combatentes tinham saído para fazer um reconhecimento de rotina pelas redondezas.

A tropa de Furtado de Mendonça aproxima-se então prudentemente do quilombo. Uma vez estabelecido o cerco, Antônio Soares se destaca do grupo e vai em direção a Zumbi. Sem hesitar, ele o esfaqueia, dando assim o sinal para o ataque.

Aproveitando-se da surpresa provocada pelo seu gesto, Antônio Soares foge imediatamente, enquanto a guarda busca socorrer Zumbi. Ainda que gravemente ferido, o dirigente palmarino

> "pelejou valorosa ou desesperadamente, matando um homem, ferindo alguns e, não querendo render-se assim como os seus companheiros, foi preciso matá-los e só a um se apanhou vivo"[121].

Zumbi fora batizado com o nome de *Francisco* e nascera em Palmares mesmo, em 1655. Tinha, portanto, 40 anos ao ser assassinado. Criado pelo Padre Antônio de Melo (Zumbi fora capturado em Palmares com poucos meses de vida, sendo livre desde o nascimento), o menino Francisco, então *coroinha* que "conhecia todo o latim que há mister e crescia em português e latim muito a contento", fugira para Palmares em 1670, tornando-se em poucos anos o dirigente máximo do Quilombo[122]. Um grande dirigente revolucionário do nosso tempo observou certa feita que "um chefe militar não pode esperar arrancar uma vitória indo além dos limites impostos pelas condições materiais, mas ele pode e deve lutar pela vitória nos limites mesmos dessas condições. O cenário onde se desenrolam suas atividades repousa sobre condições materiais objetivas, mas ele pode, sobre este cenário, conduzir ações magníficas, de uma grandeza épica"[123]. Zumbi, enquanto chefe militar, parece ter compreendido isso.

Furtado de Mendonça corta a cabeça de Zumbi e a conduz a Recife para receber uma recompensa. O Governador faz trabalhar a sua imaginação, encontrando um meio de explorar politicamente o assassinato de Zumbi:

> "determinei que se pusesse (a cabeça de Zumbi) em um pau no lugar mais público desta Praça a satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizar os negros, que supersticiosamente julgavam-no imortal"[124].

Algum tempo depois, Mello de Castro notifica o Rei. E, em agosto de 1696, o Conselho Ultramarino se felicita e aprova "o perdão que se deu a este mulato"[125]. Por tudo isso, Furtado de Mendonça deveria ter direito a uma "ajuda de custo". E mais: em sinal de reconhecimento da "singularidade do serviço" prestado pelo comandante paulista, o próprio Conselho Privado do Rei intervém na questão, pois a Furtado "se devia a maior parte da conclusão da Guerra dos Palmares"[126].

Vendo nisso uma medida necessária "à defesa das conquistas", o Rei ratifica essas disposições[127].

Para as autoridades coloniais, a morte de Zumbi selava o fim do movimento palmarino. O Governador-Geral D. João de Lencastro resume esse sentimento: considera "quase acabada a Guerra dos Palmares". Absolutamente convencido disso, ele não hesita em aconselhar, em julho, a transferência de uma grande soma de dinheiro cunhada na Bahia em direção à Paraíba — por terra, pois não existe mais "o obstáculo dos Palmares"[128].

Uma vez mais o paulista Domingos Jorge Velho apresenta-se como uma das raras vozes discordantes: ele estima, de fato, que a eliminação de Zumbi não é motivo "para se pensar que esta guerra está acabada"[129]. Consciente da existência de grupos armados em Palmares, Jorge Velho procura permanecer aí para "conduzir a guerra", insistindo junto ao Governador-Geral para que este lhe forneça novas munições. À toa, pois Lencastro não atende ao seu pedido[130].

Em diferentes fases, predominaram nos quilombos que compunham Palmares os aspectos territorial, econômico, político e militar. Num primeiro momento, houve, em cada

quilombo, supremacia ou dominância das atividades econômicas que possibilitavam sobreviver. Em uma segunda fase, produz-se o aumento e a consolidação dos quilombos. Estes já se apresentavam como verdadeiras fortalezas capazes de resistir às investidas de fora. A terceira fase é aquela em que as forças reunidas em Palmares ameaçam a ordem colonial. Apesar do inevitável recuo provocado pela cisão de Ganga-Zumba e seus partidários, em conseqüência das expedições militares de 1676, o movimento palmarino surpreende pela coesão interna. O aspecto militar ganhará relevo na etapa final, em que os quilombos vão sendo arrasados; ainda aí, os remanescentes reconstruíram comunidades menores, baseadas na economia de subsistência, numa tentativa de retorno às formas originárias de organização do movimento. E tudo isso se passou de acordo com a maior ou menor pressão das forças coloniais mobilizadas por Portugal, cada uma dessas fases simbolizando os momentos de ascenso e descenso das lutas palmarinas.

Vale dizer: a queda de Macaco significou o retorno à luta de guerrilha, com a diferença básica de que, daí em diante, o declínio do movimento seria inevitável; quebrada a espinha dorsal do quilombo, a resistência duraria ainda mais de 30 anos.

De fato, os palmarinos tentavam exasperadamente reconstruir o seu movimento. Outros quilombos se formaram rapidamente nos pontos mais inacessíveis da floresta. De dimensões forçosamente reduzidas, esses quilombos são, na essência, unidades de autodefesa. Vivendo da caça, da coleta e pequenos roçados, os palmarinos, consideravelmente enfraquecidos em termos demográficos, regridem a um nível que pode ser comparado àquele verificado antes de 1630. Contudo, a reestruturação relativa dos quilombos revela alguns novos dirigentes, como Quissama, Ouvidor e Camoanga.

Muito provavelmente, esses novos dirigentes estavam conscientes da amplitude do desmantelamento da organização social do quilombo e dificilmente poderiam acreditar no restabelecimento de sua antiga potência. Na realidade, os palmarinos perseguiam objetivos bem mais modestos, isto é, lutavam pela sua sobrevivência pura e simples — tanto mais que inexistia a possibilidade de anistia e os próprios palmarinos não aceitariam jamais uma rendição que os reduziria à escravidão. Talvez acalentassem o sonho de se fazer esquecer e seguir vivendo pacificamente no interior da floresta. Mas a ocupação da região pelos homens de Jorge Velho e por colonos brancos e índios tornava isso praticamente impossível. Ademais, a Coroa não podia suportar a idéia de tolerar um grupo de negros livres e organizados em uma sociedade escravocrata, ocupando uma das terras mais cobiçadas de toda a Capitania.

Eis o que explica a continuidade da guerra. Em pouco tempo, as autoridades coloniais iriam perceber isso, concluindo com amargura que era preciso relançar as operações de repressão.

Sabe-se, por exemplo, que, logo após a queda de Macaco, um grupo palmarino busca refúgio na Capitania da Paraíba, onde chega a formar "um grande mocambo", desbaratado pelos militares da infantaria local. Os combates então travados devem ter sido extremamente violentos, de vez que um dos comandantes da tropa de pelo menos 60 homens reclamaria que "lhe fugiram os guias"[131].

No decorrer de 1696, o Capitão Domingos Rodrigues da Silva comanda uma marcha "em busca do quilombo do Quissama". Como os palmarinos tinham acabado de abandonar o quilombo, a tropa parte imediatamente na perseguição deles, conseguindo capturar 11 durante um combate. A tropa percorre mais uma vez a região, localizando outro quilombo, onde faz 14 prisioneiros[132]. No final do ano, o Governa-

dor-Geral envia munições para a vila de Alagoas, para que Jorge Velho e seus homens pudessem ir "continuando essa Guerra dos Palmares"[133].

Mas os palmarinos também continuam lançando os seus ataques. Assim, eles fazem no ano seguinte uma incursão contra um engenho situado nas cercanias de Porto Calvo. Sem perda de tempo, o paulista Miguel de Godói — que se encontrava na região para "formar um arraial em razão das hostilidades que os negros ali faziam" — toma a frente de uma tropa de 25 homens e sai em perseguição aos palmarinos. Ao cabo de 30 dias de marcha, Godói e seus homens localizam um quilombo que aparentemente servia de refúgio aos palmarinos. A tropa captura aí 18 pessoas,

> "entrando a mulher e os filhos do negro Camoanga, sucessor de Zumbi"[134].

Em seu arraial na Serra da Barriga, Jorge Velho prepara por sua vez uma importante expedição — composta por 130 homens sob o comando de André Furtado de Mendonça — encarregada de percorrer a região palmarina. Ao final de alguns dias de caminhada, a tropa descobre um quilombo dirigido pelo "negro facínora chamado Ouvidor". Ela se lança com furor sobre os palmarinos, mata "o dito negro, sete ou oito companheiros seus e prende 39 peças". Os prisioneiros são levados para Recife, onde se tiram "os quintos de Vossa Majestade". Furtado de Mendonça comanda em seguida uma outra expedição contra uns quilombos situados "em partes muito remotas" do arraial[135].

As autoridades coloniais não escondem o seu entusiasmo com os resultados dessas expedições. Mello e Castro, por exemplo, não hesita em escrever ao Rei, em maio de 1697, que "os negros dos Palmares estão quase extintos (pois) não chegam a trinta os que se ocultam naqueles matos e nem este

limitado número se conservará muito tempo"[136]. A carta informa ainda que mais de cem palmarinos foram capturados durante os últimos combates e 80 enviados por barco para o Rio de Janeiro. Somente as crianças de menos de 12 anos de idade puderam ficar na Capitania. Respondendo ao Governador no início de 1698, o Conselho Ultramarino se felicita pela "extinção desses inimigos, cujas hostilidades se tinham feito tão formidáveis ao povo da Capitania de Pernambuco, não havendo segurança para eles"[137].

Mas há indícios de que os palmarinos ainda resistiam — no início de 1698, senhores-de-engenho de Santo Amaro do Jaboatão se queixariam da constante "fugida de escravos" para Palmares[138].

Alguns meses mais tarde Caetano de Mello e Castro retorna a Portugal convencido, como ele mesmo indicava de forma pouco modesta, que "se dará Vossa Majestade por bem servido no que até aqui tem obrado"[139]. Seu sucessor — D. Fernandes Mascarenhas — é nomeado em dezembro de 1698. Ele teria, em várias oportunidades, a possibilidade de provar se desejava ou não, por sua vez, render bons serviços a Sua Majestade.

De fato, desde os primeiros meses de 1699 os palmarinos lançam ataques contra os engenhos e fazendas situados no Distrito de Santo Amaro do Jaboatão. Eles buscam armas e munições, mas também seqüestram escravos, segundo os documentos. Os proprietários da região conviverão pelo menos um ano com os "roubos e outros malefícios"[140] perpetrados pelos guerrilheiros. Em janeiro de 1700, um núcleo palmarino lança um ataque contra um "canavial de João da Costa", em Santo Amaro, "levando cinco negras e um escravo". Vieira reúne imediatamente 30 homens e parte em demanda do grupo. Os palmarinos conseguem escapar, mas são obrigados a soltar os prisioneiros. Vez por outra, os palmarinos relançam

seus ataques, obrigando Vieira a realizar "várias entradas ao sertão dos Palmares" até pelo menos 1702[141].

Com tudo isso, o entusiasmo das autoridades coloniais já não é o mesmo. Ele dá lugar, inclusive, à preocupação. A tal ponto que as autoridades chegam a propor a abertura de negociações com os palmarinos. Assim, o Bispo de Pernambuco, D. Francisco de Lima, se encarrega de enviar um emissário a Palmares com o intuito de convencer Camoanga a depor as armas. Apesar das reiteradas "advertências e avisos", Camoanga afasta essa possibilidade. Notificado pelo Bispo do malogro de sua tentativa, o Conselho Ultramarino perde a paciência. Em novembro de 1699, ele ordena em termos inequívocos ao Governador que

> "faça toda a diligência para que não engrosse esse negro em poder, e se faça depois mais custosa a sua destruição"[142].

O Conselho estima pouco tempo depois que Camoanga "faltou várias vezes com a palavra (que dera) ao Bispo de se avistar com ele em tempo certo e lugar determinado", considerando não haver outro caminho senão de "concluir com ele e seus sequazes pelo meio da guerra"[143]. Diante disso, o próprio Rei ordena, em 12 de janeiro, o envio do Terço dos Henriques a Palmares. A expedição parte algum tempo depois sob o comando de Domingos Carneiro. Mais de cem palmarinos são então capturados. Camoanga consegue romper o cerco e fugir. Mas um de seus filhos é preso. Conduzido à fortaleza de Brun, em Recife, logra escapar pouco depois. Os palmarinos são profundamente atingidos por essa expedição; a reconstituição mesmo parcial do Quilombo ficou como que praticamente inviabilizada[144]. Segundo depoimento de Bernardo Vieira de Mello, nada mais que três quilombos são atacados até o mês de outubro de 1700[145]. Há referência a uma entrada composta por cerca de 160 homens, a qual, "enganada

pelos guias", caminha 56 léguas durante 25 dias e não encontra qualquer núcleo palmarino[146].

De fato, as coisas vão de mal a pior para os palmarinos. Não é um exagero afirmar que, desde a queda do Macaco, o movimento nunca vivera um momento tão crítico. Sabendo disso, as autoridades não dão trégua aos quilombolas. Ainda em outubro, o paulista Domingos Rodrigues toma a frente de uma tropa que percorre mais de três meses a região dos Palmares, "passando grandes necessidades de fome", capturando quatro pessoas em quilombos abandonados pelos palmarinos[147]. Em meados de 1701, Rodrigues volta à região, onde passa exatos 42 dias sem conseguir prender sequer um palmarino[148]. Aliás, por essa mesma época o Governador cria "de novo um regimento de homens pardos... para qualquer incidente de guerra que se possa oferecer, assim do gentio bárbaro e negros dos Palmares como de qualquer inimigo da Europa"[149].

Na realidade, a Metrópole parece ter por único objetivo a destruição dos palmarinos. Em janeiro de 1702, o próprio Rei recomenda a manutenção do Terço dos paulistas em Palmares, pois é um "fato haver ainda muitos desses inimigos" ali[150].

No decorrer de 1703, há informações sobre pelo menos duas expedições a Palmares. Durante a primeira delas, pôde-se apurar que os palmarinos opuseram uma viva resistência a uma tropa comandada pelo Capitão-mor Cristóvão Paes. Esse se vê inclusive obrigado a enviar um emissário para buscar reforços no arraial São Caetano, construído no território palmarino e comandado por Cristóvão de Mendonça. Mas quem parte em seu socorro é Domingos Rodrigues, que sequer encontra a expedição, voltando ao arraial ao cabo de 18 dias[151]. A outra expedição, montada a pedido pessoal do Governador, percorre o "sertão de São Francisco" em demanda dos palma-

rinos, que impediam o acesso dos colonos às "minas de salitre" da região. Comandada por Domingos Jorge Velho, essa expedição tampouco obtém qualquer êxito[152].

Para a Coroa, nada mais necessário do que a presença dos paulistas na região. É o que ela reitera em julho, pois em caso contrário os "negros dos Palmares poderiam novamente se animar". De fato, os paulistas baseados em São Caetano organizam durante todo o ano de 1703 várias pequenas incursões na floresta. No final do ano, Domingos Rodrigues conduz 20 prisioneiros a Recife[153]. Por essa mesma época, segundo um cronista, teria sido morto Camoanga[154].

No início de março de 1704, os vereadores de Porto Calvo escrevem diretamente ao Rei, alegando que "em razão de se achar aquela vila muito falta de escravos por lhe terem levado muitos os negros levantados" a produção local caíra de 35 mil arrobas para 20 mil. Da Serra da Barriga, Jorge Velho também escreve, para "pedir socorro" ao Governador, pois de outra maneira não poderá obter "a desejada vitória" contra os palmarinos[155].

As autoridades coloniais não poderiam deixar isso sem resposta. Nesse mesmo ano de 1704 parte uma nova expedição a Palmares, sob o comando de Jorge Velho. Sabe-se apenas que o paulista se "conduziu com toda satisfação" nessa ocasião — o vazio da fórmula podendo significar que a tropa não obteve sucesso em sua investida[156]. Há informações também de que Bernardo Vieira de Mello esteve em Palmares "por cabo de uma tropa" ainda em 1704[157].

A destruição parcial dos Palmares aguçava o imaginário dos habitantes dos vilarejos coloniais. Em 1705 um grupo de "moradores de Sergipe d'el Rey (entram) nos Palmares a descobrir minas de ouro". Como não tinham "licença de Sua Majestade", esses moradores são perseguidos por dias a fio por uma tropa composta por 80 homens do exército regular

que atravessa boa parte do território palmarino. Ao atingir o "rio Paraíba, centro do Palmar", a tropa procura "ver se topava com alguns negros". Em vão: os palmarinos limitam-se provavelmente a vigiar os passos dos militares, recusando-lhes o combate[158].

Vez por outra os palmarinos passam à ofensiva. Em meados de 1706, as autoridades de Recife propõem a criação de um Terço de índios em Serinhaém, vila que "está padecendo com os contínuos assaltos, roubos e mortes que lhe fazem os negros dos Palmares". As autoridades estimam ser "dificultoso achar" os palmarinos. A formação de um arraial junto a Serinhaém seria o ideal, desde que não "ficasse desguarnecida toda a fronteira do Palmar". Isto é, as vilas de Alagoas, Porto Calvo e Una sob hipótese alguma deveriam prescindir de guarnições militares[159]. Por essa mesma época, moradores próximos a Recife reclamam das constantes "descidas que os negros do mato fazem", citando o caso de um "senhor de partido e um dos escravos seus" assassinados naquele ano pelos palmarinos. Duas pequenas expedições então lançadas contra os palmarinos não surtem qualquer efeito[160].

Enquanto isso, na região palmarina propriamente, as tropas permaneciam ativas. Há notícias de que nesse mesmo ano de 1706 alguns palmarinos são presos ali. Seja como for, a Coroa sempre dá provas de agir com prudência quando se trata da guerra de Palmares. Assim, em janeiro de 1708, o Conselho Ultramarino defende a necessidade de vigiar atentamente a região, senão

> "ficará o Palmar exposto à invasão dos negros levantados e experimentará as mesmas hostilidades que antigamente faziam nele"[161].

Em síntese: todo o cuidado é pouco. Ainda em 1711 partem ordens expressas de Lisboa no sentido de manter o

Terço dos Palmares na região[162]. Não sem razão, aliás: pouco tempo antes fora preso e conduzido para a cadeia de Serinhaém o "negro Mouza do Palmar", sucessor de Zumbi e Camoanga[163]. Mouza, "corsário e cabo de um mocambo, filho dos matos dos Palmares", é preso em umas "matas junto ao engenho de Changoa" (*sic*), pelo capitão Pedro de Mello Falcão. Mais quatro pessoas são presas nessa ocasião, inclusive "uma cria filha do dito bárbaro"[164]. Transferido posteriormente para o presídio de Recife, juntamente com outros "negros e negras que se acharam no Palmar", Mouza é enviado para "fora da terra", por portaria assinada pelo próprio Rei em 1713[165], reiterada no final do ano seguinte[166].

Em março de 1712, o Governador encarrega o Terço dos Henriques de reprimir os palmarinos, pois

> "muitos negros fugidos andam aqui ribeirinhos, saindo à cidade (de Recife) e roubando nelas lá todo o gênero de pessoas"[167].

E isso sem prejuízo da manutenção do Terço dos Palmares, que permanecia na Serra da Barriga, sempre secundado pelos "socorros paulistas"[168].

Em abril de 1713, o Ouvidor-Geral de Alagoas demonstra certa euforia "com as presas que se faz no Palmar", de onde são retirados os quintos do Rei[169].

Em maio de 1714, o Governador, manifestando preocupação com "as notícias de que andam muitos negros fugidos que se vão incorporando uns aos outros, e já com mocambos de onde saem a fazer roubos nas estradas", pede a um oficial do exército regular que "vá logo, com a sua gente" combater os negros[170].

Nesse mesmo ano de 1714 — ironia da História —, morre em uma prisão de Lisboa o senhor-de-engenho Bernardo Vieira de Mello. Nomeado Capitão-mor do Terço dos Palmares, em 1709, Vieira de Mello envolve-se no ano seguinte com a rebelião nativista que sacode Pernambuco, em particular Recife e Olinda. Com o malogro do movimento, Vieira de Mello se refugia... na Serra da Barriga, onde, perseguido como um escravo rebelde, é preso e conduzido a Portugal.

Em junho de 1716, o Governador de Pernambuco ainda faz alusão ao perigo que representava para a Capitania a existência de "mocambos de negros e criminosos" por ali. E nesse mesmo ano há notícias concretas de que "algumas tropas marcharam ao sertão contra os negros rebeldes, que costumam repetir muitas hostilidades nas vizinhanças"[171] da vila de Alagoas.

Após 120 anos de guerra, os palmarinos não esmoreciam. Caíam lutando, de armas na mão. Há, aqui e ali, indícios de que a guerra se prolongaria por alguns anos mais. Sabe-se, por exemplo, que o Terço dos Palmares se manteve por um bom tempo na região (em 1725, alguns militares paulistas ainda estavam em Palmares)[172] e os documentos aludem, em 1736, à existência de "escravos de mocambos" em Pernambuco[173].

Seja como for, os palmarinos que escaparam à repressão construíram lugarejos pacíficos, como o que seria depois Salabangá, Alagoas.

A solução final de Palmares veio com a ocupação de suas terras. A região palmarina prestou-se a isso pela qualidade do solo, que se provou excelente. A maior parte coube aos proprietários de engenhos e fazendeiros estabelecidos em áreas próximas. Apenas algumas parcelas de terreno couberam às forças de Domingos Jorge Velho, aos índios aliados das forças coloniais ou ao Terço dos Henriques: a Coroa alegou que eles não haviam feito a "dita guerra com os seus próprios meios".

A lenta ocupação do território palmarino mudou a fisionomia da região. Mas é bem provável que, ainda hoje, passados quase 300 anos da destruição de Macaco, escavações for-

neçam elementos para que se possa compreender um pouco mais o tipo de cultura que ali se implantou. Pois a arqueologia é a ciência do sistema de materiais[174] e há provas concretas da longa permanência palmarina em faixas consideráveis do território alagoano. Assim, informações colhidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro revelam que a existência de ruínas na Capital dos Palmares já havia sido anunciada às autoridades imperiais desde meados do século passado[175]. Por seu turno, o historiador Alfredo Brandão, após uma investigação minuciosa na região, concluiu, já no século XX, que o quilombo Dambraganga situava-se no Distrito de Viçosa, Alagoas[176]. Jaime D'Altavilla também percorreu a região, em 1921, e atestou a existência de ruínas na região — "as pedras lá estão ainda(...) Lá estão as últimas trincheiras"[177]. Otávio Brandão constataria o mesmo, quase 40 anos mais tarde[178].

Não será uma tarefa das mais fáceis explorar esses vestígios e um dos fatores de dificuldade reside justamente na distância entre uma e outra das povoações palmarinas; mas as edificações foram em grande número e, em todo caso, uma ocupação mais que centenária sempre terá deixado marcas. E talvez seja possível, através do exame dos materiais arqueológicos (habitat, cerâmica, restos diversos, marcas na paisagem, ossadas humanas e animais), começar a esboçar a reconstituição da vida econômica das comunidades palmarinas. Assim, a pesquisa arqueológica em Palmares dará uma ajuda fundamental ao trabalho dos historiadores, em matéria de documentação bastante modesta.

O recente tombamento da Serra da Barriga (fins de 1985) abre a via para, conforme estabelece o parecer da arqueóloga Maria Beltrão, a "realização de prospecções arqueológicas" na região[179]. Algumas escavações já começaram a ser feitas em Minas Gerais, nomeadamente no quilombo do Ambrósio, e seus resultados preliminares já foram divulgados ao público

desde meados de 1986. Os pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais constataram, por exemplo, ser "errônea (a idéia) de que os quilombos eram isolados do resto da sociedade". Os quilombos mantinham, na realidade, "intensos contatos com o mundo exterior", como o atestam os materiais — como porcelanas de barro — encontrados pelos arqueólogos. Até o período citado, os pesquisadores já haviam realizado escavações em nove dos 127 quilombos mineiros. E um bom começo para a Arqueologia Histórica brasileira[180].

A rebelião dos Palmares foi a mais longa de todas as que ocorreram na América Latina durante o período colonial e suas características são em boa parte originais. Não terá colocado em primeiro plano a questão da tomada do poder aos portugueses (há notícia da existência de apenas um plano no sentido, como vimos); e nos cabe, hoje, aferir sua importância na formação histórica do Brasil.

Na Serra do Cafuxi, em Palmares, havia um dirigente chamado Quissama; quase à mesma época, na Serra do Quissama, em Angola, havia um soba chamado Cafuxi.

Esse jogo de palavras — se isso é um jogo de palavras — é altamente revelador: a influência banto, mais concretamente angolana, no Quilombo dos Palmares é um fato. Mas daí a considerar, como o fazem alguns, a experiência palmarina um mero prolongamento da África no Brasil a distância é grande.

Pois Palmares tem algo mais. Ele é o primeiro episódio histórico que levanta, no Brasil, em toda a sua extensão, as contradições e os impasses do regime de grandes propriedades rurais de exploração extensiva por braço escravo, que caracterizou, por quase toda parte, a ocupação portuguesa do Brasil. Estudar essa revolta é desmascarar ao mesmo tempo o mito da maior produtividade do trabalho escravo em relação ao trabalho livre em meio colonial. E é tratar, tomando por objetivo uma evidência dramática, de uma questão histórica cuja atuali-

dade subsiste há milênios e que a Revolução Russa de 1917 abriu a via para extinguir: a exploração econômica de uns homens por outros homens.

Queremos dizer que Palmares significa nossa primeira luta de classes. Nela se confrontaram, em nível político e militar, os interesses das duas classes sociais engendradas pela nova organização econômica da Colônia: senhores e escravos. A compreensão do que se passou nas florestas palmarinas durante mais de 120 anos passa inevitavelmente por um levantamento amplo da sociedade da época — que vivia um momento de transição do modo de subsistência tribal para a forma social de produção escravista. Mas existe um outro aspecto igualmente importante e que contribui fundamente para o pleno entendimento do movimento palmarino: a visão que dele tiveram os mais diversos setores da sociedade brasileira através dos séculos.

Não se trata aqui de propor uma História da História dos Palmares — o que, por si só, justificaria um ensaio à parte. Mais simplesmente, trata-se de assinalar a importância adquirida pelo Quilombo dos Palmares na historiografia brasileira. Na realidade, as contradições que a epopéia palmarina desvenda em nossa trajetória histórica — como veremos mais adiante — são gritantes demais para serem ignoradas pelos historiadores.

Basicamente, existem duas visões do Quilombo dos Palmares. A primeira delas é de construção antiga, contemporânea dos acontecimentos. Repousa na criminalização sistemática do Quilombo, que propunha um retorno à "barbárie africana". Esse é o discurso da classe dominante escravista, seja ele obra de senhor-de-engenho, jesuíta, funcionário colonial ou até mesmo de algum militar que tenha participado diretamente da repressão aos quilombolas[181]. Independentemente de seu agente, o objetivo do discurso é um só: armar ideologicamente o braço da classe dominante escravista para a eventualidade — nada desejada, por sinal — da repetição de episódios desse tipo. A História dos Palmares (ou a Crônica dos Palmares) surge assim como um mero subproduto do Estado Colonial (relatórios, cartas de autoridades governamentais, patentes militares etc). O período de dominação holandesa não fugiu a essa regra. Decididamente, o escravismo não é dado a sutilezas.

A longa duração do escravismo é que explica o fato de o Quilombo dos Palmares estar tão presente na consciência das personalidades mais destacadas da classe dominante colonial brasileira. A própria dependência — como não abala os seus alicerces — não imprime qualquer revisão ao exame do Quilombo dos Palmares. O general Abreu e Lima, por exemplo, defendia, poucas décadas antes da Abolição, o esmagamento do Quilombo[182]. Vez por outra, é verdade, um ou outro historiador manifesta alguma admiração pelos palmarinos, em particular por Zumbi[183]. Menos comprometida com a defesa da ordem escravista, a historiografia européia do século XIX — à exceção da historiografia portuguesa — reconheceu a "prosperidade sempre crescente" de Palmares, como o faz Ferdinand Denis[184], ou "os progressos dessa nação negra", como julga Alphonse de Beauchamp[185]. O britânico Robert Southey, que, no dizer de Nelson Werneck Sodré, era um historiador que não se deixava "fascinar pela tradição oficial"[186], critica abertamente "o nefando sistema da escravidão", dando certo destaque ao caráter "industrioso" da comunidade palmarina[187].

No bojo da Abolição, algumas mudanças se operam nesse esquema ideológico. Alguns autores buscam integrar Palmares "na história da nossa emancipação" e se não o fizeram antes era porque o escravismo vicejava em ambiente politicamente independente (isto é, durante a fase imperial). E

não ficaria bem louvar o caráter independendista de um movimento composto por ex-escravos, enquanto a classe que capitaneava a Independência não emitia qualquer sinal de ruptura próxima com a ordem escravista[188].

A nova classe no poder — a burguesia industrial — era sem dúvida antiescravista, mas daí a ser pró-palmarina a distância é muito grande. Certo, não existe mais o perigo de insurreições escravas — mas a sociedade segue sendo uma sociedade de classes, e não convém que os oprimidos tenham consciência de sua própria história. Além do que, trata-se de uma classe dominante fraca, dependente e tardia, que levará alguns decênios mais para impor a sua visão de mundo e mesmo a sua presença no aparelho de Estado. Quando isso ocorre, predomina a tendência que considera o Quilombo dos Palmares um movimento de tipo tribal, arcaico[189].

A ruptura inicial com essa posição se produz na segunda década do século XX, quando se dá o primeiro grande surto de idéias marxistas entre nós. De fato, Astrojildo Pereira, então secretário geral do Partido Comunista, é o primeiro a destacar o caráter classista do Quilombo dos Palmares, ao travar uma dura polêmica contra as teses racistas esboçadas por Oliveira Vianna. Sintomaticamente, Astrojildo Pereira defende a sua teses nas páginas de *A Classe Operária*, publicação do Partido Comunista, em 1º de maio de 1929. Doravante, o pensamento burguês e racista não detém mais o monopólio ideológico dos estudos palmarinos. E na trilha aberta por Astrojildo Pereira surgiram ensaios dos mais importantes, como aqueles produzidos por Duvitiliano Ramos (também ele um ex-secretário-geral do Partido Comunista), Edison Carneiro e Décio Freitas. Com isso, pouco a pouco a História do Quilombo dos Palmares vai sendo construída, devendo-se mencionar ainda as contribuições honestas de Ernesto Ennes e M.M. de Freitas para o conhecimento factual do Quilombo.

Tem ressurgido ultimamente, sob nova roupagem, a tese tribalista, separatista, com o nítido objetivo de se opor a uma visão mais materialista da questão palmarina. Trata-se, basicamente, de acentuar a dimensão racial da experiência palmarina, em detrimento da dimensão classista. O que antes era considerado negativo, passa agora a ser positivo. E isso por duas razões: torna-se interessante para determinados setores da burguesia brasileira dividir os trabalhadores com base em sua origem étnica, com o que se corre o risco de se solapar a unidade nacional — coisa, aliás, que a burguesia não logrou forjar completamente no Brasil, temendo por isso que os dominados a cimentem. Aproveitando-se da situação de opressão vivida pelo negro brasileiro, alguns grupos políticos e correntes de pensamento vêm desenvolvendo perigosas teses racistas, valendo-se fartamente — e falsamente — da experiência histórica palmarina. Fora isso, instituições estrangeiras do porte de uma Fundação Ford demonstram cada dia que passa maior interesse em examinar as relações internacionais do Brasil. E a questão racial adquire aí — no momento em que o País se aproxima do continente africano — uma relevância muito grande. Conforme observou a cientista política Jennifer Dunjwa Blajberg, "parece ser exatamente devido ao fato de que o Brasil tenha aparentemente se distanciado do alinhamento automático com os EUA no plano internacional a partir dos anos 70 em questões internacionais, que tem levado fundações que apóiam pesquisas a financiar o desenvolvimento de instituições no Brasil... "[190].

Assim, o conhecimento histórico não é neutro. E o Quilombo dos Palmares parece travar, trezentos anos depois, uma nova luta. E essa luta, ao que tudo indica, o Quilombo não perderá.

Notas Bibliográficas
Capítulo V

1) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.57, p.353.
2) BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio — **O Extremo Oeste** — São Paulo, Brasiliense, 1986, p.29.
3) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.16, p.169.
4) Ibid., esp.docs.82 a 90, pp.452-471.
5) Ibid., doc.34, pp.238-241.
6) Ibid., doc.16, p.169. Doc.cit.
7) Ibid., doc.17, p.171.
8) Ibid., doc.34, p.240. Doc.cit.
9) Ibid., doc.54, p.321.
10) Ibid., p.335.
11) **Documentos Históricos etc.** vol.LXVII, p.220.
12) **Documentos Históricos**, vol.XIX, pp.290-292.
13) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.54, p.335. Doc.cit.
14) Ibid., doc.28, p.204.
15) Na realidade, esse número varia conforme o documento consultado. Nós nos baseamos aqui numa carta do próprio Domingos JORGE VELHO.
16) **Documentos Históricos**, vol.X, pp.262 e 265.
17) **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 20 de dezembro de 1694, fl.3.
18) ENNES, Ernesto — doc.54, p.319. Doc.cit.
19) **Sobre os Tapuias que os paulistas aprisionaram etc** — Lisboa, doc.cit.
20) Consultar a esse propósito Ernesto ENNES, op.cit., doc.75, pp.422-424.
21) A maior parte dos documentos disponíveis sobre essa revolta no Brasil encontra-se publicada nos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Consultar ALVES FILHO, Ivan — **Uma rebelião desconhecida: guerra dos Janduís** in Jornal do País, 6 de setembro de 1984.
22) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.20, pp.180-181.
23) Ibid., doc.19, p.178.
24) **AHU** — Rio Grande do Norte — Caixa 1, 14 de dezembro de 1691, fl.1.
25) **ANTT** — Códice 830 — Cartas de Montebelo, s/d, fl.50v.
26) Coleção STUDART, col. **Dezenove Documentos etc.** cit., doc.4, p.269.
27) Ibid., doc.5, p.270.
28) Coleção STUDART in Revista do Instituto do Ceará, vol.XXVI, doc.380, pp.204-205.
29) Coleção STUDART — **Dezenove documentos etc.**, col.cit., doc.6, p.270-272.
30) Ibid, doc.7, p.273; ENNES, Ernesto — op.cit., doc.35, p.243.
31) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.70, p.410.
32) Coleção STUDART — **Dezenove documentos**, col.cit., doc.10, pp.275-278.

33) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.54, p.320. Doc.cit.
34) Coleção STUDART — **Dezenove documentos etc.**, col.cit., doc.8, p.273.
35) Ibid., p.274.
36) Ibid.
37) Ibid., pp.273-274.
38) Ibid., doc.11, pp.278-279.
39) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.35, pp.242-243. Doc.cit.
40) Ibid., doc.34, p.241.
41) **AHU** — Códices referentes ao Brasil — Nº 256, 6 de dezembro de 1692, fl.143v.
42) "A missa dos quilombos" in Sem Fronteiras, São José do Rio Preto, Instituto São Judas Tadeu, Ano 10, jan-fev-1982, pp.49-50.
43) Biblioteca da Ajuda — Códice 50-V-37, 28 de janeiro de 1689, fl.174.
44) **Cartas do Padre Antônio Vieira** — Coordenadas e anotadas por João Lúcio d'AZEVEDO — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, vol.3, pp.617-622.
45) Ibid.
46) BARROS, André de — **Vida do Apostólico Padre Antônio Vieira** — Lisboa, Nova Oficina Silviana, 1746, Livro IV, p.479.
47) Biblioteca da Ajuda — Códice 54-VIII-2,1692, fl.7.
48) Archives Nationales — A E B' 648, doc. nº 179, pp.414-418.
49) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.54, p.321. Doc.cit.
50) Coleção STUDART — **Dezenove documentos etc.**, doc.14, p.282.
51) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.54, p.320. Doc.cit.
52) Coleção STUDART in Revista do Instituto do Ceará etc., col.cit., doc.451, p.65.
53) Ibid., pp.65-66.
54) Coleção STUDART — **Dezenove documentos**, col.cit., doc.14, pp.282-283.
55) Ibid., doc.15, p.283.
56) Ibid., doc.16, p.284.
57) Ibid.
58) Ibid., p.286.
59) Coleção STUDART in Revista do Instituto do Ceará, col.cit., doc.451, p.6.Doc.cit.
60) Coleção STUDART — **Dezenove documentos**, col.cit., doc.17, p.286.
61) Ibid., p.285.
62) Ibid., p.284.
63) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.25, p.197.
64) Ibid., doc.54, p.321. Doc.cit.
65) Representação do Governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho ao Rei sobre o Estado do Brasil in Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1935, vol.LVII, p.147.
66) Consultar a esse propósito André João ANTONIL, op.cit., pp.140-143.
67) Informação Geral da Capitania de Pernambuco in Anais da Biblioteca Nacional

do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1906, vol.XXVIII, p.189.
68) CARLI, Gileno de — "Preços do açúcar" in RIAHGP, 1935, vol.XXVIII, p.189.
69) Consultar a esse propósito Mauro FRÉDÉRIC — **Le Portugal et l'Atlantique au XVIIème siécle**, op.cit., esp. pp.236-247.
70) **Representações do Governador etc.**, doc.cit., p.151.
71) **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 9 de outubro de 1694, fls.1-1v-2.
72) Consultar COUTINHO, José Joaquim de Azeredo — "Memórias sobre o preço do açúcar" in Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1791, t.III.
73) Ver, por exemplo, os documentos de nºs 29 e 30 in ENNES, Ernesto, op.cit., pp.208-212.
74) LORETO DO COUTO, Domingos — op.cit., p.190.
75) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.30, p.211.
76) Ibid., p.210.
77) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.54, pp.321-322, doc.cit.
78) Informação Geral etc, doc.cit., p.382.
79) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.35, p.245. Doc.cit.
80) Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — **Catálogo das Reais Ordens**, Provedoria de Pernambuco, Códice 11,3,1, artigo 6, fls.599-600.
81) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.24, p.195. Doc.cit.
82) Sobre isso, consultar LORETO DO COUTO, op.cit.
83) Ver Coleção STUDART in Revista do Instituto do Ceará, col.cit., vol.XXVII, docs.501 e 502, pp.113-122. Aliás, Mello e Castro chegou a reivindicar a presença de Carrilho em Palmares. Ver **AHU** — Códices relativos ao Brasil — nº 265, 11 de dezembro de 1693, fl.161v.
84) Ver **Portugal Militar** — Lisboa, s/d, p.246.
85) **AHU** — Maranhão — Caixa 9, 8 de janeiro de 1697, fl.1.
86) A propósito dos efetivos militares enviados a Palmares, consultar trabalhos citados de Ernesto ENNES, PEREIRA DA COSTA, M. M. de FREITAS, LORETO DO COUTO, José Victoriano BORGES DA FONSECA, etc.
87) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.24, p.194.
88) MARX, K. e ENGELS, F. — **Materiales para la historia de America Latina** — Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 1975, p.28.
89) Biblioteca da Ajuda, Códice 50-V-37,cód.cit., fl.173.
90) ENNES, Ernesto, op.cit., doc.24, p.194. Doc.cit.
91) Ibid., doc.54, p.322. Doc.cit.
92) Ibid., doc.70, p.410. Doc.cit.
93) Ibid., doc.44, p.271.
94) Ibid., doc.26, p.200.
95) Portugal Militar, op.cit., p.255.
96) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.26, p.201. Doc.cit.
97) Ibid., doc.94, p.479.

98) Ibid., doc.54, p.323. Doc.cit.
99) Ibid., doc.24, p.195. Doc.cit.
100) Ibid., doc.94, p.479. Doc.cit.
101) **ANTT** — Chancelarias Reais — D. JOÃO V — Ofícios e Mercês, liv.47, 15 de maio de 1715, fl.16.
102) LORETO DO COUTO, Domingos — op.cit., p.193.
103) ENNES, Ernesto — op.cit.doc.24, p.194. Doc.cit.
104) Arquivo Municipal da Bahia — **Atas da Câmara** — Salvador, Prefeitura Municipal de Salvador, vol.VI, fl.71v.
105) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.54, p.325. Doc.cit.
106) Ibid., doc.25, p.198.
107) **Documentos Históricos etc.**, Rio de Janeiro, 1937, vol.XXXVIII, pp.322-323.
108) **AHU** — Rio Grande do Norte — Caixa 1, 7 de julho de 1710, fl.1.
109) **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 20 de dezembro de 1694, fl.3v.
110) **AHU** — Caixa 15 — 18 de janeiro de 1708, fls.5-5v.
111) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.44, p.271. Doc.cit.
112) **AHU** — Pernambuco — Caixa 15, 18 de janeiro de 1708, fls.5-5v. Doc.cit.
113) Ibid.
114) RAU, Virgínia e GOMES DA SILVA, Maria F. — **Os manuscritos da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil** — Coimbra, 1958, vol.1, p.129.
115) **AHU** — Pernambuco — Caixa 11, 11 de agosto de 1695, fl.1.
116) **AHU** — Códices relativos ao Brasil, nº 256 — 5 de março de 1695, fls.190v-191 e 17 de dezembro de 1697, fl.260.
117) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.52, p.308.
118) Ibid., doc.25, p.199. Doc.cit.
119) Ibid., doc.23, p.192.
120) **AHU** — Pernambuco — Caixa 15, 18 de janeiro de 1708, fl.7v.
121) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.38, p.258.
122) Ver Décio FREITAS, op.cit., pp.125-126.
123) MAO-TSE-TUNG — **Citations du President Mao-Tse-Tung** — Paris, Éditions du Seuil, s/d, p.58.
124) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.38, pp.258-259. Doc.cit.
125) Ibid., doc.34, p.261. Doc.cit.
126) Ibid., doc.41, p.264.
127) Ibid., doc.42, pp.266-267.
128) Coleção STUDART — **Dezenove documentos etc.**, col.cit., doc.19, p.289.
129) **Documentos Históricos etc.**, vol.XXXVIII, p.383.
130) Ibid., p.399.
131) **AHU** — Paraíba — Caixa 2, julho de 1703, fls.2-2v.
132) **AHU** — Pernambuco — Caixa 15, 8 de janeiro de 1708, fl.3v.
133) **Documentos Históricos etc.**, vol.LXXX, p.424.
134) Ibid., fl.7.

135) Ibid., fl.6v.
136) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.40, p.262.
137) Ibid., doc.48, p.291.
138) **AHU** — Pernambuco — Caixa 12, 7 de janeiro de 1698, fl.1.
139) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.24, p.196. Doc.cit.
140) **AHU** — Pernambuco — Caixa 15, 11 de março de 1709, fl.1.
141) Ibid. Ver também **ANTT** — Chancelarias Reais — D. PEDRO II, Ofícios e Terras (Doações), liv.63, 21 de maio de 1705, fls.251v-252.
142) ENNES, Ernesto — op.cit., doc.67, p.385.
143) **AHU** — Pernambuco — Caixa 12, 27 de setembro de 1700, fl.1.
144) LORETO DO COUTO, Domingos — op.cit., p.106.
145) **AHU** — Pernambuco — Caixa 15, 18 de janeiro de 1708, fl.3v.
146) **Documentos Históricos etc.**, vol.LIX, pp.31-32.
147) Ibid., fl.4.
148) Ibid.
149) **ANTT** — Chancelarias Reais — D. PEDRO II — Ofícios e Terras (Doações), 24 de dezembro de 1701, liv.27, fls.45v-46.
150) **ANTT** — Códice relativo ao Brasil nº 265, 14 de janeiro de 1702, fl.158.
151) **AHU** — Pernambuco — Caixa 15, 18 de janeiro de 1708, fl.4.
152) **AHU** — Pernambuco — Caixa 13, 25 de setembro de 1703, fl.1.
153) **AHU** — Pernambuco — Caixa 15, 18 de janeiro de 1708; fl.4, doc.cit.
154) PEREIRA DA COSTA, F. A. — op.cit., vol.4, ano 1700.
155) **AHU** — Pernambuco — Caixa 13, 13 de março de 1704, fl.1.
156) **AHU** — Pernambuco — Caixa 15, 18 de janeiro de 1708, fl.5v.
157) Ibid., fl.3v.
158) **AHU** — Pernambuco — Caixa 14, 14 de julho de 1705, fl.1.
159) **AHU** — Pernambuco — Caixa 14, 25 de setembro de 1706, fls.1-1v.
160) **AHU** — Pernambuco — Caixa 14, 4 de fevereiro de 1706, fl.10.
161) **AHU** — Pernambuco — Caixa 15, 18 de janeiro de 1708, fl.7v.
162) **AHU** — Códices referentes ao Brasil, nº 246 (Bahia), 24 de abril de 1711, fl.292.
163) Biblioteca Nacional de Lisboa — Códice 115 — Livro dos Acentos, 20 de março de 1711, fl.124.
164) **AHU** — Pernambuco — Caixa 17, 23 de julho de 1715, fl.1.
165) Biblioteca Nacional de Lisboa — Códice 115 — Livro dos Acentos, 31 de março de 1713, fl.134.
166) Ibid., 26 de dezembro de 1714, fl.308.
167) Ibid., 9 de março de 1712, fl.52.
168) **AHU** — Pernambuco — Caixa 17, 12 de julho de 1715, fl.2.
169) **Documentos para a História** — RIAGP, vol.LXXXVI, pp.449-450.
170) Biblioteca Nacional de Lisboa — Códice 115 — Livro dos Acentos, 2 de maio de 1714, fl.281.
171) **AHU** — Pernambuco — Caixa 17, 7 de setembro de 1717, fl.1.

172) **AHU** — Pernambuco — Caixa 19, 27 de agosto de 1724, fl.4.
173) Biblioteca Nacional de Lisboa — **Manuscritos do Brasil** — Papéis relativos ao Governo e História de Pernambuco, nº 43, 20 de novembro de 1736, fl.160.
174) Consultar a esse propósito MOBERG, Carl-Axel — **Introduction à l'archeologie** — Paris, François MASPÉRO, 1980.
175) Consultar IHGB, Lata 177, doc.72.
176) Ver Alfredo BRANDÃO — **Viçosa de Alagoas** — Recife, 1914.
177) D'ALTAVILLA, Jaime — "A Redenção dos Palmares" in RIAGA, 1926, vol.11, pp.65-66. Consultar ainda do mesmo autor: **História da civilização das Alagoas**, Maceió, Biblioteca Pública Estadual, 1975.
178) BRANDÃO, Otávio — **Combates e Batalhas (Memórias)** — São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1978, vol.1, pp.56-57. Vale ainda a consulta à obra **Velhos Caminhos de Viçosa**, Maceió, Ministério da Educação e Cultura, 1976, de Elói BRANDÃO SÁ.
179) BELTRÃO, Maria — **Tombamento da Serra da Barriga, União dos Palmares/AL** — exemplar mimeografado, p.1.
180) "Escavação arqueológica revela funcionamento dos quilombos de Minas" in Jornal do Brasil, 28-6-86.
181) É o discurso dominante, por exemplo, nos textos de ROCHA PITTA e LORETO DO COUTO. Consultar a esse propósito VAINFAS, Ronaldo — **Ideologia e escravidão** — Petrópolis, Editora Vozes, 1986, esp.pp.117-124. O Autor parece, contudo, se surpreender com o fato de os ideólogos do escravismo terem tomado Palmares por "objeto da crônica", quando ignorar o movimento é que seria surpreendente. Isso fica claro já na fase de desmantelamento do Quilombo. Assim, o Conselho Ultramarino intima o Governador de Minas Gerais a reprimir os quilombos antes que cresçam em demasia, haja visto "a experiência dos moradores de Pernambuco com a Guerra dos Palmares... assistindo ainda presentemente um Terço de Paulistas naquelas vizinhanças para evitar que não se formem mocambos dos negros fugitivos" (**AHU** — Minas Gerais — Caixa 83, 23 de novembro de 1719, fls.2v-3). Vale dizer, Palmares serve, em certo sentido, para forjar a consciência dos escravistas, mantendo-os sempre alerta.
182) ABREU e LIMA, J. I. de — **Compêndio da História do Brasil**, Rio de Janeiro, H. LAEMMERT, 1882, p.90. O general dedica exatas 22 linhas ao Quilombo.
183) MATTOSO MAIA (**Lições de História do Brasil**, Niterói, Typ. Americano, 1908, pp.172-173), por exemplo, alude ao assassinato de Zumbi, que "morreu pelejando com a maior coragem". E isso em texto datado de 1881, considerado à época pela Diretoria Geral de Instrução Pública de Pernambuco "o melhor compêndio de História do Brasil até hoje publicado".
184) DENIS, Ferdinand — **Brasil** — São Paulo/Ed.USP; Belo Horizonte/Ed.Itatiaia, 1980, pp.263-265. Denis viveu no Brasil entre 1816 e 1831. Seu texto foi publicado pela primeira vez em 1858.
185) Quanto a M. Alphonse de BEAUCHAMP, ver a sua **Histoire du Brèsil**, Paris, d'Alexis EYMERY, 1815, vol.II, pp.310-315.

186) WERNECK SODRÉ, Nelson — **O que se deve ler para conhecer o Brasil** — Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973, p.224.
187) SOUTHEY, R. — **História do Brasil** — Salvador, Livraria Progresso Editora, 1948, vol.II, pp.159-160 e vol.V, pp.23-26.
188) Ver, por exemplo, VELLOSO REBELLO, A. — **As primeiras tentativas de Independência no Brasil** — Lisboa, Typographia e Editora Ltda, 1914.
189) É o caso, por exemplo, de OLIVEIRA LIMA in **Formação Histórica da nacionalidade brasileira**, conferência proferida na Sorbonne, em 1911 (Rio de Janeiro, Editora Leitura, 1944, pp.113-117), dos compêndios de Afrânio PEIXOTO, dos ensaios de Nina RODRIGUES e mesmo da obra de Arthur RAMOS, um cientista sem dúvida não-comprometido com as teses racistas.
190) DUNJWA BLAJBERG, Jennifer — "A relevância de estudos africanos para brasileiros" in IURI, vol.I, Rio de Janeiro, 1984, p.35.

EPÍLOGO

O Quilombo dos Palmares na Formação Histórica do Brasil

"O perigo aborígene estava conjurado, a propriedade dos latifúndios estava consolidada, a aristocracia rural organizava a grande explosão da terra na base do braço escravo importado. Ora, a opressão gera luta, inevitavelmente. Os negros lutaram. Luta, aqui também, cruel, feroz, obstinada e secular. Variando de meios, de processos, de armas, ela durou desde a chegada às terras brasileiras da primeira leva de escravos até 1888. Autêntica luta de classes que encheu séculos da nossa história, e teve seu episódio culminante de heroísmo e grandeza na organização da República dos Palmares, tendo à sua frente a figura épica de Zumbi, o nosso Spartacus negro."

— Astrojildo Pereira, ao destacar, em 1929, o caráter de classe do movimento palmarino.

> ca, a justa admiração pelo valor e abnegação com o qual Palmares se defendeu (...); tudo isso fascinou muitos historiadores e, na exaltação da República, chegaram quase a lamentar a sua exterminação"[2].

Nina Rodrigues se atém a uma certa atitude moral muito freqüente na análise do quilombo. Sua iniciativa possui o mérito incontestável de demonstrar que a "defesa" de Palmares foi feita em nome de princípios emocionais, se é que isso pode ser considerado um argumento. Mas, quando desloca o debate para o terreno histórico, é com o intuito de atribuir às forças coloniais um papel historicamente progressista. Sustenta que um Palmares vitorioso resultaria em um "novo Haiti, refratário a todo progresso", louvando com isso o "eminente serviço prestado"[3] pelas tropas portuguesas e seus representantes internos.

A revolução haitiana, detonada em 1793 com a ativa participação das massas escravas, não é refratária ao progresso social nem é um movimento de tipo arcaico; ao contrário, o seu conteúdo antiescravista e anticolonial é revolucionário, inscrevendo-se na marcha geral da história latino-americana. A revolução haitiana foi prematura e antecipadora. E nesse sentido sofreu um bloqueio total por parte das potências colonizadoras da época. O novo país não encontrava no mercado externo os capitais indispensáveis (o açúcar de beterraba concorrendo com o produzido na Ilha) ao seu desenvolvimento em bases propriamente industriais. Esta é a principal razão do atraso econômico do Haiti, contra o qual os revolucionários lutaram desesperadamente, propondo uma série de medidas para romper com o antigo sistema colonial-escravista (extensão do trabalho assalariado, repartição dos latifúndios, criação de um exército para defender o Haiti dos ataques e ameaças externas etc.)[4].

Se, com o exemplo da trajetória histórica do Haiti, o autor desejou definir uma situação de tipo tribal, é forçoso constatar que falhou em seu intento. Definir o regime de produção existente em Palmares como uma tentativa de retorno à "barbárie africana", como diz Nina Rodrigues, equivale na prática a escamotear o fato de o Quilombo dos Palmares ser o resultado de uma luta entre duas classes sociais antagônicas. Quer pela situação objetiva — os integrantes do Quilombo compunham a vanguarda revolucionária da classe escrava — quer pelo seu conteúdo social e econômico, o movimento palmarino não pode ser reduzido a uma problemática tribal.

Quanto à alegação de Nina Rodrigues, para quem o Quilombo colocava em causa a unidade nacional, pode-se argumentar simplesmente que nessa época não havia ainda uma nação brasileira. Na realidade, mesmo se encarado sob a ótica do processo histórico como um todo, longe de simbolizar um movimento de caráter divisionista o Quilombo dos Palmares se liga desde o início ao componente oprimido da nação brasileira em formação, adquirindo pela luta o direito de nela se inscrever. Ao conduzir uma ação aberta contra os seus opressores, os palmarinos não questionam um hipotético projeto nacional e sim uma ordem colonial-escravista real. Não é o caráter "antinacional" da rebelião que está em jogo e sim o caráter da classe, como destacou Edison Carneiro.

Em outras palavras, o movimento palmarino nunca virou as costas para os problemas de sua época. Mesmo assim, alguns analistas apressados divulgaram a idéia de que a fuga de escravos para a floresta era a prova cabal de seu desejo de não participar da vida do país. Esse tipo de fenômeno pode ter se produzido em relação a algumas rebeliões menores — o que é normal, pois a fuga materializa o protesto do trabalhador escravo. Mas o Quilombo dos Palmares tem uma outra dimensão: ele forja uma organização social. É necessário enten-

der antes de mais nada que a fuga era o único meio imediato pelo qual o escravo expressava o seu descontentamento. Contrariamente aos operários da indústria moderna, por exemplo, que possuem um meio específico de luta, como a greve, os trabalhadores escravos não tinham nenhum. Por isso é que eram obrigados a abandonar a produção, que integraram na qualidade de máquina, e não apenas paralisá-la.

O quilombo era o único meio de luta organizada possível naquele momento. Mais tarde, os escravos contrairão determinadas alianças com os trabalhadores livres e terão participação política nos movimentos abolicionistas. Quando atingiam os seus próprios objetivos os trabalhadores livres rompiam os seus próprios acordos tácitos, como, por exemplo, durante a Cabanagem no Estado do Pará. Porém, no último quartel do século XIX, em um contexto histórico marcado pela agonia do escravismo, a classe operária em formação estará, do ponto-de-vista do conjunto da massa trabalhadora livre, na dianteira da luta pela abolição da escravatura. Ações precisas e duradouras puderam então ser estabelecidas entre a classe operária e os trabalhadores escravos. Vale dizer, para poder desenvolver-se enquanto classe social no interior de um processo de generalização das relações assalariadas de produção, os proletários precisavam romper as correntes da escravidão, mesmo se o processo de decomposição social do escravismo já se encontrasse formalizado nas leis que precedem a Abolição.

Nesse sentido, a documentação da época esclarece, por exemplo, que os tipógrafos do Rio de Janeiro e do Ceará se recusavam a imprimir panfletos pregando a defesa da ordem escravista. Os ferroviários paulistas escondem em seus trens os escravos que haviam abandonado as plantações de café e os conduzem para cidades e lugarejos seguros onde, muitas vezes, eles são recuperados e camuflados por uma organização clandestina, a Ordem dos Caifazes, disseminada por todo o

Estado. Os propagandistas do abolicionismo fazem conferências nos primeiros centros operários criados na periferia da cidade de São Paulo, recebendo quase sempre um apoio entusiástico. Contrariamente aos séculos precedentes, os escravos não se encontram mais isolados na luta pela recuperação de sua identidade humana[5].

Assim, a documentação de que dispomos indica que a organização interna do Quilombo dos Palmares reflete a profundidade da sua inserção na realidade do País em formação. Isto é, o trabalho de utilização, elaboração e adaptação da cultura brasileira nascente pelos palmarinos é uma coisa real, palpável. Eles falam a língua portuguesa (provavelmente mesclada com elementos do quilombo, como deixa entender a carta de Antônio Vieira); servem-se indistintamente de armas de fogo e de arcos e flechas; alimentam-se fundamentalmente de farinha de mandioca, do milho e de outros produtos da terra; constroem suas casas à maneira tradicional negro-africana e suas paliçadas segundo o modelo indígena, aparentemente. Em vez de se isolarem, os palmarinos se introduzem cada vez mais na realidade, inaugurando espontaneamente um processo próprio de aculturação, sem que para isso intervenha necessariamente o fator miscigenação, que simboliza no quadro da sociedade escravocrata uma outra odiosa exploração: a exploração do corpo escravo como máquina de prazer e não apenas como máquina de trabalho. Seguros, enfim, dessa adaptação, o que os palmarinos reivindicam a qualquer preço é a liberdade. Em outras palavras, eles não se recusam a se tornar brasileiros (no sentido moderno do termo) como os demais habitantes do País; o que os palmarinos rechaçam é a ordem escravista.

Essas observações preliminares nos conduzem a abordar uma questão essencial para a qual, entretanto, se configura difícil fornecer uma resposta categórica: trata-se da definição

do modo de produção em Palmares. O problema é complexo, mas, a esta altura de nosso trabalho, talvez já seja possível ver um pouco mais claro.

As interpretações sobre o caráter do sistema produtivo estabelecido em Palmares variam sensivelmente de um historiador a outro. Em linha geral, a sociedade palmarina ora é caracterizada como organização tribal, baseada no trabalho escravo, ora é considerada socialista. Um ou outro observador mais afoito se arriscaria a defini-la como modo de produção asiático — ou, o que também é tentador, lhe criaria uma designação específica. E há ainda quem classifique Palmares como uma aldeia anarquista. Qual a razão dessa dificuldade conceitual?

Paradoxalmente, a dificuldade não é apenas de ordem conceitual. Algumas análises avançadas por historiadores do movimento tendem mais a encaixar a realidade em seus conceitos (ou preconceitos) do que partir do exame objetivo da realidade e daí então estabelecer uma relação dialética entre ela e o próprio conceito. Outro problema é a ausência de uma documentação mais relevante sobre a organização interna do quilombo, o que freqüentemente provoca no historiador uma sensação de impotência e desânimo: por mais que se esforce na busca de documentos de fonte escrita, ele sabe que a história do movimento jamais poderá ser reconstituída, senão parcialmente.

A tese da definição de Palmares como modo de subsistência tribal (ou, mais simplesmente, tribo) já foi refutada acima com base no caráter de classe do movimento. Mas é preciso agora ir mais além e dizer o que se entende por tribo: esta forma embrionária de organização se apresenta sempre enquanto comunidade natural fundada sobre a estrutura de parentesco. Dificilmente, a nosso ver, a experiência palmarina se enquadraria em tal modelo. O próprio caráter multiétnico do

quilombo afasta a possibilidade de caracterizá-lo como organização tribal; é em torno dos laços de consangüinidade que evoluem as atividades de produção tribal.

A origem africana dos ex-escravos e seus descendentes nascidos livres em Palmares também foi utilizada como argumento para caracterizar a organização do Quilombo como uma forma de tribo. Mas de que parte da África se está falando? Além de não haver, nos dias de hoje, um estudo de conjunto sobre o regime sócio-econômico da África negra no período anterior à colonização européia, parece-nos mais correto examinar a natureza do movimento como um reflexo da evolução da sociedade de classes no Brasil. O continente africano estaria presente através do inconsciente coletivo da massa escrava, avivado pelo tráfico; porém essa massa está confrontada a uma outra realidade, tem diante dela problemas novos para os quais é preciso apresentar uma solução — a formação de um quilombo, por exemplo.

A questão da existência de relações escravistas nos marcos do Quilombo foi levantada pelos cronistas e propagandistas durante a época colonial e retomada sem exame algum por boa parte dos historiadores até um período bem recente. Os documentos portugueses, nesse ponto, são formais: eles nos ensinam que todo escravo que por vontade própria busca asilo em Palmares é considerado um cidadão livre; e que o escravo conduzido à força após um ataque palmarino recuperava a sua liberdade ao levar um outro escravo mais tarde para o Quilombo. O fato mesmo de os documentos e crônicas não se referirem à "escravidão" a partir da fase que se segue à expulsão dos holandeses da Capitania (quando o movimento palmarino conhece um extraordinário crescimento) demonstra que esta "instituição" se relaciona com o período embrionário do Quilombo, e que ela tinha origem nas medidas tomadas em relação à segurança e à estratégia militares. Sintomaticamente,

impedia o seu crescimento, procuram estabelecer alianças políticas com determinados setores da classe dominante colonial. Por trás da concessão feita a um grupo de criadores de gado para virem instalar-se nas terras de Palmares, não há apenas uma manobra política: há, também, o reflexo das dificuldades com que se debate o movimento. De fato, esse período (meados do século XVII) corresponde ao aumento populacional decorrente da adesão de numerosos escravos e da própria evolução interna do Quilombo. A opção pela criação bovina — que requer um mínimo de especialização e de conhecimentos técnicos — poderia ter representado, nesse quadro, uma tentativa para suprir a população em gêneros alimentícios, ficando os palmarinos com uma parte dos produtos em troca do direito de pastagem. Interessados em estabelecer uma trégua e sobretudo cônscios de que as melhores terras da capitania eram aquelas controladas pelos palmarinos, os criadores não hesitam em respeitar o pacto. Um governador de Pernambuco denuncia entretanto a trama dos "colonos dos negros" e termina por impor uma política unitária aos diversos segmentos da classe dominante. Zumbi e seus partidários mais resolutos não vêem outra saída senão aceitar o combate final em Macaco.

A moderna antropologia econômica tem-se empenhado em estabelecer uma tipologia das sociedades sem classes: o desenvolvimento de suas pesquisas é de real interesse para a ciência histórica, principalmente no que toca ao período pré-industrial. Segundo essa corrente, as sociedades sem classes (como Palmares, onde nenhum setor minoritário detém os meios de produção) conheceriam modos de produção tão distintos quanto aqueles verificados entre as sociedades de classes (modo de produção feudal, modo de produção antigo, modo de produção asiático, modo de produção capitalista)[7].

Estamos diante de uma proposta que gera violentas controvérsias e reações. Um dos problemas que já podemos levantar refere-se justamente ao fator tipológico: nada mais perigoso do que considerar, com efeito, que existem tantos modos de produção quantas sejam as sociedades sem classes examinadas.

Um outro aspecto do esquema da evolução social dos povos deve ser abordado: nem todas as sociedades se explicam pelo conceito de modo de produção. Examinando a sociedade argelina por ocasião de sua estada ali em 1882, Karl Marx propôs a noção de modo de produção de subsistência, no sentido de economia de subsistência, para aquelas sociedades que repousassem em uma base econômica natural, desconhecendo as relações econômicas de exploração[8]. O antropólogo Maurice Godelier, por seu turno, faz uma nítida distinção entre modo de subsistência e modo de produção, reservando este último conceito para o exame de sociedades que representam o nível maior de complexidade ou sejam efetivamente estruturadas[9]. A confusão metodológica entre modo de produção — entendido não no sentido da maneira de produzir, mas como o conjunto das relações sociais às quais corresponde um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas — e base material (ou pior: atividade econômica) deve ser evitada. Se toda e qualquer sociedade humana repousa, em última instância, sobre uma base material, nem todas elas se configuram em modo de produção: a noção de modo de produção só se aplica às situações em que o sistema produtivo consegue forjar uma base material que lhe seja própria, adequada, e assegurar a sua reprodução de forma autônoma. Vale dizer ainda, enquanto um sistema de produção não gera a sua própria base material, e não preenche as condições para reprodução dessa mesma base, não há modo de produção e sim forma social de produção ou, até mesmo, modo de subsistên-

cia. As sociedades humanas poderiam ser examinadas então a partir do esquema conceitual definido abaixo:

Sociedades sem classes	modo de subsistência modo de produção
Sociedades de classes	modo de produção forma social de produção

Um exemplo de forma social de produção são as relações capitalistas que se desenvolvem na Inglaterra feudal dos séculos XVI ao XVIII. A esta forma social capitalista não corresponde uma base material (ou um modo material de produção) capitalista e por isso o modo de produção (isto é, o modo social de produção) segue sendo feudal, ou seja, baseado na exploração do trabalho do servo pelo senhor. O modo de produção capitalista no sentido pleno se impõe quando a unidade industrial se torna o elemento motor da base material, que muda assim de conteúdo. No sentido inverso, o campesinato na Europa moderna depende da base material capitalista (produtos industrializados como fertilizantes, maquinário ou até mesmo a eletricidade) para poder se reproduzir.

Do nosso ponto-de-vista, a organização sócio-econômica vislumbrada no Quilombo dos Palmares não pode ser definida pelos parâmetros de um dado modo de produção: o fator fundamental para a reprodução da base material — o trabalhador escravo das plantações que busca refúgio nas florestas — independente da sociedade palmarina. Sem dúvida, não se deve a um acaso a coexistência do declínio do Quilombo com o fim do chamado ciclo da cana-de-açúcar. Em 1706, por exemplo, o Rei de Portugal foi obrigado a intervir junto às autoridades administrativas da Colônia para sustar as vendas

de escravos pernambucanos em direção ao "serviço das minas"[10].

Quando o Quilombo começa a gerar a sua própria maneira de reproduzir a sua força de trabalho, o seu choque com a sociedade oficial se torna inevitável e o movimento é esmagado. A própria terra — componente essencial das forças produtivas — não pode, como vimos, ser devidamente explorada e potencializada por causa do cerco ao Quilombo. Nessas condições, indicaríamos que o Quilombo dos Palmares dependia de um outro sistema produtivo para se expandir: sem base material que lhe seja própria, esta, ao contrário, era dependente das oscilações do movimento real da sociedade colonial. Em Palmares vigora um modo de subsistência algo coletivizado, cuja especificidade maior consiste em ser transitório e em servir de refúgio para os perseguidos e explorados da sociedade colonial. A segurança e a sobrevivência, a guerra e o medo — eis aí os verdadeiros motores da comunidade palmarina.

O movimento palmarino carrega consigo uma contradição: se ele tem um caráter revolucionário na medida em que encarna a revolta dos oprimidos contra uma ordem social totalitária e avessa a todo progresso, ao mesmo tempo se mostra incapaz de impor um projeto político coerente ao conjunto da classe escrava e às camadas sociais espoliadas em menor grau da sociedade colonial.

Esta situação é comum a todas as classes despossuídas da História antes do surgimento da classe operária moderna. Sob o sistema escravista tal como se produziu no Brasil, a contradição entre aqueles que possuem os meios de produção (os senhores-de-engenho) e os que não os possuem (os trabalhadores escravos) é comparável, em termos absolutos, à situação do trabalhador na sociedade capitalista, alienado dos

meios de produção. Porém, sob o sistema escravista, a produção está longe de ter o caráter socializado que ela assume sob o modo de produção capitalista e menos ainda de exibir o seu dinamismo.

O sistema não dá à classe dos trabalhadores escravos a possibilidade de reunir os meios para abatê-lo. Torna-se literalmente impossível para ele se organizar como classe consciente: a dispersão da massa escrava; sua divisão entre trabalhadores de serviços domésticos e de plantações; a renovação constante da mão-de-obra; o caráter multinacional dessa massa; os limites e barreiras psicológicas impostas pela sua coisificação, tudo isso impede a formação de uma consciência de classe. Nesse quadro, os escravos não podiam estabelecer alianças concretas em torno de um programa com determinados setores da população livre. A própria ideologia dominante, notadamente em seus aspectos racistas, tem papel destacado na separação das lutas dos escravos daquelas dos demais trabalhadores. Além disso, o espaço ocupado pelo trabalho livre é extremamente reduzido na Colônia. A base social dos palmarinos repousava essencialmente nos trabalhadores escravos das grandes plantações.

É possível concluir a partir desta constatação que não basta que haja exploração do homem pelo homem (inclusive em suas formas mais brutais) no seio de uma dada sociedade para que as forças oprimidas estejam automaticamente preparadas para eliminá-las. É necessário um conjunto de condições objetivas e subjetivas que permitam superar esse estado de exploração. Os palmarinos se anteciparam de algum modo ao seu encontro com a História. Seu combate era sem saída.

O Quilombo dos Palmares se inseriu em um impasse: ele não podia dar solução para os problemas que a sua prática social levantava, a despeito de uma luta de mais de um século.

Mas os ensinamentos que se podiam tirar da rebelião, sua grande contribuição histórica, não se esgotam aí. O grande mérito do Quilombo dos Palmares foi o de ter desvendado as contradições inerentes ao processo histórico brasileiro.

A análise da organização social em Palmares fornece elementos para maior compreensão da realidade colonial como um todo e do seu estatuto real. O fato de as máquinas, os capitais, as matérias-primas e a força-do-trabalho necessária ao funcionamento dos engenhos dependerem do aprovisionamento do Exterior — até mesmo a planta era inicialmente importada das ilhas atlânticas — e de a produção do açúcar ser determinada pelo mercado externo nos coloca diante de uma situação objetiva que indica a ausência de uma base material autônoma e incapaz de se reproduzir por si mesma; logo, não existe um modo social de produção.

O Quilombo dos Palmares contesta abertamente os pilares da ordem colonial. Questões das mais cruciais, algumas delas atuais ou atuantes, afloram; trata-se da criação de um verdadeiro mercado interno; da luta contra o latifúndio; da recusa do escravismo e do próprio racismo ou ainda da dependência diante do Exterior. Daí o permanente interesse suscitado pelo quilombo.

O caráter próspero da economia palmarina, voltada para a satisfação das necessidades reais dos membros dos quilombos e baseada na propriedade coletiva da terra, foi assinalado diversas vezes pelos cronistas. Não se pode fazer um cálculo do volume da produção, mas os documentos atestam que esta era suficientemente abundante, possibilitando aos palmarinos contrair relações de comércio com os habitantes dos vilarejos e roçados da região. O Quilombo dos Palmares significou a primeira tentativa de criação de um mercado interno, produzindo em função dos seus interesses, e de ruptura com a estrutura agrária montada na Colônia.

Os palmarinos foram, de outra parte, os adversários mais resolutos do colonialismo. No momento da ocupação holandesa, eles combatem indistintamente os representantes da Coroa lusitana e o novo ocupante batavo. Os documentos não deixariam de sublinhar a sua posição independente, que chegou a provocar alianças entre senhores-de-engenho e administradores holandeses na repressão ao Quilombo. A Guerra dos Palmares foi considerada tão nefasta para os interesses coloniais portugueses no Brasil quanto a própria ocupação holandesa.

Os palmarinos adotam e explicitam essa posição independente em função dos seus próprios interesses de classe: mais do que ninguém, eles sabem que a sua situação e a do conjunto da massa escrava não se modificará enquanto houver uma potência dominadora instalada no território. Os palmarinos conduzem assim uma política que poderíamos classificar de nacionalista antes do tempo. Nesse sentido, a sua prática demonstra com séculos de antecedência que os maiores interesses da classe principal (porque produtiva) da sociedade são inseparáveis dos interesses fundamentais da nação em formação.

A classe dominante colonial, por seu turno, esposou uma atitude diametralmente oposta à sua, oscilando entre as duas potências expansionistas. É importante frisar que a aliança assim como o rompimento com os holandeses estão ligados à defesa dos seus próprios interesses de classe: os senhores da terra só se rebelam quando os seus engenhos são definitivamente confiscados pelos holandeses. Neste prisma, esta classe é coerente com ela mesma. É o lugar que ela ocupa nos marcos do processo produtivo que determinaria a sua política contrária aos interesses da Nação. Após a expulsão dos holandeses (em grande parte uma obra sua), a classe dominante colonial

reata os laços que a uniam a Portugal. Ela não poderá existir enquanto classe social fora da ordem colonial escravista nesta fase de sua história. Pouco tempo depois, relança a guerra contra Palmares, tratado como "inimigo interno", em busca de braços para reconstruir os engenhos abandonados pelos holandeses em fuga.

O historiador Décio Freitas, autor de um livro importante sobre a rebelião palmarina, não hesitou em formular que lamentava a "incapacidade dos escravos"[11] em pôr abaixo o sistema escravista e substituí-lo por outro, mais progressista. Ora, esse sistema durou três séculos e meio no Brasil, o que, por si só, demonstra o quanto a empresa era rentável para a classe dominante. Ele sai intocado das transformações provocadas pela Independência, perdurando até as vésperas da instauração do regime republicano. A longa duração do escravismo marcou profundamente a formação brasileira, e nossa vida de todos os dias. Ela é responsável perante a História pela marginalização da população negra, da qual amplos setores sobrevivem em condições infra-humanas nos milhares de favelas e bairros proletários espalhados por todo o País.

Como tantos outros brasileiros de todas as origens étnicas o componente negro sofre as conseqüências de um mercado interno insuficientemente ampliado e de uma concentração extraordinária da propriedade da terra. Apesar de um processo industrial em pleno desenvolvimento, o capitalismo brasileiro tem-se mostrado incapaz de absorver o conjunto da população potencialmente ativa, ficando muitos setores relegados ao estado de párias modernos. Vez por outra, determinados setores dirigentes do Estado dão a impressão de estar tomando consciência desses problemas, mas isto não significa que lhes dêem soluções.

Como se sabe, o sistema escravista retarda o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Quando a

ordem escravista é rompida, sob pressões externas, o capitalismo, em busca de novos mercados passíveis de adquirir as suas mercadorias, já havia atingido nas regiões centrais a fase imperialista. A época da livre concorrência cede lugar à expansão e exportação de capitais. A burguesia brasileira nascente, em boa parte devido a esse desenvolvimento tardio, será relativamente fraca e dificilmente terá condições de se desembaraçar da tutela estrangeira, com a qual tende a se compor, através de pactos e alianças. Numerosas tarefas democráticas — como a reforma agrária, a independência nacional e o alargamento do mercado interno — ficarão comprometidas. Desde então, a dependência diante do Exterior e a associação com o capital estrangeiro e o modo de produção capitalista no Brasil são a face de uma mesma moeda.

Estas contradições do processo histórico brasileiro estão, até certo ponto, inscritas na trajetória do Quilombo dos Palmares. Como indicou o historiador polonês Witold Kula, "se todo vestígio do passado, todo produto do passado, constitui uma fonte histórica, a mais importante dessas fontes ainda é o nosso presente enquanto produto do passado"[12].

Aqui se encerra a função do historiador, que não se quis exaustivo, e começa talvez aquela do cidadão. Pois se o exame das particularidades do desenvolvimento histórico brasileiro pode e deve explicar os impasses atuais, a sua efetiva superação supõe a participação democrática de todo o povo. Os palmarinos e outros tantos desvalidos da sociedade brasileira somente assim poderão ser resgatados da História.

Notas Bibliográficas

Epílogo

1) Trata-se de uma ampliação da parte final do ensaio intitulado "A República dos Palmares" e publicado sob a coordenação do professor Nilson Lage in Os grande enigmas da nossa história, Rio de Janeiro, Otto Pierre Editores, 1981, pp.195-283.

2) RODRIGUES, Nina — **Os africanos no Brasil** — São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932, p.121.

3) Ibid., p.121.

4) Consultar a esse propósito DOUBOUT, Jean-Jacques — **Problèmes d'une période de transition in La Pensée**, Paris, abril de 1974, nº 174, pp.67-80.

5) Consultar a esse propósito Clóvis MOURA — **Rebeliões da Senzala** — São Paulo, Edições Zumbi, 1959, esp.pp.35-47; Décio SAES — **A formação do Estado burguês no Brasil** — Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, esp.pp.267-337.

6) BARBOSA RODRIGUES, J. — **Sertum Palmarum Brasilium** — Bruxelas, Imprimerie.Typographique Veuve Monon, 1903, p.XXVI.

7) Consultar Robert CRESWELL — **Elements d'ethnologie** — Paris, A. COLIN, 1978, 2 vols. e Jean COPANS — **L'anthropologie; science des sociétés primitives?** — Paris, Ed. E.P. Denoel, 1976.

8) Ver **Marxisme et Algérie** — Textes de MARX/ENGELS — Paris, Union Générale d'Éditions, 1976, esp.pp.229-246.

9) GODELIER, Mauric — **L'appropriation de la nature in La Pensée**, avril, 1978, nº 198, pp.7-50.

10) **AHU** — Pernambuco — Códice 92 — Lisboa, 17 de dezembro de 1655 — fls.271/272/272v.

11) Décio FREITAS — op.cit., p.10.

12) Ver KULA, Witold — "Histoire et économie: la longue durée" in Annales, Économies, Sociétés, Civilisations, Paris, Armand COLIN, mars-avril 1960, pp.294-313.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Retomamos aqui somente a documentação de fonte primária e impressa, assim como os ensaios diretamente ligados à História do Quilombo dos Palmares. O leitor poderá encontrar nas notas que acompanham cada capítulo o complemento necessário ao aprofundamento de suas indagações.

a) Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)
Pernambuco — Caixas 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19.
Rio Grande do Norte — Caixa 1.
Ceará — Caixas 1, 2.
Paraíba — Caixas 1, 2.
Minas Gerais — Caixa 83.
Sergipe d'El Rey — Caixas 1, 2.
Maranhão — Caixa 9.
Inventário Luísa da Fonseca (Documentos Catalogados) — nºs 2.784, 3.083/84, 4.010/4.021, 4.267-68.
Códices referentes ao Brasil — nºs 48, 49, 52, 119, 120, 121, 232, 245, 246, 252, 256, 265.
Consultas Mistas (Códices) — nºs 13, 15.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)
Chancelarias Reais — D. Afonso VI (Doações), D. Pedro II — Ofícios e Terras (Doações), D. João V — Ofícios e Mercês.
Catálogo Jesuítico (Maços) — nºs 8, 16, 18, 88.
Manuscrito da Livraria — Códice 830.
Manuscritos do Brasil (Códices) — nºs 33, 43.

Biblioteca da Ajuda (Lisboa)
Códices — 51-V-48, 51-V-49, 50-V-37, 50-V-39, 54-VIII-16.

Biblioteca Nacional (Lisboa)
Códices — nºs 255, 275, 236.
Coleção Pombalina — Códices 115, 239.

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
Códices — 7,3,53; I-35-15-52; 22-2-28; 11,3,11.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro)
Lata 117, doc.72; Lata 1-3-25; Lata 490, Pasta 3.

Archives Nationales (Paris)
Códice AE B'648, doc.nº 179.

b) Fontes Impressas

— Arquivo do Instituto in **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**, 1928/1932, vol.XIII, XV e XVI.
— Arquivo Municipal da Bahia — **Atas da Câmara** — Salvador, Prefeitura Municipal, vol.3.
— BARLEUS, Gaspar — **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil** — Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1940.
— BOTELHO, Diogo — "Correspondência" in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t.LXXIII, parte I.
— BRANDÃO, Alfredo — "Documentos antigos sobre a guerra dos negros palmarinos" in O negro no Brasil — Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1940.
— CADORNEGA, Antônio de Oliveira — **História Geral das guerras angolanas** — Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940, vol.3.
— CARLI, Gileno de — "Preços de Açúcar" in Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, vol.XXXIII.
— **Cartas do Padre Antônio Vieira** — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, vol.3.
— Coleção STUDART in Revista do Instituto do Ceará, vols.34 e 19.
— **Cópia de uma carta do Padre Pero Rodrigues** in Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol.XX.
— "Documentos pela maior parte em português sobre vários assuntos" in Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, vol.34.
— "Documentos para a História" in Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, vol.XVI.
— Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro vols. 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 38, 57, 58, 59, 66, 67, 80, 82, 83, 87, 88, 89.
— "Documentos Seiscentistas Brasileiros" in Anais do Museu Paulista, São Paulo, t.3, parte II.
— FREIRE, Francisco de Brito — **Viagem da Armada** — Lisboa, 1655.
— **Nova Lusitânia** — Lisboa, 1675.
— "Informação Geral da Capitania de Pernambuco" in Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol.XXVIII.
— LORETO DO COUTO, Domingos — **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco** — in Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vols.XXIV e XXV.
— MARCGRAVE, Georg — **História Natural do Brasil** — São Paulo, Ed. do Museu Paulista, 1942.
— MARTINS, Joaquim Dias — **Os mártires pernambucanos** — Recife, Typ. F. C. de Lemos e Silva, 1853.
— MELLO, A. Joaquim de — **Biografia de alguns poetas e homens ilustres da Província de Pernambuco** — Recife, Typographia Universal, 1856.

— MELLO, J. A. Gonçalves de — **Fontes para a História do Brasil Holandês** — Recife, MEC/SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1981.
— MENEZES, Diogo de — **Correspondência do Governador** in Anais da Biblioteca Nacional, vol. LVII.
— PEREIRA DA COSTA, F. A. — **Anais Pernambucanos** — Recife, Arquivo Público Estadual, 1951, 8 vols.
— "A idéia abolicionista em Pernambuco" in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano, vol. 12.
— ROCHA PITTA, Sebastião da — **História da América Portuguesa** — Salvador, Progresso Editora, 1950.
— RAU, Virgínia e GOMES DA SILVA, Maria F. — **Os manuscritos da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil** — Coimbra, 1958, vol. 1.
—"Representação do Governador Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho ao Rei sobre o Estado do Brasil" in Anais da Biblioteca Nacional, vol. LVII.
— SALVADOR, Frei Vicente do — **História do Brasil** — São Paulo/Ed. USP; Belo Horizonte/Ed. Itatiaia, 1982.
— TAUNAY, A. de E. — **História Geral das bandeiras paulistas** — São Paulo, Typ. Ideal, 1936, vol. VII.
— VARNHAGEN, F. A. — **História Geral do Brasil** — São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1956, vol. 1.

c) Estudos Especiais

— CARNEIRO, E. — **O Quilombo dos Palmares** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.
— ENNES, Ernesto — **As Guerras nos Palmares** — São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
— FREITAS, Décio — **Palmares, a guerra dos escravos** — Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981.
— FREITAS, M. M. — **Reino negro de Palmares** — Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1954, e vols.

Acabou-se de imprimir esta edição de
"Memorial dos Palmares" em abril de 1988,
nas oficinas da Prisma Industrial Gráfica Ltda.